

**PORTUNHOL E SUA RE-TERRITORIALIZAÇÃO NAPELA
ESCRIT(UR)A LITERÁRIA: OS SENTIDOS DE UM GESTO
POLÍTICO**

Sara dos Santos Mota

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutor em Letras.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Eliana Rosa Sturza

**Santa Maria, RS, Brasil
2014**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

dos Santos Mota, Sara
PORTUNHOL E SUA RE-TERRITORIALIZAÇÃO NA/PELA
ESCRIT(UR)A LITERÁRIA: OS SENTIDOS DE UM GESTO POLÍTICO
/ Sara dos Santos Mota.-2014.
186 p.; 30cm

Orientadora: Eliana Rosa Sturza
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação
em Letras, RS, 2014

1. Portunhol 2. Escrita 3. Textos literários 4.
Escritura 5. Semântica da Enunciação I. Rosa Sturza,
Eliana II. Título.

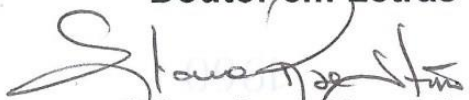
**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Artes e Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Tese de Doutorado**

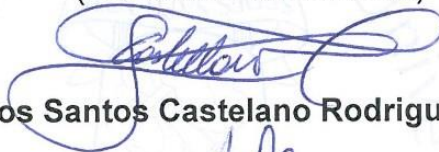
**PORTUNHOL E SUA RE-TERRITORIALIZAÇÃO NA/PELA
ESCRIT(UR)A LITERÁRIA: OS SENTIDOS DE UM GESTO POLÍTICO**

elaborada por
Sara dos Santos Mota

como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutor em Letras



Eliana Rosa Sturza, Dr.
(Presidente/Orientadora)



Fernanda dos Santos Castelano Rodrigues, Dr.(UFSCar)



Amanda Eloina Scherer, Dr.(UFSM)



Graziela Lucci de Ângelo, Dr.(UFSM)



Zélia Maria Viana Paim, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 25 de fevereiro de 2014.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, *de una manera muy especial*:

A minha orientadora, Eliana Sturza, por compreender minhas limitações e depositar confiança em meu trabalho, pelas inúmeras contribuições e por sempre apontar possibilidades durante o caminho percorrido até aqui.

A minha família, Vera, Mota e Samuel, por entender minhas ausências, pelas palavras de incentivo e gestos permanentes de apoio e carinho.

Ao Leandro, pelo suporte constante traduzido em atitudes simples.

A Juciane, Luciana e Andréia e aos demais colegas do Entrelínguas, por compartilharem momentos de aprendizagem e de convivência significativa.

A amiga Geice, por dividir angústias e soluções durante o percurso de pesquisa e escrita da tese.

Aos colegas da Unipampa, Valesca, Isaphi e Eduardo, por atitudes e palavras que, de diferentes maneiras, contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

A Fabián Severo, *por escribir y compartir sus textos en portuñol, por las charlas y aportaciones durante su pasaje por Bagé.*

A Douglas Diegues, poeta del portuñol selvagem, por me fazer lançar outro olhar sobre seus textos e por me receber amavelmente em sua *frontera*.

Aos funcionários do PPGL, Jandir, Irene e Emília, sempre disponíveis para dar suporte técnico.

À CAPES, pela bolsa concedida durante o ano de 2010.

A todos que, de algum modo, colaboraram para que a realização deste trabalho fosse possível.

*Los ayoreos usam sandálias quadradas,
non dá para saber se suas pegadas estão
indo ou voltando por la estrada!*
(Douglas Diegues)

RESUMO

Tese de Doutorado
Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria

PORTUNHOL E SUA RE-TERRITORIALIZAÇÃO NA/PELA ESCRIT(UR)A LITERÁRIA: OS SENTIDOS DE UM GESTO POLÍTICO

AUTORA: SARA DOS SANTOS MOTA

ORIENTADORA: ELIANA ROSA STURZA

Data e local da Defesa: Santa Maria, 25 de fevereiro de 2014.

Este trabalho de tese tem como objetivos discutir e interpretar a materialização do portunhol no domínio da escrita, dada a emergência de textos escritos na língua. Para conduzir a discussão, inicialmente, são propostas algumas distinções no que se refere a práticas linguísticas nomeadas como “portunhol”, a fim de determinar as diferentes relações sujeito-língua a que essa designação remete em variados contextos, para então, chegar-se à literatura como meio de circulação do portunhol na escrita. Em um segundo momento, recorre-se ao aporte teórico dos estudos geográficos, em articulação com a Sociologia e a Antropologia, para pensar sobre as noções de apropriação, espaço, território, territorialidade e fronteira, entre outras, que possibilitam tomar a materialização do portunhol na escrita como uma forma de apropriação do espaço da página, promovendo sua re-territorialização. Posteriormente, discute-se sobre as noções de escrita e escritura, procurando diferenciá-las, pois entende-se que a manifestação do portunhol na escrita traz em si um indissociável processo de escritura, ao mesmo tempo em que aponta para a constituição de um gesto político. Na continuidade do trabalho, delineia-se as noções que dão corpo à perspectiva teórico-metodológica que fundamenta este trabalho do ponto de vista dos estudos da linguagem, qual seja, a Semântica da Enunciação, baseando-se, principalmente, em Guimarães 2005, 2007b e 2011. Buscando contemplar os objetivos desta pesquisa, tomou-se para a análise recortes de textos das seguintes publicações: “*Noite nu Norte: Poemas en Portuñol*” (2010) e “*Viento de Nadie*” (2012), de Fabián Severo; “*Dá gusto andar desnudo por estas selvas: Sonetos Salvajes*” (2002), “*Uma flor na solapa da miséria*” (2005), de Douglas Diegues. As duas primeiras são representativas do portunhol falado na região de fronteira uruguaio-brasileira, registrado de um modo particular nos poemas escritos por Severo. As duas últimas, estão escritas em portunhol selvagem, língua em que o poeta Douglas Diegues escreve seus poemas, inspirado nas relações linguísticas que constituem a fronteira do Brasil com o Paraguai. Os textos foram analisados a partir de recortes específicos em que se procurou evidenciar, em primeiro lugar, a distribuição dos lugares de dizer nas publicações – bem como, a mobilização das línguas, tendo como foco o portunhol – e em segundo lugar, modos de redizer e significar a fronteira nos textos a partir dos procedimentos de reescrituração e articulação.

Palavras-chave: Portunhol. Escrit(ur)a. Re-territorialização. Sentidos. Gesto político.

ABSTRACT

Doctor's Thesis
Postgraduate Program in Literature
Federal University of Santa Maria

PORTUNHOL AND ITS RETERRITORIALIZATION IN/BY LITERARY ESCRIT(UR)A: THE SENSES OF A POLITICAL GESTURE

AUTHOR: SARA DOS SANTOS MOTA

ADVISOR: ELIANA ROSA STURZA

Date and place of defense: Santa Maria, February 25, 2014.

This thesis aims to discuss and interpret the materialization of *portunhol* in the domain of writing, given the emergence of texts written in the language. To lead the discussion, initially, we propose some distinctions with regard to linguistic practices named *portunhol* in order to determine the different subject-language relations to which that designation refers in different contexts so that we can see literature as a means of circulation of *portunhol* in writing. Then, we use the theoretical contribution of geographical studies in conjunction with Sociology and Anthropology to think about the notions of ownership, space, territory, territoriality and borders, among others, which allow the realization of the *portunhol* in writing as a form of appropriation of the page space, promoting its reterritorialization. Afterwards, we discuss the notions of writing and *escritura*, seeking to differentiate them, since we understand that the manifestation of *portunhol* in writing carries with it an inseparable *escritura* process at same time it points to the establishment of a political gesture. Next, we outline the notions that embody the theoretical and methodological perspective that underlies this work from the point of view of language studies, namely, the Semantics of Enunciation based mainly on Guimarães (2005, 2007b, 2011). In order to contemplate the purposes of this research, we took excerpts of the following publications: “*Noite nu Norte: Poemas en Portuñol*” (2010) and “*Viento de Nadie*” (2012), by Fabián Severo; “*Dá gusto andar desnudo por estas selvas: Sonetos Salvajes*” (2002), “*Uma flor na solapa da miséria*” (2005), by Douglas Diegues. The first two are representative of spoken *portunhol* in the Uruguayan-Brazilian border region, recorded in a particular way in the poems written by Severo. The latter two are written in wild *portunhol*, language in which the poet Douglas Diegues writes his poems, inspired by linguistic relationships that form the border between Brazil and Paraguay. The texts were analyzed from specific excerpts in which we tried to demonstrate, first, the distribution of the places of sayings in the publications – as well as the mobilization of the languages by focusing on *portunhol* – and secondly, we looked for modes of resaying and signify the border in the texts from restatement and articulation procedures.

Keywords: *Portunhol. Escrit(ur)a. Reterritorialization. Senses. Political gesture.*

RESUMEN

Tesis de Doctorado

Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria

PORTUÑOL Y SU RE-TERRITORIALIZACIÓN EN LA/POR LA ESCRIT(UR)A LITERARIA: LOS SENTIDOS DE UN GESTO POLÍTICO

AUTORA: SARA DOS SANTOS MOTA

DIRECTORA: ELIANA ROSA STURZA

Fecha y lugar de Defensa: Santa Maria, 25 de febrero de 2014.

Esta tesis pretende discutir e interpretar la materialización del portuñol en el dominio de la *escrita*, debido a la emergencia de textos escritos en la lengua. Para conducir la discusión, inicialmente, se proponen algunas distinciones en lo que se refiere a las prácticas lingüísticas nombradas como “portuñol”, con el fin de determinar las diferentes relaciones sujeto-lengua a que esa designación alude en diversos entornos, para, entonces, llegarse a la literatura como medio de circulación del portuñol en la *escrita*. En un segundo momento, se recurre al aporte teórico de los estudios geográficos, en articulación con la Sociología y la Antropología, para pensar acerca de las nociones de apropiación, espacio, territorio, territorialidad y frontera, entre otras, que posibilitan tomar la materialización del portuñol en la *escrita* como una forma de apropiación del espacio de la página, re-territorializándolo. Posteriormente, se discute sobre las nociones de *escrita* y *escritura*, buscando diferenciarlas, pues se entiende que la manifestación del portuñol en la *escrita* conlleva un indisoluble proceso de *escritura*, al mismo tiempo en que señala la constitución de un gesto político. Luego, se exponen las nociones que dan cuerpo a la perspectiva teórico-metodológica que sostiene este trabajo del punto de vista de los estudios del lenguaje, es decir, la *Semântica da Enunciação*, basándose, especialmente, en Guimarães 2005, 2007b y 2011. Buscando alcanzar los objetivos de esta investigación, se tomaron para análisis los recortes de textos de las publicaciones a continuación: “*Noite nu Norte: Poemas en Portuñol*” (2010) y “*Viento de Nadie*” (2012), de Fabián Severo; “*Dá gusto andar desnudo por estas selvas: Sonetos Salvajes*” (2002), “*Uma flor na solapa da miséria*” (2005), de Douglas Diegues. Las dos primeras son representativas del portuñol hablado en la región de frontera uruguayo-brasileña, registradas de un modo particular en los poemas escritos por Severo. Las dos últimas, están escritas en *portunhol selvagem*, lengua en que el poeta Douglas Diegues escribe sus poemas, inspirado en las relaciones lingüísticas que constituyen la frontera de Brasil con Paraguay. Se analizaron los textos a partir de recortes específicos en que se buscó evidenciar, en primer lugar, la distribución de los lugares de decir en las publicaciones - como también, la movilización de las lenguas, especialmente el portuñol – y en segundo lugar, modos de rededir y significar la frontera en los textos a partir de los procedimientos de reescrituración y articulación.

Palabras clave: Portuñol. *Escrita*. Re-territorialización. Sentidos. Gesto político.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 ESCRIT(UR)A(S) EM PORTUNHOL: A MODO DE CONTEXTUALIZAÇÃO.....	14
1.1 Portunhol (ou portunhois?): propondo algumas distinções.....	14
1.1.1 “ <i>Nos falemo brasileiro</i> ” ou portunhol?.....	16
1.1.2 O portunhol como interlíngua.....	19
1.1.3 O portunhol na/da mídia.....	22
1.2 Publicações em portunhol na literatura.....	25
2 ESPAÇO(S) E TERRITORIALIDADES: DA APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO À APROPRIAÇÃO DA/NA LÍNGUA PELA ESCRIT(UR)A.....	33
2.1 Espaço, território, territorialidades.....	36
2.2 Da fronteira geopolítica a situações sociais de fronteira.....	51
3 PORTUNHOL NA ESCRITA E ESCRITURA EM PORTUNHOL: A CONSTITUIÇÃO DE UM GESTO POLÍTICO SOB O OLHAR DA SEMÂNTICA DA ENUNCIÇÃO.....	62
3.1 Portunhol na escrita e uma escrit(ur)a em portunhol.....	66
3.2 Portunhol na escrita a partir do olhar teórico da Semântica da Enunciação..	72
3.2.1 Enunciação e(m) portunhol.....	74
3.2.1.1 Outros lugares de dizer: a polifonia na enunciação.....	80
3.2.2 Os Espaços de Enunciação: espaço(s) de funcionamento de língua(s).....	83
3.2.2.1 Espaços de Enunciação e Espaço de Enunciação Fronteiriço: modos de representar as relações entre línguas e falantes.....	89
3.2.3 O texto e o enunciado na Semântica da Enunciação.....	92
3.2.4 Dois procedimentos enunciativos de produção do sentido: a reescrituração e articulação.....	96
4 ESPAÇO (S) DE ESCRIT(UR)A EM PORTUNHOL: DOS SUJEITOS E DAS PUBLICAÇÕES.....	100
4.1 Dos sujeitos (autores).....	100
4.1.1 Fabián Severo.....	100
4.1.2 Douglas Diegues.....	104
4.2 Das publicações: espaços de escrit(ur)a em portunhol.....	108
4.2.1 <i>Noite nu Norte: Poemas en Portuñol</i>	109
4.2.2 Viento de Nadie.....	112
4.2.3 <i>Dá gusto andar desnudo por estas selvas: Sonetos Salvajes</i>	115
4.2.4 Uma flor na solapa da miséria.....	117
5 O PORTUNHOL A PARTIR DE UMA ANÁLISE SEMÂNTICO-ENUNCIATIVA DE TEXTOS ESCRITOS: OS SENTIDOS DE UM GESTO POLÍTICO.....	122
5.1 Explicitando o modo de entrada no corpus: perspectivas de análise.....	122

5.2 Os sujeitos e as línguas: uma distribuição política dos lugares de dizer nas publicações.....	123
5.2.1 O portunhol entre línguas nos textos das publicações: cenas enunciativas e lugares de dizer.....	124
5.3 Modos de redizer e significar a fronteira nos textos em portunhol.....	144
CONCLUSÃO.....	160
REFERÊNCIAS.....	163
ANEXOS.....	177

INTRODUÇÃO

“*Vô iscrevé as lembransa pra no isquesé*”: este é o poema que abre o livro de Fabián Severo, “*Noite nu Norte: Poemas en Portuñol*”. Publicada em 2010 e lançada no mesmo ano na cidade de Rivera (Uruguai), essa publicação colocou-nos diante da emergência do portunhol no domínio da escrita, provocando-nos enquanto pesquisadores da linguagem, o que nos levou a tomá-la como objeto de pesquisa, constituindo-se como ponto de partida para o desenvolvimento desta tese.

Conforme aponta Celada (2002), a designação “portunhol”, embora remeta à “mistura” entre o português e o espanhol, surge para significar diversas relações entre línguas e sujeitos. Ao mesmo tempo, há uma diversificação dos meios de sua circulação. Nos termos da autora, o termo “portunhol” move-se como uma espécie de “coringa” por diferentes espaços, do domínio da oralidade ao da escrita. Por isso, a partir do contato com “*Noite Nu Norte: Poemas en Portuñol*”, passamos a nos indagar a respeito da presença do portunhol na escrita, e a reunir outras publicações que atestassem tal presença. Essas inquietações conduziram-nos até outro portunhol - o *portunhol selvagem* - em que escreve o poeta Douglas Diegues, colocando-nos frente à literatura como um meio de circulação do portunhol na escrita.

O presente trabalho amplia as reflexões iniciadas durante o mestrado, quando inseridos no projeto de pesquisa “Línguas de fronteira”, nos propusemos a discutir a relação entre línguas e sujeitos na fronteira Santana do Livramento-Rivera (Uruguai-Brasil) a partir da análise de textos publicados em jornais santanenses do final do século XIX e início do século XX.

Nesse sentido, a continuidade e o desenvolvimento das questões tratadas na dissertação encontram lugar na medida em que novamente nos voltamos para espaços de fronteira e a relação língua-sujeito. Naquele momento, nos dirigimos às línguas de fronteira (STURZA, 2006) focando, sobretudo, a presença do espanhol no espaço de enunciação (GUIMARÃES, 2005) do português do Brasil. Além disso, a fronteira contemplada pela pesquisa de mestrado restringiu-se à região meridional do Brasil, onde limita geopoliticamente com o Uruguai.

No presente estudo, mudamos nosso modo de olhar para a fronteira e de como considerar a relação língua-sujeito, dado que nos centramos em práticas linguísticas

fronteiriças e sua manifestação na escrita, formulando a tese de que há uma relação de uma escrit(ur)a em portunhol com uma re-territorialização da fronteira.

Como objetivos, temos o de discutir a materialização do portunhol no domínio da escrita, dado o aparecimento de textos escritos na língua, especialmente textos literários - considerando a intrínseca constituição do que entendemos como um processo de escritura em portunhol - e interpretá-la a partir de um dispositivo teórico-analítico fundamentado na Semântica da Enunciação.

Para tratar da materialização do portunhol no domínio da escrita, selecionamos, então, textos das seguintes publicações, os quais constituem o corpus desta pesquisa: *“Noite nu Norte: Poemas en Portuñol”* (2010), *“Viento de Nadie”* (2012), de Fabián Severo; e *“Dá gusto andar desnudo por estas selvas: Sonetos Salvajes”*, *“Uma flor na solapa da miséria”*, de Douglas Diegues.

Este trabalho organiza-se em cinco momentos: no primeiro momento, propomos algumas distinções entre as diferentes práticas linguísticas nomeadas como “portunhol”, pois esta designação remete a diversas relações entre línguas e sujeitos. Para tal, recorreremos, ao aporte teórico de pesquisadores ancorados na Sociologia da Linguagem, Sociolinguística, Línguas em Contato, Linguística Contratativa, Linguística Aplicada, entre outros, para então, situar o portunhol que é foco de nossa pesquisa, materializado no domínio da escrita pela literatura.

No segundo momento, prosseguimos nossa reflexão acerca do portunhol sustentados em uma imbricação conceitual, que inicia no domínio dos Estudos Geográficos e articula-se com noções desenvolvidas na Sociologia e na Antropologia. Partindo da noção de apropriação, discutimos também os conceitos de espaço, território, territorialidades, fluxos e fronteira. Fundamentados na articulação dessas noções, sustentamos que uma escrit(ur)a em portunhol constitui uma forma de apropriação específica.

No terceiro momento, em primeiro lugar, explicitamos nossa compreensão das noções de escrita e escritura, recorrendo a conceitos desenvolvidos por pesquisadores do domínio das Ciências Humanas. Iniciamos por tratar do surgimento da escrita e da importância que assume na história das sociedades e das línguas, para depois apontar a uma distinção entre escrita e escritura, pela qual chegamos à noção de gesto político. Em segundo lugar, delineamos a orientação teórica a que nos filiamos nos estudos da linguagem ao tomar os textos das publicações em portunhol como objeto de pesquisa, isto é, a Semântica da Enunciação. Retomamos os

principais conceitos que norteiam essa perspectiva teórica, como as noções de enunciação, espaços de enunciação, sentido, texto, enunciado, etc., fundamentando-nos principalmente em Guimarães (2005, 2007b, 20011.). Ainda nesta seção, detalhamos o funcionamento dos procedimentos enunciativos de produção do sentido - a reescrituração e articulação - tomados mais adiante para a análise dos recortes dos textos.

No quarto momento, apresentamos uma descrição das publicações selecionadas, bem como, trazemos algumas informações biográficas dos autores e do contexto em que foram publicadas.

No quinto momento, primeiramente, explicitamos o nosso modo de entrada no corpus, detalhando como realizamos os recortes nos textos selecionados, as perspectivas de análise adotadas e os procedimentos que compõem o nosso dispositivo analítico, fundamentados na Semântica da Enunciação. Em segundo lugar, apresentamos a análise dos recortes dos textos, a partir das perspectivas delineadas, e então, nossa interpretação sobre a materialização do portunhol no domínio da escrita nas publicações destacadas.

A partir do exposto é que passamos a discutir e interpretar a materialização do portunhol no domínio da escrita nos capítulos seguintes.

1 ESCRIT(UR)A(S) EM PORTUNHOL: A MODO DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Ao empreendermos uma reflexão acerca do portunhol, tendo como objetivo discutir sua materialização no domínio da escrita, lançamos nosso olhar para os textos que constituem nosso corpus de pesquisa como espaços de interpretação do portunhol e sua emergência nesse domínio. Os compreendemos como materialidades reveladoras de uma relação sujeito-língua que se estabelece pela escrit(ur)a na língua, relação que produz sentidos, movimentados nos enunciados que constituem os textos.

Antes de iniciarmos tal discussão, nos deparamos com uma necessidade: a de distinguir e definir de qual portunhol estamos tratando. É necessário considerar que essa designação recobre diferentes realidades linguísticas, isto é, o portunhol não é único enquanto prática linguística e nem sempre remete a uma mesma relação entre línguas e sujeitos. É esta distinção que apresentamos a seguir.

1.1 Portunhol (ou portunhóis?): propondo algumas distinções

Quando se fala do portunhol, comumente, fala-se de uma língua caracterizada pela “mistura” entre o português e o espanhol e, algumas vezes, associada ao domínio insuficiente de uma ou de outra, quando designa aquela produzida por um sujeito que se encontra em contexto de aquisição de segundas línguas ou línguas estrangeiras. Porém, não é apenas nesse contexto em que a emergência do portunhol faz-se notar. Cada vez mais essa língua pluraliza-se, surgindo para significar outras relações entre línguas e sujeitos. Para Celada, o termo “portunhol” move-se como uma espécie de “coringa” por diferentes espaços,

refere-se a diversos objetos, dentre eles designa a língua de mistura – entre espanhol e português – nas diversas fronteiras do Brasil com os países hispano-americanos. Por isso, “portunhol” pode designar tanto a língua dos hispano-falantes que moram neste país [...] quanto aquela produzida pela relativa audácia dos veranistas argentinos nas praias brasileiras ou, ainda, pela boa disposição dos anfitriões que aí os recebem. Pode designar também

a modalidade com a qual os brasileiros “dão um jeito” de comunicar-se com os hispano-falantes dentro ou fora do Brasil. Com frequência, o termo é utilizado ainda pelo próprio aprendiz para referir-se à língua que vai produzindo ao longo de seu processo de aprendizado. (CELADA, 2002, p.44-45)

Do mesmo modo, a circulação do portunhol diversifica-se, passando a figurar em diferentes espaços como a internet, através de vídeos, blogs, fóruns, redes sociais; em meios televisivos e impressos, em propagandas e na fala de personagens e apresentadores que enunciam em portunhol; em letras de músicas e também, conforme já assinalamos, na literatura, já que é notável o número de textos literários publicados na língua.

Posição análoga é a sustentada pelo sociolinguista Lipski (2006, p.2), que alude ao “portunhol/portuñol¹” como um termo “polivalente”, usado para designar uma vasta gama de fenômenos, incluindo “[...] *spontaneous contact vernaculars in border regions, errors produced by speakers attempting to speak the L2 correctly, and idiosyncratic invented speech designed to facilitate communication between the two languages.*”². Em seu artigo “*Too close for Comfort? The Genesis of “Portuñol/Portunhol”*”, coloca-nos diante de diferentes definições e pontos de vista acerca do portunhol, apresentando um amplo panorama sobre a língua e recortando exemplos de sua circulação na multiplicidade a que nos referimos.

Entre os pontos de vista apresentados pelo autor está uma perspectiva advinda de um contexto de aquisição de línguas, segundo a qual o portunhol é visto por um viés depreciativo, sendo considerado fruto do descaso de falantes em relação à língua do outro, em que se comunicar em portunhol significa “mal falar” português ou espanhol. Conforme Lipski (2006), esta visão é veiculada, por exemplo, no discurso de escolas de línguas que frequentemente difundem em suas publicidades o portunhol como alvo a ser combatido com o aprendizado formal do espanhol ou do português.

O estudioso destaca também outro ponto de vista, o dos que defendem o uso do portunhol como língua da integração regional entre o Brasil e os países vizinhos.

¹ O autor utiliza ambas as formas *portunhol/portuñol* (separadas por uma barra) em todas as ocorrências do texto.

² [...] “línguas vernáculas de contato espontâneo nas regiões fronteiriças, erros produzidos por falantes que tentam falar a L2 corretamente, e o discurso/a fala idiossincrática inventada, que é projetada para facilitar a comunicação entre as duas línguas.” (LIPSKI, 2006, p.2, tradução nossa).

Língua que permite e facilita a negociação entre falantes de línguas próximas e que surge da necessidade de intercomunicação com o outro (LIPSKI, 2006)³.

Segundo o que expõem Celada (2002) e Lipski (2006), reafirmamos que o nome portunhol é amplamente utilizado referindo à existência de práticas linguísticas nem sempre coincidentes, embora, na maioria das vezes, originadas do contato do português e do espanhol. É preciso considerar que os sujeitos falantes e os espaços onde são enunciadas não são os mesmos. São línguas com funcionamentos diferentes, sendo assim, línguas diferentes. Conforme já afirmamos, inseridos em um lugar teórico dos estudos linguísticos, mais propriamente, da semântica da enunciação, atentaremos para o portunhol materializado na escrita, ao mesmo tempo em que interpretaremos o que consideramos um processo de escritura em portunhol. Para tal, centramo-nos na constituição de sentidos para a língua e, conseqüentemente, para a fronteira enquanto espaço de enunciar e de significar do sujeito fronteiriço. A seguir, propomos estabelecer algumas distinções a respeito do portunhol, que auxiliarão para especificar o conjunto de textos que constituem o corpus desta pesquisa.

1.1.1 “*Nos falemo brasileiro*” ou portunhol?

A obra publicada por Elizaincín, Behares e Barrios, “*Nos falemo brasileiro. Dialectos Portugueses en Uruguay*”, em 1987, colocou em evidência situações linguísticas que até então careciam de descrições e de precisões terminológicas do ponto de vista acadêmico-científico. Esses pesquisadores, vinculados à *Universidad de la República* (UdelaR), através de trabalhos cujos métodos ancoravam-se na sociolinguística variacionista, revelaram a existência de variedades dialetais do português na área fronteiriça do Uruguai com o Brasil, as quais chamaram “*Dialectos portugueses del Uruguay*”, os “DPU”.

³ Outro linguista, o norte-americano Steven Roger Fischer, já lançava uma hipótese a respeito do surgimento de uma espécie de portunhol em entrevista concedida à revista *Veja* no ano 2000. Para Fischer (2000), por estar rodeado de países em que se fala espanhol e devido à intensificação das trocas comerciais e dos contatos entre as línguas, o portunhol poderia chegar a substituir o português no Brasil.

Sua descrição contribuiu para desestabilizar a ideia do Uruguai como país monolíngue em espanhol, imaginário fomentado por discursos oficiais nacionalistas ao longo do século XX. Segundo Milán *et al.*(1996), o surgimento dos DPU deve-se ao contato do espanhol com o português a partir do final do século XIX, em razão da entrada formal do espanhol nas escolas uruguaias, pois, historicamente, na região de fronteira com o Brasil, principalmente no norte e nordeste, predominavam falantes monolíngues em língua portuguesa.

Conforme os autores (MILÁN *et. al.*, 1996), quanto as suas características, os DPU são constituídos por traços estruturais marcadamente variáveis e instáveis, apresentando em sua estrutura uma base linguística portuguesa. Nos níveis lexical e sintático é onde mais se percebe usos baseados nos padrões gramaticais do espanhol.

Ao mesmo tempo, são caracterizados por serem práticas linguísticas que têm lugar em ambientes de comunicação informal, no cotidiano, em conversas familiares. Seu uso está associado principalmente a falantes de classes sociais baixas, funcionando em muitos casos como língua materna desses sujeitos. Os DPU são falados, principalmente, por habitantes de zonas rurais, mais isolados dos centros urbanos, por pessoas idosas e crianças (MILÁN *et al.*, 1996). Recuperar o modo como os DPU são descritos por esses estudiosos e os espaços onde são enunciados é pertinente dado que, por nossa posição teórica, tomamos as descrições como dizeres sobre essas línguas que, ditos de um lugar enunciativo da produção científica, instauram sentidos, contribuindo para determinar seus falantes pelas línguas que falam (GUIMARÃES, 2005).

Embora os ditos “*dialectos*” tenham sido descritos e referidos por Elizaincín *et al.*(1987) como “DPU” em um contexto acadêmico, existem outras designações utilizadas para referi-los, principalmente, quando o lugar enunciativo é o dos próprios sujeitos falantes. Ao designar a língua que falam, utilizam expressões como “fronterizo”, “bayano”, “brasileiro” “mezcla” o “portuñol” (MILÁN *et al.*, 1996, p.140), como declara uma habitante da fronteira⁴, trabalhadora do comércio informal: “*El idioma que más se habla acá en la frontera en el momento es el portuñol*”. Ou ainda,

⁴ Entrevista concedida a nós por falantes fronteiriças na linha divisória, área em que se encontram estabelecidos diversos trabalhadores do comércio informal e a venda de lanches em trailers, entre as cidades de Santana do Livramento e Rivera (Brasil-Uruguai), no ano de 2005.

como afirma esta outra, vendedora de lanches em um trailer: “*El español de acá no es el español, no es? Es el portuñol*”.

Sobre as formas de designar as práticas linguísticas decorrentes do contato do espanhol com o português nos contextos especificados, é importante mencionar que a expressão “*dialecto fronterizo*” encontra-se registrada já em princípios da década de 60, pela primeira vez, para nomear o resultado de uma pesquisa científica, no texto de José Pedro Rona “*La frontera lingüística entre el portugués y el español en el Norte del Uruguay*”, de 1963.

O dialeto fronteiriço mereceu mais atenção do estudioso na obra “*Dialecto Fronterizo del Norte del Uruguay*”, de 1965, em que divulga o resultado de pesquisas dialetológicas desenvolvidas para mapear a situação contato das línguas espanhola e portuguesa no país, delineando seus domínios territoriais.

O então chamado “*fronterizo*” por Rona, foi pluralizado por Elizaincín e Behares no início dos anos 80 (1981), que o passaram a chamar “*Dialectos Portugueses del Uruguay*” (DPU). A mudança na designação advém da filiação teórica diferenciada operada por estes pesquisadores, que se ancoraram em teorias e métodos da sociolinguística e da sociologia da linguagem. A questão dos DPU continuou sendo pesquisada por estes estudiosos. Posteriormente, juntamente com Barrios, publicaram a obra referida no início desta seção.

Outra designação amplamente reconhecida no âmbito acadêmico-científico, formulada em uma perspectiva das línguas de contato e da sociolinguística é a sugerida por Carvalho (2003), quem sustenta que o Português Uruguaio seria uma das variedades que compõem um continuum linguístico, compreendido por variedades do português que vão desde um português padrão brasileiro até um português rural uruguaio, as quais compõem o repertório linguístico da comunidade fronteiriça que habita a fronteira norte do Uruguai, especialmente na cidade de Rivera.

Assim, quando um falante fronteiriço, ao nomear a língua em que enuncia, diz que fala *fronterizo*, *DPU*, ou *portuñol*, pode estar designando uma realidade linguística descrita de perspectivas teóricas diferentes nos trabalhos acadêmicos. Do ponto de vista enunciativo, ao empregar uma ou outra designação, mobiliza sentidos que se atualizam na enunciação, fazendo significar a língua de modo particular. Para nós, um dos pontos diferenciadores deste portunhol em relação aos demais é o fato de ser a única língua falada por muitos desses sujeitos que residem na região de fronteira entre

o Uruguai e o Brasil, funcionando nas relações cotidianas como sua língua materna⁵. Nesse sentido, distingue-se, por exemplo, do portunhol que funciona como interlíngua⁶, do qual tratamos brevemente a seguir.

1.1.2 O portunhol como interlíngua

Quando se discute o processo de aquisição do espanhol por parte de lusofalantes, ou ainda, a aquisição de português por hispano-falantes, a designação portunhol é frequentemente utilizada para referir às produções realizadas por esses sujeitos durante tal processo em direção à aquisição proficiente da segunda língua.

Fundamentada em pressupostos da Linguística Contrastiva, ao tratar da aquisição do espanhol como língua estrangeira por brasileiros falantes de português e da crença de que “aprender o espanhol é muito fácil”, Neta assim define o portunhol:

*Surge el portuñol que tomado desde una perspectiva positiva es una señal de progreso (interlengua); en otros casos, sin embargo, el hablante asume ese nivel de interlengua como suficiente para comunicarse y ya no busca progresar.*⁷ (NETA, 2000, p.1)

Se, segundo a autora, por um lado, o portunhol pode constituir uma etapa positiva e necessária do caminho percorrido por quem deseja aprender o espanhol, por outro, é muitas vezes considerado negativamente, ao ser associado ao erro, como

⁵ Conforme Guimarães (2006, p.48): “Língua materna é a língua cujos falantes a praticam pelo fato de a sociedade em que se nasce a praticar; nesta medida ela é, em geral, a língua que se apresenta como primeira para seus falantes.”.

⁶ Da posição teórica enunciativa assumida por nós, o portunhol falado na fronteira uruguaio-brasileira e descrito nos trabalhos acadêmicos citados nesta seção diferencia-se da noção de interlíngua, pois entendemos que a relação portunhol-sujeito é regulada pelo modo de distribuição das línguas para seus falantes no espaço de enunciação (GUIMARÃES, 2006). Entretanto, Bottaro (2002), ao pesquisar o “fenômeno da mescla linguística” observado nos falares da cidade de Rivera (Uruguai), caracteriza-os como “dialetos bilíngues”, isto é, como “sistemas intermediários surgidos da situação de contato” (BOTTARO, 2009, p.34). A pesquisadora estuda-os por meio da análise linguística e encontra propriedades em comum com a interlíngua de aprendizes de língua estrangeira. Para Bottaro (2009, p.35), “a mescla linguística observada nos dialetos falados na região fronteiriça constitui uma espécie de interlíngua por tratar-se de um sistema intermediário que apresenta características semelhantes às da interlíngua dos aprendizes de língua estrangeira.”.

⁷ “Surge o portunhol que tomado desde uma perspectiva positiva é um indício de progresso (interlíngua); em outros casos, no entanto, o falante assume esse nível de interlíngua como suficiente para se comunicar e deixa de tentar progredir.” (NETA, 2000, p.1, tradução nossa).

sinal de estagnação ou insuficiência do sujeito quanto à aprendizagem desta língua, devendo, por isso, ser superado. Entre as etapas que transpõem os sujeitos falantes de português em processo de aquisição do espanhol e que, em algumas situações, são identificadas como “*portuñol* (ou portunhol)”, distingue-se “uma fase em que a produção se calca, em grande parte, nas formas da língua materna” de uma outra, em que “chegam muitas vezes a criar uma língua “exótica”, que já nem se parece à primeira e está longe de chegar perto da segunda.” (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2006, p. 140). Reforçando o imaginário de que o portunhol tem de ser suplantado é que circulam no Brasil artigos publicados em portais na internet que procuram estimular o aprendizado formal da língua espanhola e o abandono da prática do portunhol.

Tomamos como ilustração, primeiramente, o texto publicado no portal “UOL Educação”. Em espaço dedicado ao Espanhol, encontra-se um link para um artigo intitulado “Portunhol – Não erre: o coração late e o cachorro ladra”, fazendo alusão à diferença semântica entre vocábulos que possuem forma idêntica ou semelhante no português e no espanhol (verbo latir em ambas as línguas), os já clássicos “falsos amigos”, assunto presente na aula de muitos professores de espanhol como língua estrangeira no país, como apontam Celada e González (2005, p.75) “*Reiteradamente se vuelcan las miradas sobre la gran metonimia de la dificultad del español para los hablantes del portugués: los falsos amigos[...]*”⁸. O artigo, de autoria de uma professora de espanhol de uma escola brasileira, propõe-se a oferecer “dicas” para o leitor para que não cometa erros no espanhol e não venha a propagar o portunhol: “Para que você também deixe de *semear portunhol* por aí” (WHITTON, 2006).

Na mesma direção, temos o exemplo deste outro texto, também divulgado na *web*, no blog “Dicas de Espanhol”, de título “Falar Portuñol com clientes e turistas não é suficiente”. A autora, proprietária de uma escola de línguas voltada para o ensino do espanhol, argumenta a favor da aquisição formal da língua. Dirige-se principalmente àqueles que pretendem atender os turistas e o grande público que virá ao Brasil nos próximos anos, em função da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas em 2016: “Serão pessoas do mundo inteiro aqui no Brasil, consumindo e visitando, e quem pensa que falar portuñol com esses clientes e turistas será aceitável e produtivo, está enganado.” (ZALCBERG, 2010, p.1). Na continuidade do texto, ressalta-se a

⁸ “Reiteradamente voltam-se os olhares para a grande metonímia da dificuldade do espanhol para os falantes de português: os falsos amigos.” (CELADA E GONZÁLEZ, 2005, p.75, tradução nossa).

importância de falar e compreender o espanhol para a realização de transações bem sucedidas, colocando o sujeito falante de portunhol em um lugar de desvantagem nesse contexto de negociações comerciais.

Retornando à noção de interlíngua, partimos de Durão (2007), que retoma vertentes da Linguística Contrastiva (LC) para então especificar, de modo geral, o que é a interlíngua. Para a autora, *interlengua*⁹, pode ser definida resumidamente como “um sistema linguístico em construção que está entre uma língua e outra (s)”. (DURÃO, 2007, p.23, tradução nossa). Entretanto, esclarece que o termo pode referir a diversos tipos de “sistema linguísticos” em constituição, entre os quais se encontram os de aprendizes de língua estrangeira. Ao tratar da aquisição do espanhol como língua estrangeira com foco nas interferências do português no aprendizado de língua espanhola, Espiga (1999) expõe que a aquisição de uma língua estrangeira se dá pelo transcurso de estágios os quais atravessa o aprendiz até atingir um suposto estágio *n*. Partindo do português em direção ao espanhol, o portunhol identificar-se-ia, então, com um (ou mais de um) desses estágios, caracterizados pela presença mais ou menos significativa de interferências da língua materna, aproximando-se da noção de interlíngua: “a interlíngua é a competência transitória, os estágios que o aprendiz atravessa antes de chegar ao resultado final.” (LÓPEZ, 2005, p.14, tradução nossa). Entre os pesquisadores que trabalham com o conceito de interlíngua, há aqueles que o fazem coincidir com o de portunhol (CELADA, 2002). Sturza também corrobora esse entendimento ao vincular o portunhol ao contexto de aprendizagem de línguas:

Tal definição, atribuída a erros no uso ou aprendizagem de uma das línguas, tem sido reforçada até nos títulos dados aos livros didáticos, como por exemplo: *Guia de Espanhol para quem só fala Portunhol* (Arias 1997), *Muy Amigo - Guia de Espanhol para Escapar das Armadilhas do Portunhol* (Grant 1999). O portunhol tem sido abordado como uma questão de interlíngua para os aprendizes [...] (STURZA, 2004, p.153)

É importante ressaltar que, não somente para designar estágios de aquisição de brasileiros aprendizes de espanhol a palavra portunhol é utilizada, mas também, de falantes de espanhol que estão adquirindo o português, como o faz Almeida Filho (1995), por exemplo, em artigo que aborda a interface de aprendizagem do espanhol

⁹ Mantivemos o termo em espanhol, dado que a obra consultada (DURÃO, 2007) está escrita nessa língua.

por brasileiros e do português por hispano-americanos quando se refere a “aprendizes que iniciam o processo com alta compreensão da língua-alvo e estacionam em um patamar de ‘portunhol’ rápida e precocemente.” (ALMEIDA FILHO, 1995, p. 48).

Entre as diferenciações que apresentamos para o portunhol, abordaremos, a seguir, o que propomos chamar o “portunhol na/da mídia”, tratando de sua circulação em ambientes midiáticos.

1.1.3 O portunhol na/da mídia

O que aqui propomos chamar o “portunhol na/da mídia” é essa língua enunciada por personagens de telenovelas ou de programas humorísticos, o portunhol que circula na fala de personagens de histórias em quadrinhos (Figura 1), em blogs na internet e que imprime, à mistura do português e do espanhol, certo tom “engraçado”.

Nesse sentido, opera-se um deslocamento na forma de conceber o portunhol em relação aos dois “portunhóis” abordados anteriormente, pois nesse contexto, em vez de o portunhol ser “condenado”, muitas vezes, existem apelos para que sujeitos se aventurem a falá-lo, como uma brincadeira em que são convidados a participar.



Figura 1 – História em quadrinhos “Los 3 amigos”: Personagens expressam-se em portunhol.

É o que encontramos neste site “*Lo día internacional de hablarse portuñol*”¹⁰, que propõe como data em que todos devem falar em portunhol a última sexta-feira de outubro e convida os internautas a utilizarem-no em variadas situações (nos seus blogs e chats, no trabalho, na hora de caminhar, tomar café da manhã, etc.) (Figura 2).



Figura 2 –Imagem que identifica o site “Lo día internacional de hablarse portuñol”

A página oferece, entre diversos links relacionados ao portunhol, lições classificadas em nível básico, intermediário e avançado, e outra, intitulada “*Palabrones*” que auxiliam o interessado em aprender a língua. Entre as instruções que correspondem ao nível básico, estão:

Troque "o" por "lo", "a" por "la".
 "Nós" é "nosotros"; "você" é "usted".
 Coloque os substantivos no aumentativo ou diminutivo, aleatoriamente a seu critério. Isto automaticamente colocará a palavra em portuñol. Ex.: *Hoy boy faz um churrascón de domingón, com picanhita e mamacitas.*

A partir desses exemplos, vemos como se difunde pelo site uma concepção de portunhol que o identifica como uma língua a qual exige, tomando como base o sistema gramatical do português, apenas algumas substituições generalizadas ou alterações morfológicas aleatórias para que possa ser praticada. Para falar portunhol, basta “parecer” estar falando em espanhol.

Igualmente, programas de televisão e agências publicitárias encontram no portunhol um recurso a seu favor, produzindo um diferencial em seus personagens ou nas propagandas de certos produtos. Em 2010, pela Rede Globo, exibiu-se a

¹⁰ Disponível em: http://www.portunhol.art.br/wiki/Página_principal. Acesso em: 10 out 2010.

regravação da telenovela “Ti-ti-ti”, cuja versão original transmitiu-se nos anos 80, em que o atrapalhado personagem Ariclones escondia-se sob a identidade do extravagante Victor Valentim, estilista supostamente nascido na Espanha. A construção do personagem, que em suas aparições públicas vestia um típico traje de toureiro, fez-se também pela língua, já que Victor Valentim acabava por expressar-se sempre em portunhol ao buscar reproduzir alguns aspectos do espanhol ibérico em sua fala.

Não apenas no Brasil o portunhol circula na mídia. Para além das fronteiras territoriais brasileiras, agências de publicidade também se servem da língua para dar um tom anedótico a algumas propagandas, como é o caso da campanha veiculada na Argentina pela empresa de telefonia celular “Personal”¹¹ (Figura 3). No vídeo, mostra-se um argentino falando via celular com um atendente de um hotel de uma praia brasileira. Ao tentar fazer-se compreender em português, termina por enunciar em portunhol. A propaganda explora justamente a suposta proximidade entre as línguas portuguesa e espanhola que, muitas vezes, provoca no sujeito a ilusão de que facilmente sabe falar a língua do outro.



Figura 3 – Comercial Personal “Portuñol”.

Conforme procuramos mostrar, embora o portunhol costume designar uma língua originada da “mescla” do português e do espanhol, sob essa designação acham-se práticas linguísticas enunciadas por diferentes sujeitos, em distintas situações e que não funcionam da mesma maneira ao circularem nesses espaços.

¹¹ Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=_bWoLqJiZUE. Acesso em 10 out 2010.

A propósito, é importante esclarecer que neste trabalho, de modo geral, tomamos o portunhol como língua, enquanto materialidade que “toma corpo” pela enunciação de sujeitos e produz sentidos. Quando tratamos do portunhol surgido em regiões fronteiriças do Brasil, o consideramos língua como prática linguística constitutiva do sujeito afetado pela complexidade das fronteiras, funcionando em relação com outras línguas, enquanto modo específico de enunciar desse sujeito fronteiriço, pela qual afirma seu pertencimento à fronteira. Nessa direção, valemo-nos de Guimarães (2006, p.48). Segundo o autor, “línguas não são objetos abstratos que um conjunto de pessoas em algum momento decide usar. Ao contrário, são objetos históricos e estão sempre relacionadas inseparavelmente daqueles que as falam.”. Igualmente, fundamentamo-nos na posição de Sturza (2006), que situa o portunhol no conjunto das “línguas de fronteira”, o qual constitui o espaço de enunciação fronteiriço, isto é, práticas linguísticas resultantes do contato das línguas nacionais (o português, o espanhol e o guarani).¹²

Ao retomar os objetivos que norteiam este estudo, isto é, discutir e interpretar a materialização do portunhol no domínio da escrita, perguntamo-nos: qual portunhol figura nesse domínio? Para responder à questão proposta, partiremos de uma breve descrição das publicações que serão tomadas para análise posteriormente, definindo de que portunhol estamos tratando.

1.2 Publicações em portunhol na literatura

A primeira publicação que tomamos é “*Noite nu Norte. Poemas en Portuñol*”, escrita por Fabián Severo, lançada em 2010 na cidade de Artigas (Uruguai). A obra reúne cinquenta e sete poemas escritos em “*portuñol*”, conforme nomeia seu autor.

Segundo Behares (2010a, p.10, tradução nossa), no prólogo que faz à obra de Severo, o poeta apresenta uma interessante tentativa de escrita do que para o pesquisador, seria uma “variedade ágrafa do português com maior ou menor influência do espanhol” utilizada no cotidiano de sujeitos que residem em Artigas. Esse

¹² Em Sturza (2006), as línguas nacionais tratadas pela autora no conjunto das “Línguas de fronteira” são o português e o espanhol. Para nosso trabalho, consideramos entre as línguas nacionais também o guarani.

processo é definido uma “transliteração”, transformando-a em uma entidade totalmente distinta, mas que continua remetendo à sua existência na fala (BEHARES, 2010a).

Behares (2010b, p.17-18) localiza essa “variedade” no conjunto das línguas que compõem a situação sociolinguística da região fronteira uruguaio-brasileira, cuja área uruguaia caracteriza-se por apresentar “uma sociedade bilíngue”, pois estão presentes o espanhol (língua do Estado) e o português (português do Uruguai). Para o linguista, o portunhol de Severo seria uma “variedade do português uruguaio”¹³, que se diferenciaria linguisticamente de “falares” de outras localidades fronteiriças, como as de Rivera ou do norte de Cerro Largo (departamentos do Uruguai). Ao destacar um fragmento do poema “DES”, Behares (2010b), identifica-o como um texto de autoria de um poeta artiguense que “escreve sua poesia em português do Uruguai”, embora Severo (2010a) opte por designar a língua em que escreve como *portuñol*. Sobre a designação “*portuñol*” na região fronteira do norte do Uruguai, Brovotto (2010) a registra como um modo de nomear informalmente “variedades do português” encontradas nessa área fronteira.

As observações de Behares (2010a, 2010b) e Brovotto (2010) colocam-nos diante de modos diferenciados de dar nome a línguas surgidas do contato do português e do espanhol. Por um lado, “português do Uruguai” ou “português do Uruguai” são as designações utilizadas por aqueles que as nomeiam do lugar enunciativo do saber acadêmico-científico, isto é, linguistas e pesquisadores que têm se dedicado ao estudo dessas línguas enunciadas na fronteira. Por outro lado, tem-se “*portuñol*” como o nome atribuído pelo falante à língua que pratica. Nesse sentido, Brovotto (2010, p. 28, tradução nossa), esclarece que tais “variedades do português” encontradas na fronteira, “têm sido denominadas em trabalhos científicos DPU e mais recentemente, português do Uruguai”.

Dito isto, poderíamos afirmar, então, que esse “português do Uruguai” mencionado por Behares (2010a; 2010b) aproxima-se do anteriormente distinguido por Carvalho (2007) e dos também descritos DPU (ELIZAINCÍN, BEHARES Y BARRIOS, 1987)¹⁴. Sobre a variedade do português falada em Artigas - e também em

¹³ Note-se que, nos textos de Behares (2010a; 2010b), há uma alternância entre os sintagmas “Português Uruguaio” e “Português do Uruguai”. Conforme esclarece, o segundo termo seria o mais utilizado na bibliografia acadêmica e em documentos oficiais do país atualmente (BEHARES, 2010b).

¹⁴ No texto de Carvalho (2007), em que a autora propõe-se a descrever o perfil sociolinguístico das comunidades de Rivera e Artigas no norte do Uruguai, ao responder à pergunta “¿Quién habla

Rivera - Carvalho (2007) destaca duas de suas características principais: a presença de elementos do português rural, relacionados à sua origem campestre, e a influência do espanhol, originada dos séculos de contato linguístico. A linguista assinala, ainda, a presença de regionalismos surgidos a partir de adaptações de empréstimos do espanhol à gramática do português, ou neologismos próprios da fronteira (CARVALHO, 2007).

O que para esses pesquisadores pode ser identificado como uma “variedade do português uruguaio” é designado como *portuñol* por Severo (2010a) na obra “*Noite nu Norte: Poemas en Portuñol*”, cuja publicação coloca-nos frente à **literatura** como um meio de circulação desse portunhol. Independentemente de seu valor estético ou artístico, constitui-se como uma produção inscrita (e escrita) na língua.¹⁵

De tal modo, o aparecimento desse tipo de publicação indica-nos um meio possível de circulação dessa língua: o literário. Registros do portunhol na literatura já vêm sendo apontados por outros pesquisadores como Lipski (2005, p. 4) - “*In recent years a significant literary production in portuñol/portunhol has arise, mostly in Uruguay and Brazil but ocasionalmente from other sources.*”¹⁶ - e García (2006).¹⁷

É também pela literatura que outro portunhol toma forma: “*U portunhol salbaje*” (Diegues, 2005, p.3). Conforme já dissemos, a designação “portunhol” pode remeter a realidades linguísticas diferentes. Nesse caso, aparece determinada pela palavra “*salbaje*”, o que agencia um novo sentido para a língua, que, além de incluir uma relação entre o português e o espanhol, algumas vezes passa a conter, elementos de uma terceira: o guarani. Para Kaimoti (2009), que estuda a poesia de Diegues de uma perspectiva teórica fundamentada no diálogo dos Estudos Culturais com a Literatura Comparada no Brasil, “*selbaje*” pode ser compreendido em termos mais amplos como a incorporação de uma identidade sustentada pelo poeta, integrando na materialidade

português acá?”, uma das professoras entrevistadas em sua pesquisa responde: “*El dialecto portuñol lo hablan en general las capas más bajas de la sociedad desde el punto de vista sociocultural y económico.*” (CARVALHO, 2007, p.53).

¹⁵ Outro exemplo de registro do portunhol na escrita na fronteira do Uruguai com o Brasil é a publicação intitulada “rompidioma”, de 2005, em que o cantor e compositor popular Chito de Mello, nascido na cidade fronteiriça de Rivera (Uruguai), reúne textos que originalmente correspondem a letras de composições gravadas ao longo de seus trabalhos.

¹⁶ Nos últimos anos nota-se o surgimento de uma produção literária significativa em *portuñol/portunhol*, principalmente no Uruguai e no Brasil, mas, ocasionalmente, advinda de outras fontes. (LIPSKI, 2006, p.4, tradução nossa)

¹⁷ Fernandez García (2006), em artigo intitulado “Portuñol y literatura”, apresenta um cenário do portunhol, em sua multiplicidade, e de sua manifestação em obras ditas literárias.

do texto poético, além de traços linguísticos, elementos culturais e simbólicos de seu espaço de produção.

Logo no início da obra “*Uma flor na solapa da miséria*”, o autor Douglas Diegues (2005, p.3) descreve o “Portunhol salvaje”¹⁸ a seus leitores, definindo-o: “*U portunhol salvaje es la língua falada en la frontera du Brasil com u Paraguai por la gente simples que increíblemente sobrevive de teimosia, brisa, amor al imposible, mandioca, vento y carne de vaca*”.

Em outro momento, Diegues explica como se estrutura esse portunhol salvaje, que pode vir a conter palavras de muitas outras línguas além das três já mencionadas: “además del guarani, posso enfiar numa frase palabras de mais de 20 lenguas ameríndias que existem em Paraguaylândia y el resto de las lenguas que existem em este mundo.” (DIEGUES, 2009). O léxico é a gramática do portunhol selvagem ajustam-se às necessidades de quem o coloca em funcionamento (BONFIM, 2012).

Diferentemente do portunhol em que escreve Severo, o de Diegues surgiria, conforme o fragmento destacado, inspirado no portunhol da fronteira do Brasil com o Paraguai. É pela escrita, como linguagem literária, que Diegues dá a conhecer o *portunhol salvaje*, por meio de poemas que o escritor constrói na língua.

No que se refere ao portunhol presente na literatura, especialmente na obra de Diegues, Lipski (2006) e García (2006) atentam para sua especificidade. Embora Diegues (2005) relacione o *portunhol salvaje* com a fronteira brasileiro-paraguaia, é necessário considerar que não se trata de uma tentativa de reprodução do portunhol falado por seus habitantes, mas sim, uma construção literária que encontra nesse portunhol um ponto de partida, “*Una forma nueva de dizer coisas viehas y nuevas de miles de maneras próprias diferentes. Es una lengua que solo se pode entender usando el korazón. Brota del fondo del fondo de cada un de maneira originale.*” (DIEGUES, 2008, p.45). Na opinião de Amarante (2009), é uma língua que vai além da fronteira entre o Brasil e o Paraguai, “pululando livremente por aí”. Trata-se de uma língua livre, “uma proposta de uso libertário das palavras”, que se afasta da pretensão de instituir um padrão linguístico (ÁVILA, 2012, p.55).

¹⁸ Não apenas nessa obra de Diegues encontramos o “portunhol salvaje”. Os primeiros textos escritos pelo autor em portunhol salvaje estão reunidos na obra “*Dá gusto andar desnudo por estas selvas: Sonetos Salvajes*”, lançada em 2003, tomada para análise nesta tese. Há ainda outras obras escrita em *portunhol salvaje* pelo autor, como “El Astronauta Paraguayo” (2007) e “Triplefrontera Dreams” (2010).

Para Ávila (2012), Diegues seria, juntamente com outros escritores, praticante de um certo “fronteirismo linguageiro”, cujo valor consistiria em conservar um vínculo entre oralidade e inscrição. Segundo Bonfim (2012), o portunhol selvagem é produto da vivência real dos intensos contatos culturais fronteiriços, transformado em uma língua de um movimento artístico cultural.¹⁹

Quanto ao registro do “portunhol salbaje” na literatura, essa língua já se fazia presente em “Mar Paraguayo” (1992), romance do escritor Wilson Bueno, e é a língua em que enuncia sua protagonista, uma prostituta paraguaia. Bueno é apontado como o primeiro a registrar o “portunhol salbaje” em um livro, motivo pelo qual foi alcunhado por Diegues como “o imperador do portunhol selbajem²⁰” (RODRIGUES, 2011, p.54). Segundo Perlongher (1992, p.8), no prólogo da obra, Bueno a escreve em “portunhol malhado de guarani”. O portunhol de “Mar Paraguayo” define-se como uma proposta literária do autor que resulta em uma língua singular (GARCÍA, 2006).

Após esboçar alguns exemplos do portunhol na literatura, retomamos os objetivos deste estudo, isto é, tratar do portunhol materializado na escrita em textos que constituem algumas publicações, sendo estas literárias, não pretendendo abarcar a totalidade de suportes em que a língua surge nesta modalidade, e interpretá-los. Portanto, selecionamos os recortes que compõem o corpus dessa pesquisa das publicações acima referidas, quais sejam, “*Noite nu Norte. Poemas en Portuñol*” (2010) e “*Viento de Nadie*” (2013), de Fabián Severo); “*Dá gusto andar desnudo por estas selvas: Sonetos Salvajes*” (2002) e “*Uma flor na solapa da miséria*” (2005), de Douglas Diegues.

Destacamos inicialmente a obra inaugural de Severo já que, como dito anteriormente, foi esta a publicação que desencadeou nosso interesse de pesquisar o portunhol no domínio da escrita. Vale mencionar que “*Noite nu Norte: Poemas en Portuñol*” é apontado como possivelmente o primeiro livro escrito por inteiro em portunhol, em se tratando do portunhol falado na fronteira do Uruguai com o Brasil (HÜBEL, 2011), embora se registre antecedentes da presença do portunhol em alguns textos de outros escritores como Agustín R. Bisio e Olyntho Maria Simoes (PEYROU,

¹⁹ Bonfim (2012) parte de Diegues para tratar do portunhol selvagem, tomando-o inserido em um conjunto de práticas artísticas ancoradas na língua, que conformam um movimento artístico. Amarante (2009) sustenta opinião semelhante, ao afirmar que o portunhol selvagem é uma “língua-movimento”, construindo um cenário de produção poética contemporânea.

²⁰ Entre as obras de Diegues e entrevistas concedidas pelo autor, publicadas em outros textos, encontramos a palavra “selbaje” registrada com diferentes grafias: “selbaje”, “selvaje”, “selbajem”, entre outras.

2011). Três anos após o lançamento de *Noite nu Norte*, o escritor artiguense traz à luz seu segundo livro de poemas em portunhol, “*Viento de Nadie*”, em que expande e consolida sua produção literária na língua fronteiriça, publicação a qual também dedicamos nossa atenção neste estudo. Segundo Schlee (2010, p.6), no prólogo que escreve ao livro, é em *Viento de Nadie* que “Fabián, pela segunda vez, incursiona literariamente pelo seu portunhol.”. Para o escritor jaguaronense, “*Viento de Nadie*, assim, não se fez e se faz tão somente como um belo e importante livro de poesia, é também um eloquente testemunho do domínio do autor sobre a linguagem fronteiriça de sua região.” (SCHLEE, 2010, p.9).

A terceira publicação destacada, de autoria de Douglas Diegues, “*Dá gusto andar desnudo por estas selvas: Sonetos Salvajes*”, lançada em 2002, traz poemas em portunhol selvagem. Esse é o livro de estreia do escritor, que lançou posteriormente outras obras escritas em portunhol selvagem, como “*Uma flor na solapa da miséria*” (2005).

É importante dizer que o portunhol em que escreve Diegues está atualmente vinculado ao “cartoneirismo”²¹, conforme explica Rodrigues (2011, p. 20), o poeta seria um “instigador e expoente” do movimento e seu protagonista, com uma atuação voltada para o reconhecimento do portunhol selvagem como liberdade de linguagem. Segundo o próprio Diegues (2011), ele seria o primeiro a publicar um livro de poesias em portunhol selvagem. Na década anterior, foi publicado o romance “*Mar Paraguay*”, de Wilson Bueno (1992), considerado a obra precursora do portunhol selvagem. Para Rocha (2011, p.10), Wilson Bueno é um dos principais nomes de uma “tradição de misturas linguísticas” da qual Diegues situa-se como sucessor, sendo atualmente “uma importante figura dentro de uma tradição relativamente nova – quando comparada às tradições de língua portuguesa e espanhola” (ROCHA, 2011, p.10).

A última publicação que destacamos é o livro “*Uma flor na solapa da miséria*” o segundo de Diegues escrito em portunhol selvagem e o primeiro lançado por uma editora cartoneira, publicado em 2005, três anos após a publicação de “*Dá gusto andar*

²¹ O cartoneirismo é um movimento que reúne autores, artistas e apoiadores das chamadas editoras “cartoneras”. A primeira do gênero é a argentina “*Eloísa Cartonera*”, criada por escritores do país durante a crise econômica sofrida entre os anos de 2000 e 2001, como forma alternativa de possibilitar as publicações de seus livros no período de recessão econômica. As editoras cartoneiras têm como característica editar livros de forma artesanal, elaborados com capas de papelão (“cartón” em espanhol) e pintados à mão. Os exemplares custam em média entre cinco e quinze reais. (RODRIGUES, 2011).

por estas selvas: Sonetos Salvajes". É preciso pontuar que somente nesse segundo livro faz-se uma referência explícita à língua em que os poemas são escritos como "portunhol selvagem", em texto inicial atribuído ao próprio Diegues.

A escolha dessas publicações motivou-se porque, além de proporem uma forma particular de registrarem o portunhol na escrita, a língua em que escrevem aparece assim nomeada nos livros (isto é, como *portuñol/portunhol*), seja em textos dos poetas ou nos prefácios escritos por outros autores. São, ainda, a obra inaugural e a segunda produção de cada escritor, escritas nos "portunhois" que lhe caracterizam: o *portuñol* e o *portunhol salvaje*, lançadas respectivamente em 2010, 2013, 2002 e 2005. Além disso, ainda a propósito das publicações, entendemos terem em comum o fato de colocar em circulação o portunhol por meio da escrita sustentado em materialidades que se distinguem enquanto gênero literário, ao mesmo tempo em que remetem a uma territorialidade que significa a fronteira, como espaço de habitar e enunciar a língua.

A respeito da relação da literatura com o espaço geográfico, na percepção de Dorfman (2008, p.94) este se inscreve nas obras literárias como "cenário e como ancoragem da cultura: é paisagem e abriga um conjunto de práticas estruturadoras do nosso horizonte de possibilidades.". A relação da literatura com um espaço determinado é, por exemplo, um dos fatores que tradicionalmente vincula certas obras literárias escritas em uma língua ao nacionalismo. A respeito da ideia de nação e sua construção na América Latina a partir do século XIX, Mignolo afirma (2003, p.299), "Uma das armas poderosas para a construção de comunidades imaginadas homogêneas foi a crença numa língua nacional, ligada a uma literatura nacional, que contribuísse, no domínio da língua, para a cultura nacional." Este paralelismo entre língua-literatura-cultura-nação estava estritamente ligado à ordem geopolítica e às fronteiras geográficas, integrado em uma ideologia de Estado. Sobre esses elementos alicerçavam-se identidades nacionais.

De acordo com Dorfman (2008, p.94), "contemporaneamente, emergem reivindicações de identidades híbridas e a estabilidade linguística local e nacional é eclipsada por outras territorializações.". Em uma perspectiva literária, uma abordagem que se propõe a dar conta dessas novas territorializações é a retomada por Kaimoti (2009), a partir de Hoisel (2004) e Carvalhal (2003), que encontram na metáfora da "cartografia" uma forma de pensar os estudos literários latino-americanos na atualidade. Segundo tal abordagem, é possível remapear a América Latina a partir de

territorialidades literárias, construindo-se uma nova cartografia em que a realidade cultural sobressai-se à divisão política. Para Kaimoti,

como territorialidade literária no entre-lugar latino-americano, o Cone Sul é marcado por uma identidade móvel, híbrida e mestiça que dilui fronteiras políticas, nacionais e linguísticas dos países que a compõem, particularmente no caso da língua portuguesa do Brasil em relação à língua espanhola e ao guarani dos outros países e do Paraguai. (KAIMOTI, 2009, p. 6)

Essa diluição é o que permite pensar em um re-ordenamento. Para Dorfman (2008), por exemplo, é possível falar em uma “literatura de fronteira”, o que justifica pela consideração de vários elementos, a saber “a origem geográfica de seus autores, a tematização da fronteira e a interpolação do português, do espanhol e de termos locais”, entre outros.

Do ponto de vista teórico que adotamos neste trabalho, sediado nos estudos da linguagem, não nos ocuparemos em determinar se as publicações selecionadas são pertencentes à uma literatura de fronteira nesses termos. Entretanto, consideramos que a relação do sujeito com o espaço estrutura também a língua, possibilitando diferentes formas de manifestação no plano da enunciação, como a produção de uma escrita para o portunhol nos textos selecionados, que mobilizam sentidos determinados pelas relações políticas da/na fronteira. Em nossa compreensão, lidamos com textos escritos em uma língua de fronteira - o portunhol - e nesse sentido, constituídos também pela fronteira.

No capítulo seguinte, damos prosseguimento a nossa reflexão partindo da noção de **apropriação** - trazendo-a do domínio dos estudos geográficos em articulação com a sociologia e a antropologia, para pensar também os conceitos de **território** e **fronteira**. Sustentados nesta imbricação conceitual, fundamentamos nossa compreensão de que uma escrit(ur)a em portunhol constitui uma forma de apropriação específica.

2 ESPAÇO(S) E TERRITORIALIDADES: DA APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO À APROPRIAÇÃO DA/NA LÍNGUA PELA ESCRIT(UR)A

Escrever é apropriar-se de um espaço, aquele em branco da página, e é também apropriar-se da língua, pois é uma forma de colocá-la em funcionamento pela enunciação. Para Benveniste (1989, p. 84), “enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de apropriação”. Pensar no dizer do sujeito que enuncia por meio da escrita é também pensar na sua relação com a língua e com a exterioridade.

De Certeau (1998) empreende uma reflexão sobre a prática da escrita e seu lugar na cultura ocidental moderna. Nesse contexto, o autor designa como escritura “a **atividade** concreta que consiste, sobre o **espaço** próprio, a página, em construir um texto que tem poder sobre a exterioridade da qual foi previamente isolado.” (DE CERTEAU, 1995, p.225, grifo nosso).

A definição aportada por De Certeau (1998) nos interessa na medida em que trata a página como um espaço único, sobre o qual o sujeito atua e o transforma, um lugar de produção. Pela atividade da escritura, o domínio do homem exprime-se sobre a folha de papel, a qual adquire uma nova configuração, produto do fazer escriturístico. O espaço da página é, então, transformado, reconfigurado por um sujeito que, pela enunciação, apropria-se daquele pela língua.

No presente estudo, essa intervenção operada no espaço da página é cerne de nossa reflexão, dado que estamos tratando de uma língua não codificada e que não possui uma escrita padronizada²² e, em muitos casos, predomina no domínio da oralidade.

Especialmente quando tratamos do portunhol encontrado na região fronteira do norte do Uruguai com o sul do Brasil, como o falado em Rivera, conforme sustentamos em nosso trabalho de dissertação (MOTA, 2010), entendemos que a

²² Estamos utilizando as noções “codificação” e “padronização” conforme Lopes (2011). Para a autora, “A codificação consiste na instauração de um sistema de escrita (grafia, ortografia e outras convenções ortográficas); na fixação explícita de um código através da construção dos seus modelos fonológicos, gramaticais e lexicais; e na produção dos seus instrumentos (...)”. Quanto à padronização, define-a como “a escolha de uma língua ou variedade como norma ou padrão supradialectal e/ou para língua nacional ou oficial, a língua a usar para fins específicos (educação, administração e na vida pública).”

relação do sujeito com as línguas que constituem o espaço de enunciação fronteiriço (STURZA, 2006), assim como a maneira como estas se significam e se distribuem é afetado pelas condições histórico-sociais da fronteira.

Quanto à noção de espaço de enunciação fronteiriço, que aqui tomamos constituído pelas línguas nacionais e/ou oficiais de cada país - o português, o espanhol e o guarani – e práticas decorrentes do contato das línguas, Sturza afirma:

Considero que o Espaço de Enunciação Fronteiriço projeta um modo de distribuição das línguas da fronteira que pode ser visto a partir tanto da perspectiva do falante como da do pesquisador. Em ambos os casos o que se sobressai é que as línguas são reguladas por um jogo de poder e de domínio determinado pelo fator político. (STURZA, 2006, p.65)

Em se tratando dos textos que procedemos à análise neste estudo, podemos pensar que o lugar ocupado pela língua na materialidade das publicações é dado pelo falante, o que se define no jogo político de enfrentamento das línguas no espaço de enunciação fronteiriço. Esse lugar se constrói em um processo de escritura, na passagem da oralidade para a escrita, pois o sujeito encontra outra forma de enunciar na língua. Ao escrever, elabora não só uma técnica, mas também procedimentos de linguagem que constituem tais textualidades (GUIMARÃES, 2005) e projetam possibilidades de sentido.

Para melhor compreender essa questão, é importante considerar que a fronteira, enquanto espaço delineado por limites geopolíticos, coloca as línguas em uma condição de confronto e convivência. Assim, “Do mesmo modo que a integração e transgressão configuram os lados de uma mesma moeda na conceituação do que é um espaço fronteiriço, o cruzamento das línguas é afetado por esses sentidos.” (STURZA, 2006, p.65). Práticas linguísticas como o portunhol²³ falado na parte setentrional do Uruguai ou o jopará²⁴ são resultados desse cruzamento, funcionando enunciativamente em convívio com as línguas nacionais dominantes.

²³ Assim como Rona tomou dos próprios falantes o modo de nomear a “mistura de línguas” que se praticava na região de fronteira, chamando-a de *fronterizo* (STURZA, 2006), empregamos neste trabalho a designação “portunhol” a partir dos próprios sujeitos que a utilizam para referir-se à língua que falam. Essa escolha implica em não optar por designações já estabilizadas em pesquisas linguísticas, como DPU ou Português Uruguaio.

²⁴ Segundo a definição de Lustig (1996, p.19), “*lenguaje entremezclado de español y guaraní en el cual gran parte de los paraguayos se comunican día a día.*”.

Em Mota (2010), quando estudamos jornais publicados em Santana do Livramento no início do século XX, os tomamos como espaços onde operam as relações dos sujeitos com as línguas e analisamos como estas significam sujeitos enquanto fronteiriços. Encontramos nos jornais a materialização das relações vividas na fronteira, significando sua organização, sua configuração como espaço de mobilidade, contatos, interfaces, trocas e fluxos diversos.

Ao mesmo tempo, o estudo conceitual da fronteira ancorado em textos da geografia e da análise de aspectos específicos que caracterizam ou incidem sobre a zona fronteiriça uruguaio-brasileira, levou-nos a afirmar que as condições sócio-históricas características dessa fronteira – onde muitos elementos linguísticos, culturais, econômicos, políticos são compartilhados – funcionam como formas de apropriação que nos permitem designá-la “território fronteiriço”.

A partir dessa concepção, consideramos o jornal enquanto espaço de enunciar de línguas e falantes que circulam no território fronteiriço, como um lugar do dizer e significar da relação do sujeito com a própria fronteira materializada na língua, espaço de emergência de sentidos que se atualizam, constroem redes de significação, passando a constituir o próprio território fronteiriço (MOTA, 2010).

Na presente pesquisa de doutorado, é fundamental retomarmos e atualizarmos essa discussão, pois nos voltamos para os textos em português considerando que, uma vez estabelecidos, possivelmente funcionem como um modo de re-territorializar a fronteira ao redizê-la pela língua, na escrita, significando a relação do sujeito fronteiriço com o espaço por ele habitado e apropriado, através de territorialidades específicas, dada a condição geopolítica e sócio-histórica particular da fronteira.

Por isso, recorreremos principal e novamente ao aporte de teóricos inseridos no campo dos estudos geográficos, bem como ao de estudiosos que apresentam uma visão sociológica do fenômeno fronteira, para retomar o movimento conceitual que nos permitiu chegar à noção de território fronteiriço em Mota (2010), remobilizando-o, atualizando-o, procurando dar conta da especificidade das publicações através das quais toma corpo uma escrita em português.

Partindo de Corrêa (2002), que teoriza sobre o conceito de “novas territorialidades” ou “re-territorialidades”, delineamos como a fronteira, enquanto espaço de territorialidades diferenciadas e territorializações, re-cria-se, re-institui-se material e simbolicamente nessas publicações. Um novo território pode ser criado “seja através da reconstrução parcial, *in situ*, de velhos territórios, seja por meio da

recriação parcial, em outros lugares, de um território novo que contém, entretanto, parcela das características do velho território.” (CORRÊA, 2002, p.252). Nesse sentido, acreditamos que o ato de apropriação da língua pelo sujeito fronteiriço que enuncia em portunhol pela escrita é um ato de apropriação do espaço das páginas que compõem cada publicação e, por sua vez, um movimento de re-territorialização da fronteira pela língua. Para Raffestin (1993), a atividade linguística como qualquer outra, desenvolve-se inserida em uma dimensão espacial e temporal, envolvendo a produção de espaços territorializados.

Para melhor discutir neste capítulo uma noção de territorialidade a fim de sustentar a tese proposta, qual seja, a relação de uma escrita em portunhol com uma re-territorialização da fronteira, trazemos a seguir contribuições de alguns pesquisadores do domínio dos estudos geográficos, como Santos (1997), Haesbaert (2002, 2004, 2007), Machado (2011)²⁵, Raffestin (1993), e dos estudos sociológicos, como Albuquerque (2011), entre outros, tecendo imbricações entre conceitos que consideramos fundamentais para desenvolver a reflexão esboçada, como os de **espaço, território, territorialidades e fluxos**.

2.1 Espaço, território, territorialidades

Tradicionalmente, diversos pesquisadores têm procurado definir as noções de **espaço e território**, noções chave para a geografia, conceituando-as de diferentes perspectivas. Conforme Haesbaert (2002), o espaço e suas formas de organização social têm sido resgatados em outras áreas das ciências sociais além da Geografia, sendo contemplada, por exemplo, em produções acadêmicas da História e da Sociologia.

Do mesmo modo, buscamos dialogar com alguns textos produzidos principalmente nos domínios da geografia humana e da geopolítica, bem como, tomar o aporte de pesquisas sociológicas e antropológicas, tratando da espacialidade na sua relação com a língua de um lugar teórico dos estudos linguísticos.

²⁵ A data referida corresponde ao acesso, pois o texto está disponível em portal da internet sem indicação da data de publicação.

Iniciaremos pela retomada de algumas definições para as noções de **espaço e território**, na medida em que estas surgem atreladas uma à outra. Segundo Haesbaert et. al.(2005), uma visão mais tradicional concebe o território reduzido à sua dimensão jurídico-administrativa, vinculada à delimitação e ao controle de áreas geográficas pelo Estado.

Historicamente, a concepção de território circunscrita aos limites do estado surge na modernidade ligada à noção de soberania e à formação dos Estados Nacionais, estabilizando-se nos séculos XVIII e XIX. Para estabelecer-se, o Estado Moderno precisou sustentar sua soberania em uma base territorial, delimitada e demarcada por uma fronteira de tipo linear (STEIMAN E MACHADO, 2012). Segundo Machado (2011, p.3), em referência à abordagem proposta pelo cientista político Friedrich Kratochwil (1986), “os Estados modernos constituem um sistema (entre outros) de organização social, caracterizando-se por pertencer a uma ordem de tipo territorial.”.

Quanto aos elementos que estão na essência da formação de um Estado Nacional, tem-se o território, um povo e a soberania²⁶. O espaço onde o Estado garante o exercício de seu poder, ou seja, exerce sua soberania, é demarcado pela noção de território (SOUZA, 2002). A nação, por sua vez, constitui-se como um elemento imprescindível na formação dos Estados Nacionais, na medida em que aparece atrelada aos nacionalismos²⁷, atuando como fator fundamental na estruturação de identidades. Hobsbawn (2011), ao discutir o surgimento do conceito de nação na modernidade, propõe uma abordagem baseada em discursos de caráter político e social que abordavam o termo na Era das Revoluções²⁸. A respeito da articulação desta noção com as de Estado e povo, o historiador esclarece que “A equação nação=estado=povo e, especialmente, povo soberano, vinculou indubitavelmente a nação ao território, pois a estrutura e a definição dos Estados eram agora essencialmente territoriais.” (2011, p.29). A respeito desta imbricação, Albuquerque (2005, p.35) aponta para uma dissociação no surgimento do Estado e da Nação, tanto no contexto europeu como no contexto americano:

²⁶ “A soberania é a ação de domínio sobre o espaço de pertencimento.” (ZAMBRANO, 2001, p.17, tradução nossa).

²⁷ “[...] nacionalismo é a utilização do símbolo “nação” pelo discurso e atividade política, bem como o sentimento que leva pessoas a reagirem ao uso desse símbolo.” (VERDERY, 2000, p.240).

²⁸ O estudioso apresenta uma análise histórica dos conceitos de nação e nacionalismo nos últimos duzentos anos, tendo como ponto inicial o ano de 1780.

O **Estado** e a **nação** não surgiram juntos, somente no final do século XVIII e início do século XIX o Estado nacional se configura na Europa e na América como entidade política, cultural e simbólica hegemônica. Antes deste período já existiam os reinos e impérios de Portugal, Espanha, França, Inglaterra e as colônias portuguesa, espanhola, inglesa, etc. Todavia, essas comunidades políticas ainda não estavam articuladas como um conjunto de instituições militares, educacionais, jurídicas e simbólicas que existirá nos modernos Estados nacionais.

Ao propor uma conceituação para **nação**, Hall (2001, p. 49) afirma que esta não pode restringir-se a “uma entidade política”, mas sim, deve ser compreendida como “algo que produz sentidos – um sistema de representação cultural”. Para o autor, a ideia de nação pode ser vivenciada por seus cidadãos através de uma “cultura nacional”.

Ainda a propósito de **nação**, Verdery (2000, p.239) pontua o conceito foi amplamente discutido na academia nas décadas de 1980 e 1990 em diversas disciplinas. Segundo o ponto de vista antropológico assumido pela autora, **nação** seria um “um operador básico num vasto sistema de classificação social”. Durante a modernidade, a nação serviu como fator classificativo em um contexto de relações internacionais entre Estados nacionais (VERDERY, 2000). Nesse sentido, a nação funciona como um elemento simbólico a partir do qual sujeitos são classificados como nacionais ou não-nacionais e são vinculados ao estado, são expostos a “condicionamentos políticos e econômicos particulares” (ZUCOLILLO, 2000). Para o escopo de nosso trabalho, pensar na equação nação=estado=povo é fundamental, dado que uma língua pode funcionar como um meio de identificação de uma nação com um estado, pelo reconhecimento oficial da língua e pelo nacionalismo linguístico. Isto é, o estado mobiliza sujeitos através da língua como símbolo nacional, estabelecendo uma relação de pertencimento, atua na construção de uma “comunidade imaginada”. Tomamos essa expressão de Anderson (1993, p.23, tradução nossa), que propõe a seguinte definição para **nação**: “[...] uma comunidade política imaginada como inerentemente limitada e soberana.”. No tocante à definição proposta, o estudioso esclarece que

Es *imaginada* porque aun los miembros de la nación más pequeña no conocerán jamás a la mayoría de sus compatriotas, no los verán ni oirán siquiera hablar de ellos, pero en la mente de cada uno vive la imagen de su comunión. (...) se imagina como comunidad porque (...) la nación se concibe

siempre como un compañerismo profundo, horizontal. (ANDERSON, 1993, p.25)²⁹

A concepção traçada por Anderson, ao colocar em evidência o caráter imaginário das nações, nos permite pensar em comunidades imaginadas cuja estruturação não passe necessariamente pelo vínculo com um estado e/ou com um território. Ao mesmo tempo, pensamos sobre a complexidade das tensões que podem instaurar-se entre sujeito e nação ao existirem diferentes “estilos”³⁰ de imaginação nacional, bem como, no papel das línguas nessa relação.

Na continuidade de nossas reflexões, retomamos as teorizações feitas no campo da Geografia a respeito de **espaço** e **território** e a necessidade de distingui-los conceitualmente. Esses termos não devem ser tomados como equivalentes, devido à anterioridade do primeiro em comparação ao segundo, pois o território se funda a partir do espaço, é produto da ação de sujeitos que atuam sobre ele, “é o resultado de uma ação de atores sintagmáticos” nos termos de Raffestin (1993, p.143). O que promove a conversão do espaço em território é sua apropriação (concreta ou abstrata), sua territorialização. O território surge, então, como produção, limitado pelo próprio homem, determinadamente constituído por relações de poder (RAFFESTIN, 1993).

Compreender os meios pelos quais o espaço se constitui em território é de extrema importância para nosso trabalho, já que a língua em sua interface com o espaço e como artefato na produção de territórios está atravessada por relações de poder. Essas relações inserem-se na ordem do político, sendo fundamentais para situar o lugar do portunhol na hierarquia das línguas em circulação na fronteira, onde estão também línguas nacionais como o português, o espanhol e o guarani. Tanto o espaço geográfico como o espaço da página em branco são potencialmente passíveis de serem transformados, ou seja, apropriados por meio de diferentes práticas.

Novamente sobre o espaço, trazemos as considerações de Santos (1997), que o relaciona com as noções de paisagem. Para este geógrafo, o espaço enquanto efeito da produção humana configura-se por meio de objetos naturais e artificiais,

²⁹ “É imaginada porque mesmo os membros da menor nação não conhecerão jamais a maioria de seus compatriotas, não os verão nem sequer escutarão falar deles, mas na mente de cada um vive a imagem de sua comunhão. [...] Imagina-se como comunidade porque [...] a nação é concebida sempre como um companheirismo profundo, horizontal. (ANDERSON, 1993, p.25, tradução nossa).

³⁰ Segundo Anderson (1993, p.24), “Las comunidades no deben distinguirse por su falsedad o legitimidad, sino por el estilo con el que son imaginadas.” (ANDERSON, 1993, p.24)

sendo a relação entre o homem e a natureza de ordem cultural, mas também política, técnica, etc.

No que concerne à atuação do homem sobre o espaço, coloca em jogo uma série de forças produtivas, as quais se reproduzem nos diferentes tipos de paisagem. Tais forças são de ordem material e imaterial. O conhecimento, por exemplo, pode ser considerado uma força produtiva (SANTOS, 1997). Ao nos interessarmos pelos objetos que definem os contornos dos espaços geográficos das fronteiras uruguaio-brasileira e paraguaio-brasileira, como resultados de forças produtivas, cotejando-os com o espaço da página das publicações analisadas, é importante observar as técnicas e saberes que viabilizam sua modificação.

Podemos citar o exemplo das cidades de Santana do Livramento e Rivera, localizadas respectivamente no Brasil e no Uruguai, e das cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, situadas no Brasil e no Paraguai. Nas duas primeiras, para assinalar a linha imaginária que determina onde inicia e termina cada país, edificaram-se marcos (Figura 4) ao longo de uma extensa área os quais desenham o contorno dos limites territoriais. Nas últimas, destacamos o monumento à amizade (*monumento a la amistad*) (Figura 5), erguido na avenida internacional, na divisa entre a cidade paraguaia e a brasileira, ou ainda, os postes com bandeiras hasteadas dos dois países distribuídos ao longo da mesma avenida. Essas intervenções físicas são resultado da ação humana na figura dos Estados, pois são os símbolos do domínio deste sobre o espaço. Assim como por meio de técnicas o homem incorre sobre o espaço geográfico ao transformá-lo, o espaço da página em branco também é modificado pela técnica da escrita, recebendo novos contornos.

Ainda acerca da noção de espaço, é preciso considerar a presença de **fixos e fluxos**: “Nós temos coisas fixas, fluxos que se originam dessas coisas fixas, fluxos que chegam a essas coisas fixas. Tudo isso, junto, é o espaço.” (SANTOS, 1997, p.77). Também nos espaços fronteiriços, os fixos organizam a direção dos fluxos, direcionando a dinâmica e a circulação das populações que aí residem ou transitam. No caso da tríplice fronteira, Brasil-Argentina-Paraguai, os estabelecimentos comerciais (Figura 6) situados na região adjacente à Ponte da Amizade na cidade paraguaia de Ciudad del Este, sejam eles formais ou informais, funcionam como fixos que atraem milhares de pessoas cotidianamente em busca de produtos importados com preços competitivos vendidos no local, orientando os fluxos que ocorrem entre

as três cidades fronteiriças e que tem como ponto central de passagem a Ponte da Amizade.



Figura 4 - Marco de fronteira

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=733200&page=2>



Figura 5 - Monumento da amizade
(visto dos dois lados)

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/cavassana/7607325284/in/photostream/lightbox/>

Rabossi (2004, p.3), em sua tese, um estudo antropológico voltado para o comércio em Ciudad del Este, ilustra um pouco dessa dinâmica: “Junto aos veículos, o movimento das pessoas: andar, vender, comprar, acumular ou dividir as mercadorias

para atravessar a ponte, voltar, para comprar o que falta. Cruzar outra vez. Todos os dias.”.



Figura 6 - Área de comércio em Ciudad del Este (Paraguai)
Fonte: <http://www.sempretops.com/wp-content/uploads/Ciudad.jpg>

Quanto ao conceito de fluxos, amplamente desenvolvido no Brasil pelo geógrafo Milton Santos, esse tem cobrado uma crescente importância nas Ciências Sociais, conforme apontam Hannerz (1997) e Albuquerque (2011). O antropólogo sueco, ao discutir o lugar da globalização na História das Ideias Antropológicas, recupera certas noções que tem sido recorrentes no que denomina uma “antropologia transnacional”. Segundo o estudioso, na última década do passado século, surgiram muitas pesquisas focadas na globalização e na transnacionalização. Nesse contexto, **fluxos** está entre as palavras-chave das quais os antropólogos atuais lançam mão e que aparecem frequentemente associadas à globalização. Hannerz (1997, p.10), ao propor uma abordagem conceitual transdisciplinar, afirma que “Os antropólogos não são os únicos a falar de fluxos nos dias de hoje, pelo contrário. O termo já se tornou transdisciplinar, um modo de fazer referência a coisas que não permanecem no seu lugar, a mobilidades e expansões variadas [...]”. Hannerz destaca, ainda, duas formas como a noção de fluxos pode ser operada: uma primeira para indicar “o deslocamento de uma coisa no tempo, de um lugar para outro, uma redistribuição territorial”; e uma segunda, “essencialmente temporal, sem implicações espaciais necessárias” (1997, p.11).

Já Albuquerque (2011), apresenta um panorama interdisciplinar de pesquisas em zonas de fronteira – raia luso-espanhola e Tríplice Fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai) -, partindo de publicações recentes na área de Ciências Sociais³¹. Entre os temas e questões que tem surgido nos textos examinados pelo autor, notam-se aspectos fundamentais, entre os quais se destacam os **fluxos**, analisando-os em relação a produtos e pessoas nas zonas de limites internacionais. Esses trabalhos, focados no estudo dos circuitos de mercadorias e pessoas, trazem uma abordagem das fronteiras políticas e culturais, em perspectivas que enfatizam o movimento e a diferença. Entre as experiências de fluxos na fronteira luso-espanhola, pode-se mencionar àquelas relacionadas ao contrabando, tema que surge como fio condutor em diversos trabalhos. Porém, há trabalhos que assumem uma perspectiva mais abrangente, enfatizando rotas de comercialização de mercadorias, fenômenos migratórios ou o papel de certos “agentes sociais”.

Dado o exposto, propomos tomar o conceito de **fluxos** no âmbito dos estudos linguísticos para compreender certos tipos de dinâmicas que se dão nos espaços fronteiriços. Essas dinâmicas mobilizam também sujeitos em relação às línguas. Assim como tais sujeitos atravessam fronteiras constantemente, movem-se constantemente entre línguas da fronteira, sejam estas línguas as nacionais ou práticas linguísticas reconhecidas localmente. Estabelecer uma abordagem linguística dos **fluxos** que contemple a enunciação e a produção de sentidos, implica também em pensar no movimento de sentidos materializado em cada acontecimento enunciativo. Nessa direção, podemos pensar nos fluxos como elementos organizadores dos sentidos na língua pelo sujeito no espaço de enunciação, dinâmicas que nos permitem interpretar “esquemas locais de significação”³² produzidos nos espaços fronteiriços.

Para retornar à discussão sobre o par espaço-território e aprofundá-la, trazemos algumas considerações de Haesbaert (2007, 2004) acerca das múltiplas acepções formuladas para a segunda noção. O autor destaca a dualidade recoberta pelo território, pois apresenta em sua constituição duas dimensões: uma material e

³¹ O recorte contemplado por Albuquerque (2011) parte, fundamentalmente, da produção de dois grupos de pesquisa, que incluem investigadores de diversas áreas das Ciências Sociais e de diferentes países: *El discurso geopolítico de las fronteras en la construcción sócio-política de las identidades nacionales: el caso de la frontera hispano-portuguesa en los siglos XIX e XX* e Observatório da Tríplice Fronteira: sociologia, antropologia e estudos transnacionais.

³² Conforme utilizado por Hannerz (1997, p. 19).

outra simbólica. Em sua origem etimológica, revela uma aproximação tanto a *terra-territorium* quanto a *terreo-terror* (terror-aterroizar), relacionando-se de um lado à dominação da terra e de outro, ao medo, ao terror.

A conceituação exposta por Haesbaert (2007) dialoga com Raffestin (1993) e Santos (1997) na medida em que inclui o poder como fator fundamental daquilo que é próprio do território. Não se trata exclusivamente do tradicional poder político, mas sim, do poder enquanto **domínio** e também enquanto **apropriação**, essa última em um sentido mais **simbólico**. Haesbaert (2007) apresenta tal distinção partindo de Lefebvre, para quem a apropriação é vista como um processo, da ordem do simbólico e do vivido; e o domínio, da ordem do concreto e do funcional.

Embora seja possível distinguir entre domínio e apropriação, o território

imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espço, “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (Haesbaert, 2004a, pp.95-96) (HAESBAERT, 2007, p. 21)

Desse modo, uma abordagem que considere apenas uma dessas dimensões, o domínio ou a apropriação, restringe a compreensão do território e de suas especificidades. Neste trabalho, iremos abordá-lo procurando explorar ambas as dimensões.

Vinculada à questão do território está a **territorialidade**, pois é por meio dessa que espaço e território diferenciam-se. Como apropriação do espaço, a territorialidade pode ser múltipla. Fala-se então em territorialidades, pois muitas são as formas de poder e os sujeitos que os exercem na construção de territórios: indivíduos, grupos sociais, o Estado, as empresas, instituições como a Igreja, etc. (HAESBAERT, 2004). No cenário atual, por exemplo, o Mercosul como instituição transnacional que controla fluxos econômicos e comerciais entre os países membros do bloco ocasiona um reordenamento do espaço, produzindo novas territorialidades e redefinido as fronteiras entre os estados. Segundo Grimson (2005, p.), “*los estados nacionales en el marco del Mercosur están transformando las fronteras interestatales. Más que*

frente a un proceso de “desterritorialización”, estamos frente a la sustitución de un modelo de territorialización por otro.”³³.

Para a compreensão dos processos de territorialização ocorridos nos espaços fronteiriços, é fundamental entender a noção de territorialidade concebendo seus possíveis desdobramentos. Nessa direção, as sociedades fronteiriças e suas diferentes práticas, incluindo as práticas linguístico-enunciativas, podem constituir formas materiais ou simbólicas de apropriação do espaço, o que leva os sujeitos fronteiriços a vivenciarem experiências territoriais não-convencionais.

O contrabando, por exemplo, enquanto gerador de fluxos, é uma das práticas constitutivas das fronteiras referenciadas em muitos trabalhos que focalizam vários contextos históricos, assumindo significações³⁴. Colvero (2004) mostra a importância histórica dessa prática para o desenvolvimento da vila de Uruguai e de outros núcleos urbanos situados às margens do rio Uruguai na fronteira com o Uruguai e com a Argentina no século XIX. No período, através da via fluvial, era feita a comunicação com outras cidades da costa e da província e, ao mesmo tempo, com o exterior. A proximidade com o rio Uruguai permitiu que se formasse uma intensa rede comercial no entroncamento das três fronteiras, havendo um grande tráfico de mercadorias que chegavam ou saíam de Uruguai, tanto de forma legal quanto ilegal. A prática do contrabando era favorecida pela grande extensão da divisa de fronteira com a Argentina e com o Uruguai, o que causava dificuldades para a fiscalização da entrada e saída de produtos, e se desenvolveu como alternativa para os comerciantes locais que se viam prejudicados com os entraves alfandegários impostos pelo governo centralizado. O comércio ilegal trazia benefícios não apenas para os brasileiros, mas também para seus vizinhos argentinos e uruguaios. Podia-se adquirir facilmente artigos oriundos dos mercados europeus, produtos que chegavam ao Brasil pelo rio Uruguai e eram atravessados para o lado brasileiro sem maiores dificuldades. Nessa conjuntura, a figura do contrabandista surge representada pelos comerciantes que desempenhavam suas atividades escondidos, durante a noite, os “negócios da madrugada” (COLVERO, 2004).

³³ “os estados nacionais no marco do Mercosul estão transformando as fronteiras interestatais. Mais do que diante de um processo de “desterritorialização”, estamos frente à substituição de um modelo de territorialização por outro.” (GRIMSON, 2005, p. 45, tradução nossa).

³⁴ A respeito da fronteira luso-espanhola ver Albuquerque (2011). Dorfman (2009) apresenta uma interessante retomada da questão do contrabando no contexto europeu, destacando pesquisas realizadas na França sobre a figura de Louis Madrin, entre outros aspectos.

Bentancor (2010), ao discorrer sobre a fronteira do Uruguai com o Brasil, afirma que a população fronteiriça trata o contrabando com naturalidade, como um processo *arraigado* no âmbito fronteiriço. Porém, costuma-se diferenciar entre o que consiste em comprar do outro lado da linha para garantir o consumo diário, amplamente aprovado pela população, do grande contrabando, apontado como fonte de lucro, organizado e de grande escala. Também se destaca o chamado contrabando formiga (Figura 7), realizado por aqueles que adquirem uma quantidade média de produtos para comercializá-los em uma área próxima a linha de fronteira, atividade que na maioria das vezes é desempenhada como forma de sobrevivência. O contrabando habitualmente aparece como uma prática ilegítima do ponto de vista do Estado, porém legitimada pelas relações sociais que se desenvolvem em nível local (ALBUQUERQUE, 2011).



Figura 7 - Cena do filme “*El baño del Papa*” que retrata a prática do contrabando formiga, realizada na fronteira do Brasil com o Uruguai.

Fonte: <http://www.lr21.com.uy/cultura/291283-el-cine-latinoamericano-sigue-firme>

Dorfman (2009) traz uma abordagem interessante, que enfoca não só os fluxos estruturados por tal prática comercial, mas também os tipos sociais surgidos com o fenômeno, como a figura do “*bagayero*”³⁵, como são chamados os contrabandistas de

³⁵ Dorfman (2009) destaca ainda outras designações utilizadas ao longo das fronteiras para designar tipos sociais semelhantes aos “*bagayeros*”: “*paseras*” na fronteira Posadas (AR)-Concepción (PY), aos “*quileros*” ou “*passadores*” em Uruguaiana (BR)-Paso de los Libres(AR), e ainda “*chibeiros*” e “*changadores*”. (DORFMAN, 2007).

pequenos volumes na região. Observando as cidades de Santana do Livramento e Rivera, a pesquisadora expõe que “há uma sobreposição entre a prática do contrabando e a cultura da fronteira” (DORFMAN, 2009, p.6), que articula ainda outros elementos entre os quais se encontra o portunhol. Para essa pesquisadora, a condição fronteiriça pode ser compreendida como um *savoir passer* (saber passar) adquirido pelos habitantes da fronteira.

Em uma região de fronteira constituída por cidades gêmeas³⁶ como Ponta Porã e Pedro Juan Caballero ou Santana do Livramento e Rivera, dispostas nas fronteiras Brasil-Paraguai e Brasil-Uruguai respectivamente, definem no mesmo espaço territorialidades que assinalam o lugar dos Estados nacionais e também aquelas que significam a fronteira como um espaço particular de manifestações culturais e práticas sociais próprias, que ultrapassam os limites geopolíticos.

No caso da fronteira uruguaio-brasileira, a figura dos Estados nacionais marca-se pela existência de órgãos oficiais como os consulados do Brasil e do Uruguai, a aduana e a polícia federal, unidades administrativas como as prefeituras, *intendencias* e *alcaldías* (Figura 8), agências dos correios de cada país, instituições de ensino, bancos (Figura 9) e também empresas que, embora não possuam vinculação com o Estado, apoiam suas imagens na identificação com o nacional (como a rede de supermercados Ta-Ta no Uruguai e as Lojas Colombo, no Brasil), “fixos” (SANTOS, 1997) que organizam os fluxos dentro do território de cada Estado e que contribuem para a delimitação de seu contorno.

Por outro lado, a fronteira enquanto “espaço vivido”³⁷ é também um “espaço de ir e vir”, tal como definiu Sturza (2011), onde os sujeitos que o habitam circulam e se movimentam em função de vínculos e conexões que estabelecem em ambos os lados da linha imaginária.

Na fronteira Brasil-Paraguai, certos fluxos foram resultado de fenômenos produtivos como a sojeicultura, que predominou na região até meados da década de noventa, e a pecuária, que voltou a prevalecer nos últimos anos até os dias de hoje. O primeiro fenômeno foi responsável por grande parte das imigrações de brasileiros

³⁶ As cidades gêmeas podem ser definidas como “Núcleos localizados de um lado e de outro do limite internacional, cuja interdependência é com frequência maior do que cada cidade com sua região ou com o próprio território nacional.” (MACHADO, 2010, p.66). Uma alternativa conceitual é a apresentada por Copstein (1989), quando afirma que Santana do Livramento-Rivera é uma única cidade, sujeita a duas soberanias (DORFMAN, 2007).

³⁷ Termo utilizado por Haesbaert (2002, p.70).

para os departamentos paraguaios de Cadindeyú, Amambay e Concepción. Esses imigrantes estabeleceram-se em áreas rurais antes ocupadas por camponeses locais, gerando o conseqüente deslocamento destes para a área urbana de Salto de Guairá e Pedro Juan Caballero.



Figura 8 - Agência do Banco do Brasil na cidade de Quaraí (Brasil)
Fonte: http://igeo-server.igeo.ufrj.br/retis/album_iconografico/home.html



Figura 9- Prédio da *Intendencia Departamental de Artigas* (Uruguai)
Fonte: <http://turismoenartigas.blogspot.com.br/p/fotos.html>

Muitos brasileiros migraram do Brasil para o Paraguai a partir do final da década de 1950, o que se intensificou nas duas décadas subsequentes, devido a construção da Hidrelétrica de Itaipu. Além de provocar o deslocamento de milhares de trabalhadores, a instalação da usina implicou na desinstalação de um grande número

de camponeses que residiam no lugar onde foi construído o Lago de Itaipu, o que colaborou para incrementar o fluxo migratório para o Paraguai no período (ALBUQUERQUE, 2010).

Também se destacam as dinâmicas fronteiriças que se organizam em torno do comércio de reexportação e do turismo de compras, impulsionadas pela “economia de intermediação”³⁸. Essas dinâmicas surgiram como consequência de uma política econômica Paraguaia implantada a partir de 1981, que estabeleceu a redução da taxa de impostos de produtos industrializados, transformando a conjuntura econômica e migratória nas cidades estabelecidas na fronteira com o Brasil e a Argentina, principalmente Encarnación, Ciudad del Este e Pedro Juan Caballero. As atividades comerciais têm levado muitas pessoas a essas cidades, especialmente brasileiros, entre comerciantes, comerciários e prestadores de serviços. Muitos trabalham do lado paraguaio, mas residem no Brasil em cidades como Foz do Iguaçu (PR), Guairá (PR), Mundo Novo (MS), Ponta Porã (MS) (ALBUQUERQUE, 2010). Na conurbação formada por Pedro Juan Caballero e Ponta Porã, que juntas somam mais de 160 mil habitantes, há também um importante movimento populacional gerado pela oferta e consumo de serviços (saúde, educação, etc.), que são usufruídos não apenas pelos moradores dessas cidades, mas também por sujeitos de outras localidades próximas e mais distantes (OLIVEIRA E ODDONE, 2012).

Esses sujeitos do “ir e vir” compartilham cotidianamente traços culturais e práticas sociais nem sempre coincidentes com aqueles organizados e legitimados pelo Estado-nação, fundando uma configuração territorial outra, que os situa enquanto fronteiriços no espaço. Nesse sentido, as línguas surgem como elementos que contribuem para a identificação territorial e para o sentido de pertencimento dos sujeitos a uma nação ou outra, ou ainda, a um espaço de convívio e mistura de identidades. Para Sturza (2011, p.103), em relação ao contexto de fronteira do extremo sul do Brasil, afirma que o portunhol “tem um funcionamento relacionado com uma necessidade de comunicação fluída para vender, para informar, para negociar, para conhecer, para interagir entre outras funções.”, simbolizando uma relação com este espaço social, marcado pelo contato das línguas.

Assim, a **territorialidade**, abarca não só uma dimensão exclusivamente política, mas se refere também às relações econômicas, culturais e **linguísticas**, pois

³⁸ Utilizamos esse termo a partir de Oliveira e Oddone (2012, p.156)

estas se ligam ao modo como as pessoas fazem uso do espaço e se organizam em torno dele, atribuindo sentidos ao lugar. Segundo Raffestin (1993, p.158), a territorialidade “reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral.”.

Portanto, na **territorialização** do espaço, o que há é um processo que se re-arranja ao longo do tempo de acordo com as diferentes condições sócio-históricas e com a atuação de sujeitos que acabam por demarcar territórios pelo modo como dele se apropriam, não respondendo apenas a uma determinação jurídico-administrativa (HAESBAERT et. al. 2005).

Levar em conta os diferentes processos de territorialização nos ajuda a compreender como as línguas na fronteira funcionam como formas de apropriação, em um sentido simbólico, e podem operar na identificação do sujeito ora com o nacional, ora com o “espaço vivido” da **fronteira**, territorializando-o.

Do mesmo modo, contribuem para fundamentar a ampliação do conceito de territorialidade da maneira como estamos propondo ao considerarmos a escrita de uma dada língua - no caso, a escrita do portunhol - como uma prática que altera um determinado espaço (o da página em branco) e o territorializa, ao mesmo tempo em que significa e re-territorializa as relações entre sujeitos e línguas que se dão no território geograficamente configurado. Em se tratando dos espaços fronteiriços que estamos considerando, Brasil-Uruguai e Brasil-Paraguai, esses processos de re-territorialização mobilizam o portunhol de diferentes maneiras. Ao ser textualizado materialmente na escrita, re-constrói **a fronteira ao redizê-la** e produz sentidos (para a fronteira, para a língua, para o sujeito, etc.).

Nesse momento, para prosseguir nossa reflexão, aprofundamos a noção de **fronteira**, a qual já vimos esboçando no decorrer do trabalho. É fundamental explicitar como estamos entendendo fronteira, dado que é objeto de numerosas abordagens conceituais e assume muitos significados na literatura acadêmico-científica bem como no senso comum.

Enfocamos a fronteira e sua relação com formas territoriais, na medida em que pode ser ela, alternadamente, limite entre territórios e “espaço vivido”. Acreditamos que as múltiplas maneiras como os sujeitos experimentam a relações com o território, seja o nacional demarcado por limites fixos ou aquele delineado historicamente pelos fluxos da dinâmica cotidiana, os constituem, constituem também as línguas que pratica e sua distribuição na enunciação, significando-as de modo diferente. É desse

modo que buscaremos lançar nosso olhar à escrita do portunhol nos textos recortados e interpretar sua relação com outras línguas.

2.2 Da fronteira geopolítica a situações sociais de fronteira

“Frontera fue y es simultáneamente un objeto/concepto y un concepto/metáfora. De una parte parece haber fronteras físicas, territoriales; de la otra, fronteras culturales, simbólicas.” (GRIMSON, 2000, p.9)

A propósito da noção de fronteira, tem sido significada de diferentes maneiras, dependendo da área do conhecimento em que é mobilizada, pois é objeto de análise em diversos domínios científicos. Segundo Sturza (2007, p.13), “o sentido de território, relacionado à noção de “Fronteira”, aplica-se nas ciências naturais, assim como para as ciências sociais.” Por exemplo, na Biologia a ideia de fronteira aparece relacionada à limitação e ao comportamento das espécies, já nas Ciências Ambientais, à diferenciação dos ecossistemas. Quando referida às fronteiras internacionais³⁹, se sustenta em concepções desenvolvidas em áreas como a geopolítica. A isso acrescentamos que as fronteiras são áreas caracterizadas por colocarem em relação o homem e a natureza. Para Sturza (2007), há aí um confronto, pois “o caráter relativamente fixo e estático do espaço terrestre” opõe-se a “natureza dinâmica e à mobilidade das populações”.

Tomamos de Albuquerque (2011, p.73) a metáfora de *Jano*, o deus da dupla face, para representar uma oposição que é inerente à noção de fronteira: “um deus dos começos, das transições e das travessias, das portas que se abrem e se fecham.”. Por um lado, as fronteiras políticas e culturais mostram-se como lugares de fluxos, por onde circulam pessoas e produtos, “ideologias e imagens”. Por outro, revelam-se como “barreiras, controles, vigilâncias, separações e descontinuidades jurídicas, políticas e culturais”. (ALBUQUERQUE, 2011, p.73). Segundo Bentancor (2010), é comum relacionar automaticamente a noção de fronteira, entre outras ideias, com a de conflito e repressão, e por associação, restrição de liberdades.

³⁹ Para uma discussão histórico-geográfica a respeito da evolução das concepções de limite e fronteira internacional, ver Steiman e Machado (2012).

Conforme assinala Bentancor (2010) e outros pesquisadores que problematizam a fronteira como Martin (1997), os termos **limite** e **fronteira** são com frequência tomados como sinônimos. Embora em certo sentido apresentem coincidências, a amplitude conceitual do termo fronteira ultrapassa a de limite. Para o autor, é importante estabelecer uma diferenciação, pois, atualmente, o **limite** é compreendido como uma **linha**, e, portanto, distingue-se de fronteira, posto que esta ao ocupar uma faixa, forma uma área que pode ser habitada, ao contrário do limite. Segundo Hissa,

o limite é algo que se insinua entre dois ou mais mundos, buscando sua divisão, procurando anunciar a diferença e apartar o que não pode permanecer ligado. O limite insinua a presença da diferença e sugere a necessidade da separação (2002, p.19).

A compreensão da fronteira como limite reforçou-se com a criação dos Estados modernos, assumindo uma conotação política, pois sua função era conter uma unidade territorial, sobre a qual se garantia o exercício da soberania através do controle (BENTANCOR, 2010).

De acordo com Raffestin (1993), o limite é um “sinal” ou mais especificamente um “sistema sêmico” que no decorrer da história tem sido coletivamente utilizado pelo homem para marcar o território. Nessa perspectiva, a noção de limite liga-se a de propriedade ou apropriação, já que o limite aparece assinalado no território ou na sua representação (por exemplo, nas cartografias, as linhas traçadas para indicar os confins dos territórios dos Estados nacionais).

Assim, a separação imposta pelo limite compele para um reconhecimento da fronteira enquanto símbolo da divisão política entre dois territórios. No caso das fronteiras que abordaremos neste estudo, diferenciam-se os territórios do Brasil, do Uruguai e do Paraguai. Essa dimensão da fronteira como limite é interessante para nosso trabalho dado que influencia a relação entre sujeitos e entre línguas, pois, segundo Lagares (2010) – em texto que reflete sobre a situação minoritária do galego em relação ao espanhol na Espanha – delimita também imaginários que fundamentam as identidades linguísticas:

[...] o trazado de fronteiras políticas constitúe unha profunda intervención sobre a ecoloxía das linguas, pois muda (ás veces, chega a cortar radicalmente) as relacións entre os falantes dun e doutro lado, e provoca diferentes orientacións das falas en dirección aos respectivos centros normativos. Partindo dunha visión ecolóxica, como a proposta por Calvet (2004), podemos dicir que o establecemento dunha fronteira política entre Estados produce modificacións tanto nas prácticas, pois dificulta o contacto cos “da banda d’alá” e impón diferentes modelos de lingua, como nas representacións, ao intervir na delimitación dos imaxinarios – por exemplo, a respecto do que é ou non é “a nosa lingua”. As representacións, por sua vez, inflúen fortemente nas prácticas, que co tempo poden acabar por lles dar a razón. (LAGARES, 2010, p. 2)⁴⁰

Ainda sobre a fronteira investida do limite, é relevante refletir sobre sua **linearización**, já que historicamente, nem sempre as fronteiras foram bem definidas ou demarcadas. O traçado linear das fronteiras deve-se, sobretudo, ao aparecimento do Estado moderno e ao advento do mapa, bem como a sua popularização. Pois como artefato de representação, “o mapa é o instrumento ideal para definir, delimitar e **demarcar** a fronteira.” (RAFFESTIN, 1993, p.167, grifo nosso). A demarcação é, então, etapa fundamental para o estabelecimento de fato da **linha** fronteira.

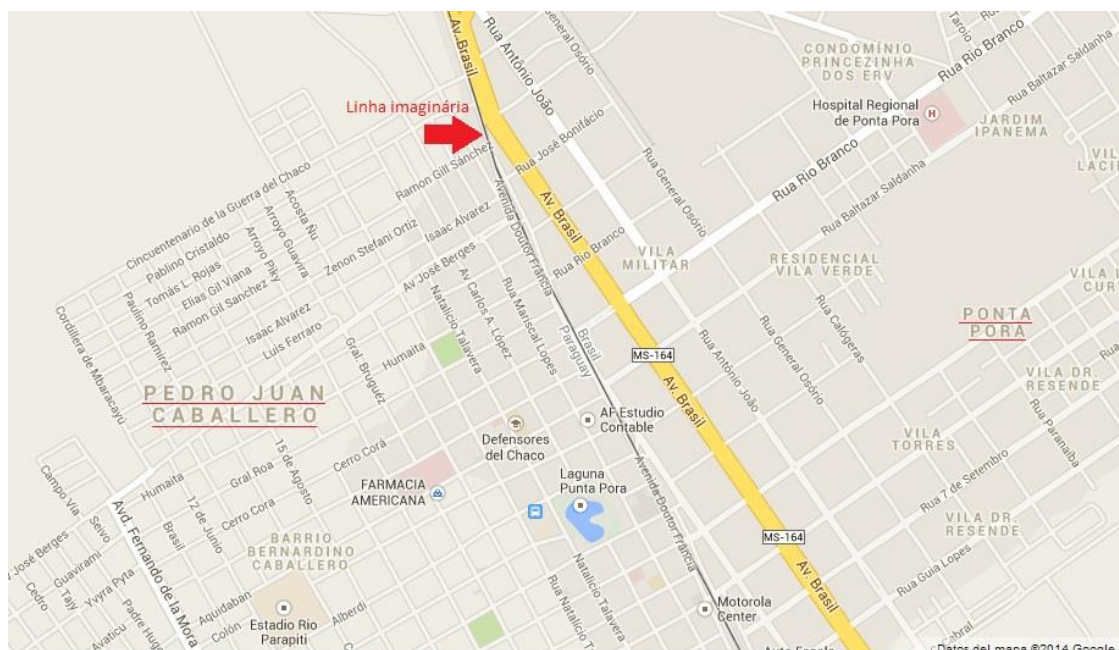
Segundo Martin (1997), o limite de um Estado é materializado na superfície por diferentes objetos, podendo ser naturais ou artificiais. Os marcos fixados por intervenção humana sinalizam os contornos de um território e constroem uma **linha que é imaginária** (Mapa 1). Conforme Hissa (2002, p.34), “O marco de fronteira, reivindicando o caráter de símbolo visual do limite, define por onde passa a linha imaginária que divide territórios”.⁴¹ (Figura 10).

⁴⁰ “[...] o traçado de fronteiras políticas constitui uma profunda intervenção sobre a ecologia das línguas, pois muda (às vezes, chega a cortar radicalmente) as relações entre os falantes de um e de outro lado, e provoca diferentes orientações das falas em direção aos respectivos centros normativos. Partindo de uma visão ecológica, como a proposta por Calvet (2004), podemos dizer que o estabelecimento de uma fronteira política entre Estados produz modificações tanto nas práticas, pois dificulta o contato com os “do lado de lá” e impõe diferentes modelos de língua, como nas representações, ao intervir na delimitações de imaginários – por exemplo, a respeito do que é ou não “a nossa língua”. As representações, por sua vez, influenciam fortemente nas práticas, que com o tempo podem acabar por dar-lhes a razão.” (LAGARES, 2010, p.2, tradução nossa).

⁴¹ Algumas das formulações aqui expostas apoiam-se nas reflexões desenvolvidas em Mota (2010).



Figura 10 – Marco de fronteira em Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai)
Fonte: Arquivo pessoal



Mapa 1- Mapa das cidades de Pedro Juan Caballero e Ponta Porã, na fronteira do Paraguai com o Brasil. A seta em vermelho assinala o traçado da linha imaginária que se desenha entre ambos países.

Fonte: <https://maps.google.com.br/maps/>

Outra questão importante para tratar da fronteira-limite e seu estabelecimento, simbolizada no desenho da linha pela demarcação é as significações que adquire a partir das **funções das quais é investida**: funções legal, de controle e fiscal. A

primeira, “delimita uma área no interior da qual prevalece um conjunto de instituições, e normas que regulamentam a existência e as atividades de uma sociedade política”; a segunda, “tem por dever inspecionar a circulação dos homens, dos bens e da informação de uma maneira geral.”; e a última, “por muito tempo representou o papel de instrumento de política econômica, por meio do protecionismo. A liberalização das trocas diminuiu muito a sua importância [...]” (RAFFESTIN, 1993, p.168).⁴² A liberalização das trocas diminuiu muito a sua importância [...]” (RAFFESTIN, 1993, p.168).

Ao discutir a questão das fronteiras territoriais tomadas enquanto demarcação territorial dos Estados-nação democráticos contemporâneos, o filósofo político Kymlicka (2006, p. 45) afirma que as fronteiras “*no solamente circunscriben jurisdicciones, sino que también definen ‘pueblos’ o ‘naciones’ que forman una comunidad política común, y que comparten un lenguaje nacional, cultura e identidad comunes.*”⁴³

A partir do exposto, entendemos que o limite não só instaura a separação entre territórios, mas também implica em uma diferenciação entre sujeitos, pressupõe a presença de um “outro” do qual um “eu”, que habita de um dos lados da fronteira, deve reconhecer-se como distinto. Nesse ponto de vista, opera como um referente espacial que auxilia na identificação de determinados grupos sociais. No contexto das fronteiras que estamos abordando (Uruguai-Brasil/Brasil-Paraguai) contribuem para diferenciar comunidades sob o signo do nacional: brasileiros, uruguaios, paraguaios.

No entanto, é possível deslocar a abordagem de uma concepção linear para uma concepção de **área** ou **região de fronteira**, sendo necessário distinguir entre **faixa** e **zona** de fronteira.

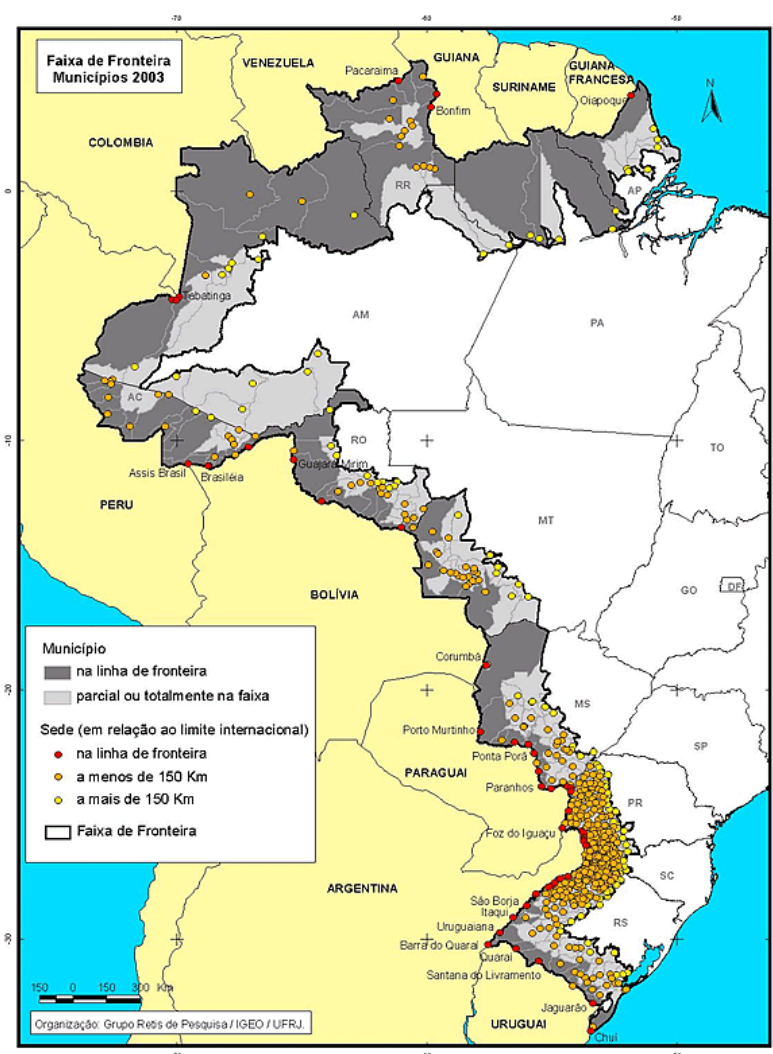
Enquanto a **faixa de fronteira** constitui uma expressão *de jure*, associada aos limites territoriais do domínio do Estado, o conceito de **zona** aponta para um espaço de interação, um espaço social transitivo, composto por diferenças oriundas da presença do limite internacional, e por fluxos e interações transfronteiriças, cuja territorialidade mais evoluída é a das cidades-gêmeas. Produto de processos e interações econômicas, culturais e

⁴² Schäffer (2002, p.35), ao analisar a produção e o funcionamento do espaço urbano na fronteira meridional do Brasil, procura tratar o espaço fronteiriço enfocando sua funcionalidade, enumerando funções comuns a qualquer fronteira, que também podem ser apreendidas quando se trata de Santana do Livramento e Rivera, principal núcleo urbano da fronteira Brasil-Uruguai. Além das funções apontadas por Raffestin (1993), estão presentes: “função militar”, “função cultural” e “função comercial”.

⁴³ “não apenas circunscrevem jurisdições, como também definem “povos” ou “nações” que formam uma comunidade política comum, e que compartilham uma língua nacional, cultura e identidade comuns.” (KYMICKA, 2006, p. 45, tradução nossa).

políticas, tanto espontâneas como promovidas [...]. (HAESBAERT et. al.2005, p. 95)

Em se tratando do Brasil, o país prevê constitucionalmente, a determinação de uma **faixa de fronteira** (Mapa 2) abarcando toda a extensão territorial em que limita com outros países. Conforme a Constituição Federal de 1988, Art. 20, § 2º, recebe esta denominação “A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres”.



Mapa 2 – Faixa de Fronteira brasileira

Fonte: http://fronteirasul.blogspot.com/2010_06_01_archive.html

A área compreendida é considerada “fundamental para a defesa do território nacional”, cabendo ao Conselho de Defesa Nacional deliberar sobre sua ocupação e

utilização. A faixa de fronteira brasileira abarca 588 municípios, pertencentes a 11 Estados diferentes, e representa, aproximadamente, 27% do território nacional (ABREU, [200-]).

Já o Uruguai não dispõe, oficialmente, de nenhuma delimitação semelhante: “Diferentemente de outros países da região que aplicam uma demarcação territorial protegida, o Uruguai não possui uma legislação que determine uma faixa fronteiriça. (NAVARRETE, 2006, p. 9, tradução nossa). Segundo Abreu ([200-]), encontra-se em discussão no Uruguai uma legislação que estabelecerá, então, uma faixa de fronteira compreendendo 50 km, motivada por questões ligadas à posse de terra e à preservação do meio ambiente.

No que concerne à situação paraguaia, a Ley nº 2532, promulgada no ano de 2005, estabelece a faixa de 50 quilômetros de território adjacente às linhas de fronteira terrestre ou fluvial dentro do território paraguaio (Mapa 3) como “*zona de seguridad fronteriza*”.⁴⁴



Mapa 3 – Fronteiras territoriais e fluviais do Paraguai

Fonte: <https://sistema.planalto.gov.br/siseventos/fronteirasegnac/exec/arquivos/paraguai.pdf>

⁴⁴ A aprovação da lei de fronteiras do Paraguai, que inclui a proibição da compra de imóveis rurais por estrangeiros dos países limítrofes em uma área de 50 Km a partir da linha de fronteira, mobilizou uma série de discussões em torno da nacionalidade e da preservação da identidade e soberanias nacionais por parte de políticos e da opinião pública em geral, principalmente questionando a presença massiva de brasileiros na região. Para mais a respeito, ver Albuquerque (2010).

Se aos Estados cabe determinar legislativamente as extensões da faixa de fronteira, a zona de fronteira admite dimensões mais maleáveis, pois se constrói nas interações entre as populações dos territórios limítimos, por conexões de toda ordem que originam fluxos específicos: sociais, econômicas, comerciais, afetivas, **linguísticas**, etc., funcionando como um “espaço relacional”, nos termos de Machado (2010). Para a estudiosa, “É a posição geográfica singular, do começo e fim do estado nacional, que confere à fronteira uma territorialização definida pela proximidade entre populações formalmente separadas pelo limite internacional.” (MACHADO, 2010, p. 63).

As fronteiras delimitam-se enquanto espaços vividos por sujeitos que se significam e re-significam por suas relações nos territórios nacionais e, ao mesmo tempo, no interior da zona fronteira. A pluralidade e a complexidade dessas relações as transforma em territórios singulares em comparação com o território-nação e singulares entre si, pois cada fronteira é uma fronteira (OLIVEIRA, 2005). Nessa linha, destacamos a visão sociológica exposta por Albuquerque a respeito das fronteiras nacionais:

As fronteiras nacionais são fenômenos bem mais complexos, não se resumem a limites, divisas, tratados diplomáticos, nem podem ser simplificados como o lugar do narcotráfico e do contrabando. Não existe a fronteira em abstrato, o que existe são **situações sociais e singulares de fronteiras**. Alguns fenômenos podem ser generalizados para outros contextos fronteira e outros são específicos de uma dada configuração social. (ALBUQUERQUE, 2011, p.42, grifo nosso)

No que tange à fronteira do Brasil com o Paraguai e a Argentina, a chamada Tríplice Fronteira, na perspectiva de uma fronteira-zona, reconhece-se a existência de sujeitos que há anos estabelecem contatos e compartilham uma ampla história, períodos de guerra e de paz, desde a época colonial. Estes povos apresentam traços culturais semelhantes e fazem parte de uma realidade histórica da região repleta de contradições, já que a presença oficial do Estado por meio de instituições como as escolares acabam por reafirmar a ideia de confronto, separação, de subjetividades em oposição, reafirmando os pertencimentos nacionalistas. Por outro lado, é inegável a existência de fatos e visões similares compartilhadas na história dessas populações (ABINZANO, 2005, p. 117).

No tocante à fronteira do Brasil com o Uruguai, também se desenvolvem práticas que se aproximam e apresentam semelhanças nos dois lados da linha, o que contribui para tomá-la como zona fronteiriça. “A fronteira internacional é, nesse caso, a origem dos descritores da região fronteiriça, gerando práticas específicas de cada um dos espaços de contato.” (DORFMAN e BENTANCOR, 2005, p.197). Machado (2010) propõe um modelo de descrição que representa parcialmente a complexidade das relações e interações que caracterizam a zona de fronteira (Figura 11).

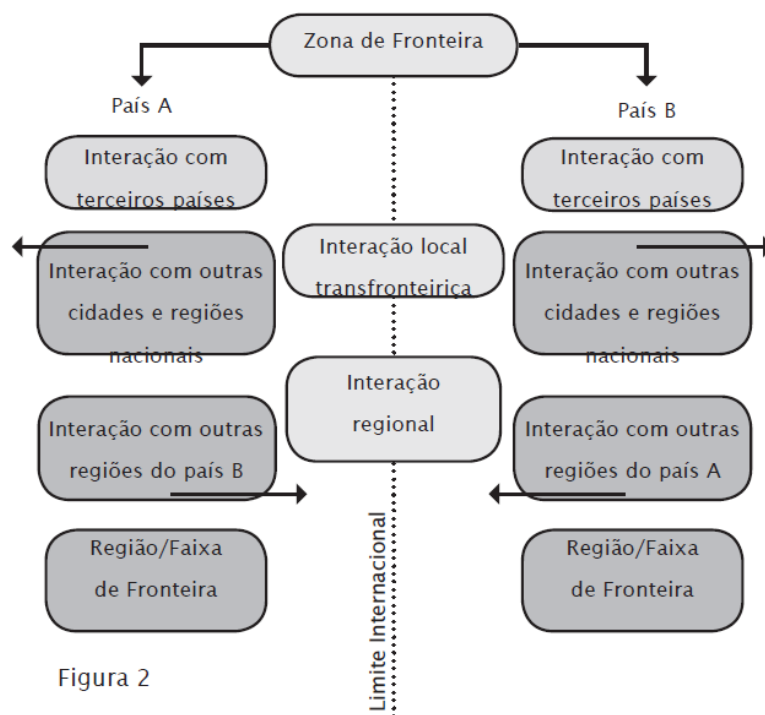
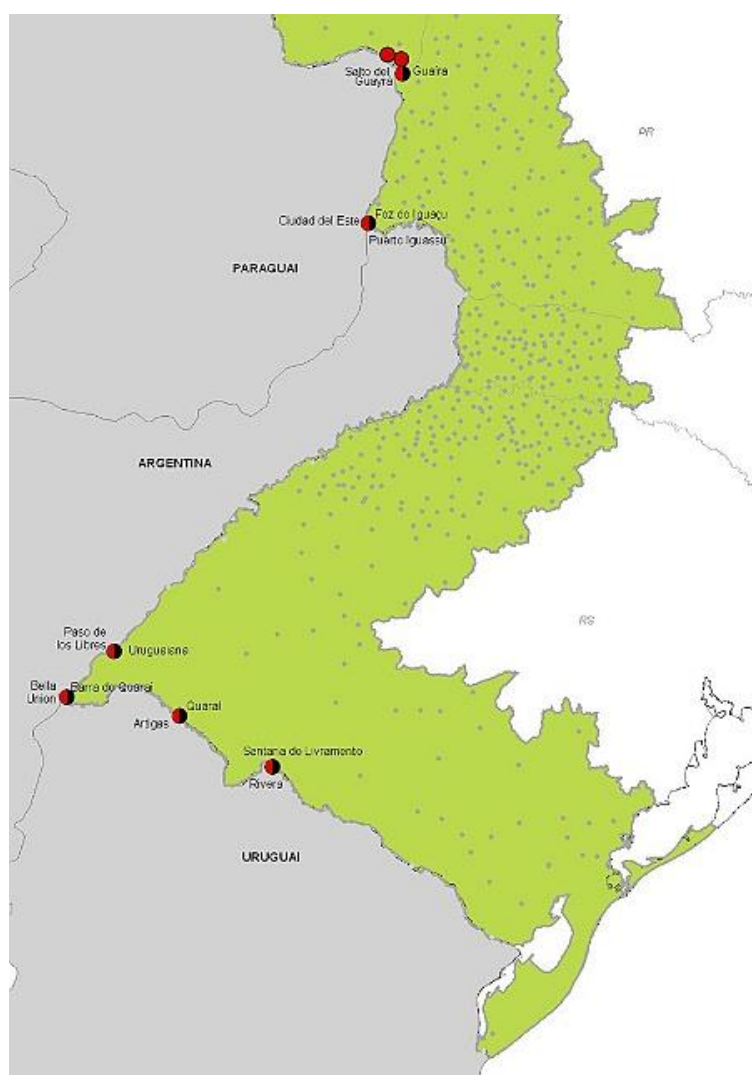


Figura 2

Figura 11 – Descrição das interações e relações fronteiriças
Fonte: (Machado, 2010, p. 64)

Para o propósito deste trabalho, recorrer a abordagens sob as quais a fronteira tem sido teorizada e analisada por estudiosos de outros campos do conhecimento, como geógrafos e sociólogos, é fundamental dada à complexidade dos fenômenos fronteiriços. Compreender o modo de operar das dinâmicas fronteiriças e a dupla face que a compõem, retomando a metáfora do deus *Jano*, permite-nos lançar luz sobre o objeto que estamos abordando: o portunhol em sua manifestação escrita nos textos selecionados.

O portunhol, devido à pluralidade que lhe é inerente e a multiplicidade de configurações que admite, deve ser analisado considerando que está materialmente constituído pela fronteira e significa linguisticamente as tensões e contradições aí vivenciadas. Nesta pesquisa estamos trabalhando com uma multiplicidade conceitual para fronteira, ao mesmo tempo em que estamos também considerando duas áreas ao longo da imensa raia que “separa” o Brasil dos países com os quais limita: a zona fronteira com o Paraguai e a zona fronteira com o Uruguai (Mapa 4).



Mapa 4 – Mapa da fronteira brasileira meridional do Brasil, onde limita com o Paraguai, a Argentina e o Uruguai
Fonte: <http://igeo-server.igeo.ufrj.br/retis/>

Assim, ao nos voltarmos para o portunhol em sua forma escrita nas publicações “*Noite nu Norte: Poemas en Portuñol*”, “*Viento de Nadie*”, “*Dá gusto andar desnudo por estas selvas: Sonetos Salvajes*” e “*Uma flor na solapa da miséria*”, procuraremos interpretá-las atravessadas pelas múltiplas relações que tem lugar nas configurações territoriais historicamente tecidas no cotidiano da fronteira e, mais do que isso, como territorialidades simbólicas, posto que surgem com elementos que contribuem no processo de territorialização da fronteira. Segundo Raffestin (1993, p.162), “a análise da territorialidade só é possível pela apreensão das relações reais recolocadas no seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal”. Por esse viés, a fronteira é tomada como espaço territorializado.

Ao mesmo tempo, pensamos no portunhol como uma forma de apropriação de outra espacialidade, a da página das publicações, pois a prática da escrita em portunhol altera também o espaço da lauda e o modifica, fazendo-o assumir uma disposição territorial própria.

Esses textos movimentam sentidos que estão presentes na fronteira como zona geograficamente estabelecida, os quais se re-significam pela escrit(u)ra na língua, pois escrever significa pelo gesto quanto pelos sentidos movimentados por tal prática. Igualmente, acreditamos que outros sentidos se constituem nos textos, pois enquanto espaço produzido e de produção e significação de línguas e sujeitos são menos regulados, isto é, mostram-se menos sujeitos às formas de controle do Estado.

No capítulo seguinte, explicitamos nossa compreensão das noções de escrita e escritura, os quais entendemos como fundamentais para tratar do portunhol manifesto nas publicações selecionadas, recorrendo ao aporte conceitual de pesquisadores do domínio das Ciências Humanas. Ao mesmo tempo, expomos a orientação teórico metodológica na qual nos inscrevemos para tratar do que passamos a considerar uma escrit(ur)a em portunhol: a Semântica da Enunciação. Esta escolha teórica implica tomar o portunhol nos textos em seu funcionamento enunciativo, considerando a relação sujeito-língua (s) e a constituição de sentidos. Para tal, fundamentamo-nos, principalmente, Guimarães, (2005, 2007b, 2011).

3 PORTUNHOL NA ESCRITA E ESCRITURA EM PORTUNHOL: A CONSTITUIÇÃO DE UM GESTO POLÍTICO SOB O OLHAR DA SEMÂNTICA DA ENUNCIÇÃO

“Vô iscrevé as lembransa pra no isquesé”

Fabián Severo

Para dar prosseguimento à discussão iniciada acerca do portunhol e sua manifestação no domínio da **escrita**, em um primeiro momento, faz-se necessário trazermos as considerações de estudiosos que se inscrevem no domínio das Ciências Humanas a fim de pensar o surgimento da escrita e a importância singular que assume na história das sociedades e das línguas. Do mesmo modo, refletimos sobre a escrita de uma dada língua na sua articulação com um processo de **escritura**.

Em um segundo momento, inserimo-nos em uma perspectiva dos estudos linguísticos, mais propriamente em um lugar teórico nos estudos enunciativos. Nossa filiação constrói-se, sobretudo, pela tomada de concepções teórico-metodológicas que vem sendo delineadas por Guimarães (2005, 2007b, 2011)⁴⁵ no transcurso de seus estudos e que dão corpo à chamada Semântica da Enunciação, dialogando com outros teóricos da enunciação quando necessário.

Partimos de Sylvain Aurox que em suas obras “A revolução tecnológica da gramatização” (1992) e “A filosofia da linguagem” (1998) empreende reflexões acerca da linguagem e da passagem de línguas orais para o domínio da escrita. Para Aurox (1998), a linguagem humana não poder ser reduzida à especificidade do canal áudio-oral, pois também está inscrita em “suportes transpostos”. Estes são artefatos que substituem o áudio-oral, preservando a identidade da linguagem. Aurox menciona alguns exemplos, como quando o corpo humano funciona como um suporte transposto ao dar lugar a uma dada linguagem de gestos. Tem-se ainda aqueles ditos essenciais, os que prescindem do corpo humano, como a linguagem tamborilada, os sinais de fumaça ou dos semáforos.

Entre a multiplicidade de suportes transpostos que o mundo moderno conheceu, o mais importante é o suporte gráfico. Esta importância reside em dois

⁴⁵ Aqui, destacamos os textos que consideramos mais relevantes nesta pesquisa para a caracterização da Semântica da Enunciação enquanto perspectiva teórica nos estudos enunciativos. No decorrer da tese, recorreremos a estes e a outros textos do autor.

fatores: a utilização da bidimensionalidade do espaço plano e o fato de ser o primeiro suporte que tornou possível à fala humana “subsistir sem a presença do som emissor.” (AUROUX, 1998, p.63). Segundo Higounet (2003, p.15), ao discorrer sobre a história da escrita na humanidade, através do traçado, toda a escrita assenta-se sobre um suporte, nas palavras do historiador, um “registro material subjetivo”. É preciso o uso de um instrumento para “gravar as marcas” que materializam a escrita.

Quanto à invenção da escrita, esta constitui “a primeira evolução tecnolinguística da humanidade” surgindo bem tardiamente em relação à linguagem (AUROUX, 1992). A escrita, diferentemente da linguagem, não está em todas as sociedades humanas. Porém, naquelas em que se faz presente, opera mudanças no modo como se estabelecem as relações sociais. De acordo com Morales (2012), o invento da escrita constitui um dos avanços tecnológicos de maior sofisticação já criados pelo homem e um dos seus descobrimentos mais excepcionais, especialmente por tornar-se o principal meio da memória humana, isto é, de conservação de sua história. Higounet (2003) divide a história da humanidade em duas grandes eras: antes e a partir da escrita. Para o historiador francês, “A escrita faz de tal modo parte de nossa civilização que poderia servir de definição dela própria”, é o fato social que está na sua base.

Segundo Chartier (1991), retomando as palavras de Philippe Àries, a entrada das sociedades ocidentais na cultura da escrita constitui uma das principais evoluções da modernidade. No contexto da Europa Moderna, os progressos da alfabetização (compreendida como a aquisição do saber ler e escrever), a circulação mais ampla da palavra escrita (em manuscritos ou em impressos) e a propagação da leitura silenciosa modificaram a relação entre as pessoas, marcando divisões entre o âmbito íntimo e o da vida coletiva.

Ao questionar sobre a publicação de textos eletrônicos e em que medida constitui uma revolução, Chartier (1998) recorta um momento na história na relação com a cultura escrita que foi a causada pela invenção de João Gutenberg, em Mainz, baseada nos tipos móveis e na prensa. Em meados da década de 1450, só era possível copiar um texto manuscrito. Sobre os efeitos do advento da impressão com tipos móveis, Higounet destaca a importância desse fato na história da escrita “pois fez nascer a grafia mecânica que permitiu a reprodução quase ilimitada de letras sempre idênticas a si mesmas e fixou esses caracteres de base que não mudaram desde então.” (HIGOUNET, 2003, p.159). Além de diminuir o custo do livro, houve

também uma redução do tempo de sua reprodução, dado que o tempo dos trabalhos realizados nas oficinas tipográficas era menor que o de técnicas empregadas anteriormente. A criação difundiu-se ligeiramente pelos centros culturais da Europa, permitindo um maior acesso ao livro, tornando-o uma forma de lazer, educação e informação para a sociedade. No entanto, não se pode medir tal transformação de modo absoluto, posto que se manteve uma continuidade entre a cultura do manuscrito e a cultura do impresso. Os livros manuscritos dos séculos XIV e XV e os livros surgidos posteriormente à criação de Gutenberg fundamentaram-se nas mesmas estruturas básicas do códice (CHARTIER, 1998).

Quanto ao lugar da escrita no mundo ocidental, De Certeau (1998) assinala que aparece ligada à ideia de progresso em oposição ao que pertence ao domínio do oral. A oralidade define-se como

aquilo de que uma prática “legítima” - científica, política, escolar, etc. – deve distinguir-se. “Oral” é aquilo que não contribui para o progresso; e, reciprocamente, “escriturístico” aquilo que se aparta do mundo mágico das vozes e da tradição. (DE CERTEAU, 1998, p.224)

Essa separação ilustra a legitimidade das práticas de escrita no que se concebe como cultura ocidental. Na era moderna, o protagonismo da escrita provocou certos deslocamentos, pois as autoridades tradicionais cederam lugar ao Estado, os costumes à lei abstrata e o grupo desagregou-se em benefício do indivíduo. É na modernidade que a formação da criança passa a fundamentar-se em uma prática escriturística. Para De Certeau (1998, p.227), “aprender a escrever define a iniciação por excelência de uma sociedade capitalista e conquistadora. É a sua prática iniciática fundamental.”.

De maneira geral, um traço que marca a inscrição de uma língua oral na escrita é sua “standardização”, isto é, “a colocação em formas fixas” (AUROUX, 1992, p.70). Tais formas são unidades mínimas que permitem representar uma dada língua. No caso do português e dos textos que iremos analisar, trata-se de signos gráficos pertencentes ao alfabeto latino, do qual se serviram as línguas que lhe constituem (primeiramente o português e o espanhol e, mais tardiamente, o guarani⁴⁶).

⁴⁶ O guarani possui no Paraguai o status de língua oficial, juntamente com o espanhol, conforme a constituição de 1992, artigo 40: “*Son idiomas oficiales el castellano y el guaraní. La ley establecerá las*

É notável a importância da grafematização para a sociedade atual, para o desenvolvimento de práticas cotidianas, para nos situarmos no espaço social, pois a sociedade em que vivemos é marcadamente grafematizada. Segundo Aurox (1998, p. 74), “A grafematização é um processo através do qual os seres humanos utilizaram progressivamente elementos do meio externo para significar e comunicar.” A invenção da escrita marcou a integração da linguagem humana ao mundo dos signos gráficos. Para Haugen (2011, p.106), “a confrontação oral é de importância básica em todas as sociedades, mas numa sociedade complexa, letrada, ela é encoberta e suplementada pelo papel da escrita”.

A escrita como suporte transposto para a fala humana não é único, porém destaca-se pelo seu caráter de espacialidade e por possuir a propriedade de fixar. Esse atributo de fixidade propiciado pela escrita à linguagem oral nos interessa especialmente, já que, principalmente os textos em portunhol escritos por Severo (2010a) são, a priori, recriações de práticas linguísticas que tem lugar predominantemente no domínio do oral. São línguas marcadas pela inexistência de convenções para a escrita, não gramatizadas ou instrumentalizadas, que ganham um contorno próprio ao serem plasmadas pela escrita nas publicações referidas.

Nessa direção, a escrita constitui não só um domínio de fixação da linguagem, mas também um meio de preservação, de memória da língua. A propósito, Trujillo (2010) aponta como consequência da fixação de uma língua oral na esfera da escrita sua conservação: “a fala se desenrola no tempo e desaparece; a escrita tem como suporte o espaço, que a conserva.” (TRUJILLO, 2010, p.10). Para o caso do portunhol que analisaremos, que se sustenta em práticas predominantes no domínio da oralidade, convém observar como a escrita, sustentada materialmente nas publicações no formato livro, funciona como um espaço de registro, dado que constrói uma forma de apreensão da língua, fazendo-a significar diferentemente.

Essa propriedade da escrita se sobressai na reflexão empreendida por Chartier (2007) quando aborda as inúmeras relações entre a inscrição e o esquecimento, entre

modalidades de utilización de uno y otro. Tal determinação quanto a “modalidades de utilização” de ambas as línguas aprovou-se recentemente na “Ley nº 4251”, intitulada como “Ley de lenguas”. Entre outras disposições, o texto prevê uma atenção especial ao guarani por parte do Estado e a criação de uma “Academia de la Lengua Guarani”, entidade privada sem fins lucrativos a qual é outorgada a responsabilidade de “establecer la normativa de la lengua guarani” (conforme artigo 45, “De las competencias de la Academia”), incluindo aspectos ortográficos e o estabelecimento do “alfabeto guarani”.

traços que perduram e escritas que se desvanecem. Através da análise de obras antigas, trata de “cruzar a história da cultura escrita com a sociologia dos textos”. A relação com a escrita aparece marcada pelo temor ao esquecimento nas sociedades europeias da primeira fase da modernidade: “Para dominar sua inquietação, elas fixaram, por meio da escrita, os traços do passado, a lembrança dos mortos ou a glória dos vivos e os textos que não deveriam desaparecer.” (CHARTIER, 2007, p.9). No livro ou em outros suportes, escrevia-se para conservar, para impedir a perda. Nessa mesma direção, Queiroz afirma:

O advento da escrita legou à humanidade a possibilidade de armazenar, de dar a conhecer à posteridade toda a sua história: repleta de emoções, intrigas, pensamentos, feitos heroicos, descobrimentos, conquistas...enfim, a escrita representa a própria memória do homem. (QUEIROZ, 2009. p.82)

Em se tratando do portunhol de Severo (2010a), o primeiro poema situa a escrita na ordem da memória e do tempo, pois diz “*Vo iscrevé las lembransa pra no isquesé.*” (SEVERO, 2010a, p.23).

A partir do exposto a respeito da escrita, interessa-nos apontar para uma distinção entre escrita e escritura, pois pensamos que os textos escritos em portunhol estão constituídos de um processo de escritura na língua, o refletem materialmente. Compreender os efeitos desse processo é importante para entender como uma escrit(u)ra em portunhol pode significar a constituição de um **gesto político**.

3.1 Portunhol na escrita e uma escrit(ur)a em portunhol

A forma de organização social ocidental contemporânea está, marcadamente, caracterizada pela centralidade desta tecnologia que é a escrita, sendo um importante modo de dominação. Pode-se falar na emergência de uma “sociedade da escrita”, nos termos de Orlandi (1999, p.7), onde a escrita “é lugar de constituição de relações sociais, isto é, de relações que dão uma configuração específica à formação social e a seus membros.”.

Escrever não implica apenas o domínio de uma técnica ou o desenvolvimento de uma habilidade, mas também um modo de inscrição do sujeito em uma dada ordem social. É por meio da escrita que se pode ter acesso à instrução formal, a saberes institucionalizados, como aqueles transmitidos no âmbito escolar. É um processo que não depende unicamente das condições pessoais do autor, pois este, enquanto sujeito histórico e social, está inserido em circunstâncias sociais específicas que colocam à sua disposição certos dispositivos, os quais promovem ou inibem o acesso a umas ou outras escritas (SÁNCHEZ, 2012). Há uma relação indissociável entre a escrita e o chamado “mundo letrado, ilustrado, instruído”, onde se efetuam as práticas escolares, que para alguns pode significar inclusão e, para outros, exclusão (SÁNCHEZ, 2012). Para Scherer (2012), na sociedade da escrita, é pelas letras que o sujeito se constitui simbolicamente.

Para nossa pesquisa em torno do portunhol, pensar que escrever em uma língua possibilita ao sujeito a entrada em uma determinada configuração social pelo simbólico é relevante na medida em que estamos tratando de uma língua não gramatizada/instrumentalizada⁴⁷ e cuja grafematização apoia-se em sistemas de outras línguas. Nesse sentido, o próprio ato de enunciação do sujeito ao escrevê-la tem como efeito a instituição de um lugar para essa língua no domínio das letras. Dito de outro modo, é pela escrita e na escrita que se confere ou outro lugar para o portunhol, bem como uma outra modalidade de circulação.

Tal como formula Rancière (1995), o ato de escrever é essencialmente político enquanto modo de ocupar o sensível. É por meio da escrita que o sensível é dividido, ou melhor, partilhado. Para o pensador, a escrita:

é coisa **política** porque seu gesto pertence à constituição estética da comunidade e se presta, acima de tudo, a alegorizar essa constituição. Pelo termo constituição estética deve-se entender aqui a **partilha do sensível** que dá forma à comunidade. Partilha significa duas coisas: a participação em um conjunto comum e, inversamente, a distribuição dos quinhões. (RANCIÈRE, 1995, p.8)

De acordo com o filósofo francês, a partilha do sensível formula-se enquanto um “sistema de evidências sensíveis” onde há recortes que marcam lugares e partes

⁴⁷ Conforme Auroux (1992).

respectivas em um todo comum. Os lugares e as partes estão distribuídos com base em uma “partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha” (RANCIÈRE, 2005, p. 15). Essa partilha torna perceptível uma dada organização que se define em virtude de certas ocupações, a partir das quais se tem ou não visibilidade em um espaço comum (RANCIÈRE, 2005). Em nosso estudo em torno do portunhol, essas “ocupações” podem ser tomadas como posições estabelecidas socialmente, de onde sujeitos podem ou não enunciar dizeres na língua e inseri-la no domínio da escrita, podem ser compreendidas como “lugares sociais de dizer”, como define Guimarães (2005), ocupados pelos falantes.

Segundo Rancière, há uma configuração do sensível, inscrita em uma ordem política, que organiza os modos *do fazer*, os modos *do ser* e os *do dizer*. Em nossa reflexão, convém-nos apontar como a inserção do portunhol na escrita significa esses *modos*, atribui lugares às línguas e aos sujeitos que as falam, distribui espaços que vão se dividindo e re-dividindo na e pela enunciação. Em “*Noite nu Norte: Poemas en Portuñol*”, vemos como essa divisão opera pela escrita ao constatar que em portunhol estão apenas o título que dá nome à obra e os poemas escritos por Severo (2010a), situados nas páginas internas da publicação. Já a biografia do autor, escrita pelo próprio Severo e localizada na “orelha” do livro, está em espanhol.

Na continuidade de nossas proposições, é pertinente recuperar a distinção apontada por alguns autores no que concerne à escrita e à escritura, pois entendemos que esses termos não podem ser tomados como sinônimos quando tratamos da emergência do portunhol no domínio da escrita. Pensamos que, mais que uma escrita em portunhol, está-se diante de um processo de escritura que se expressa de maneira diferenciada. Nesse sentido, a escrita seria da ordem do socialmente aceitável/instituído, do coletivo, enquanto que e a escritura, seria um espaço de particularização do sujeito na língua, de singularidade. Embora escrita e escritura estejam articuladas, a primeira não surge apenas como o produto da segunda.

Para melhor compreender essa distinção, trazemos as palavras de Orlandi (1999), ao refletir sobre a língua portuguesa e seu processo de gramatização no Brasil durante o século XIX:

A escritura, ao meu ver, está ligada a processos em que a literatura se faz presente. Em nosso caso, por exemplo, no século XIX, com nossos processos de gramatização da língua portuguesa, legitimamos uma nossa **escrita**. Paralelamente, deu-se também o processo literário pelo qual fica visível o estabelecimento de uma nossa **escritura** específica. Esses

processos não estão desligados, mas são elaborados em suas especificidades e não se confundem. O que os liga de maneira forte é que, no século XIX, com a constituição da sociedade e suas instituições, leis, produção, governo e explicitação da vida civil com suas regras e suas políticas particulares, a relação escrita-escritura nos faz saber que temos uma língua nacional que não se confunde com a língua de Portugal. (ORLANDI, 1999, p.5, grifo nosso)

De acordo com a linguista, a literatura é uma via pela qual a escritura toma corpo como um modo peculiar de escrever a/na língua. Por outro lado, a legitimação de uma escrita aparece vinculada a processos de gramatização, isto é, a produção de instrumentos linguísticos como gramáticas e dicionários, que conduzem para sua normatização. Entretanto, escrita e escritura podem articular-se de modo a possibilitar a distinção de uma determinada língua de outra(s). No que se refere ao portunhol da fronteira uruguaio-brasileira e sua relação com instrumentos linguísticos, Severo (2010b, p.11) explica que *“en el portuñol no existe una gramática, un diccionario, hay que innovar, improvisar.”*. No que diz respeito ao portunhol selvagem, Diegues (2008, p.47) opõe-se à possibilidade de que se estabeleça uma gramática para a língua: *“gramatificar el portunholito selvagem es como querer ponerlo en una gaiola gramatical. [...] Cada artista de la palabra que se aventure por las selvas de los portunholitos salbahes habrá de inventar su gramática propia.”*

Ávila (2012), ao discorrer sobre a importância do portunhol selvagem para a poesia de Diegues, afirma que a escrita enquanto ato traz consigo padrões de estilo e imposições sintáticas e gramaticais cuja a aquisição pelo o sujeito se dá quase como uma segunda língua, em oposição à língua materna, que se circunscreveria na oralidade. Nesse sentido, Diegues, ao trabalhar no domínio do portunhol, isto é, em que não há uma tradição de registro escrito, ficaria livre de tais modelos, podendo escolher a grafia e a sintaxe que mais lhe pareçam adequados ao seus anseios de expressão, não condicionado por regras pré-determinadas (ÁVILA, 2012). Essas colocações da autora, para nós, reforçam o entendimento de que estamos diante de textos que instituem uma escrita em portunhol, surgidos de uma relação do sujeito (escritor) com a língua (portunhol) que é, por sua vez, escritura.

Assim, considerando o portunhol materializado nas publicações selecionadas para análise, estamos diante de formas de inscrição que são díspares entre si e significam modos de identificação do sujeito com a língua que escreve, estabelecidos no enfrentamento com outras línguas.

Ainda a respeito da escrita, essa não se reduz ao “gesto de imprimir no papel ou na tela sinais gráficos convencionados [...]” (CORACINI, 2010, p.24). A escrita e a escritura podem ser compreendidas como movimentos – um para fora e outro para dentro –, um modo de inscrição do sujeito que, ao mesmo tempo, se percebe marcado por aquilo que escreve. Em relação a esses movimentos, Severo expõe como se deu sua inscrição no portunhol pela escrit(ur)a: “*Un día quise sacar unos recuerdos, pero no salían. De tanto buscar, descubrí que el español no era mi lengua, y hallé en el Portuñol mi corazón.*” (SEVERO, 2010a). Em outro momento, explica “*Ojalá pudiese explicar para la jente, que asvés, cuando toi lembrando aqueya tristesa que avía en mi tierra, las palabra van saliendo una arriba de otra, todas entreveradas, palabras tortas.*” (SEVERO, 2011). Vê-se como para Severo, a escrit(ur)a surge vinculada a uma mobilização do passado, de lembranças que se atualizam e tomam forma no presente por meio de uma escrit(ur)a em portunhol. A escritura interpela o sujeito enquanto alguém que se inscreve em qualquer produção de sentidos, seja pela escrita, pela leitura, por uma obra de arte, etc. (CORACINI, 2010).

De acordo com as contribuições de Scherer (2010, 2012), vivemos em uma “ditadura da escrita”, pois quem escreve está sujeito a regras que devem ser obedecidas, para assim incluir-se em uma dada configuração social. Por isso, no espaço institucional da escola, por exemplo, há lugar apenas para a escrita e não para a escritura, pois a primeira é “algo domesticado”, em oposição à segunda, que é “selvagem” (SCHERER, 2012) – (vale lembrar que “selvagem” é também como Diegues identifica o portunhol em que escreve.).

Ainda segundo Scherer, “A escritura carrega consigo o próprio de sermos sujeitos pela linguagem. [...] equivale a ir em busca de nossa história, ou seja, de nossa capacidade de jogar com a letra [...]” (SCHERER, 2010, p.118). Para Severo, a incursão no portunhol pela escrita surgiu da necessidade de escrever sobre a fronteira, com temas e personagens fronteiriços, o que lhe exigia também uma sonoridade própria da fronteira, que não encontrava no espanhol. Foi, então, jogando com a letra que chegou ao seu portunhol: “*ensayo y error, fui llegando a algo parecido a mi versión escrita del portuñol.*”⁴⁸.

Para o propósito deste estudo, como afirmado anteriormente, é fundamental pensar na articulação entre escrita e escritura, posto que estamos não apenas diante

⁴⁸ Declaração feita pelo autor durante Roda de Conversa realizada na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), no dia 15/08/2013. Transcrição nossa.

de materialidades que atestam a presença do portunhol no domínio da escrita, mas principalmente, frente a textos que apontam para um processo de escritura na língua, pois compreendemos que é na escritura que o sujeito encontra vazão para expressar sua singularidade, onde há lugar para as diferenças, para a desobediência de normas. De acordo com Coracini (2010, p.28), “produzir um texto pode significar construir para si uma identidade, um lugar social, uma certa visibilidade...”, ao mesmo tempo em que “é um ato de escritura, ou melhor, de ins-crição – numa superfície vazia (papel em branco ou tela vazia) – de si, em si e no outro”.

Em nosso entendimento, no que se refere às textualidades analisadas neste trabalho, o ato de escrever em portunhol expõe à escritura pela própria singularidade da grafia adotada para as palavras que, a partir dos grafemas disponíveis no alfabeto latino, se (re) inventa, podendo ser registradas de diferentes maneiras em cada enunciação, de acordo com sujeito que enuncia pela escrita em portunhol. Nos textos de Severo, por exemplo, encontraremos a palavra “Artigas” ora grafada com “t”, ora gravada com “ch” (Artigas-Archigas). Já nos poemas de Diegues, a palavra “selvagem” ora assume uma grafia ou outras: salvaje-salbaje-selvagem-salbahe.

No tocante ao portunhol da fronteira uruguaio-brasileira, Behares e Díaz (1998) reconhecem a “*inexistencia de una ortografía convencional*”⁴⁹, o que leva os sujeitos que pretendem expressar-se em portunhol pela escrita a “*utilizar la ortografía del portugués, o la del español, o alguna forma de compromiso entre ambas.*” (BEHARES E DÍAZ, 1998, p.12).

Como dissemos anteriormente, é por meio da literatura que o *portuñol* de Severo e o *portunhol selvagem* de Diegues tomam forma na escrita, isto é, como linguagem literária. Ainda que nosso modo de abordar o portunhol não se fundamente nos estudos literários, vale retomar aqui o que Rancière (2005) postula a respeito da literaridade de certos enunciados, como uma forma particular de ocupar o sensível, de partilhá-lo. Segundo o pesquisador (2005, p.60, grifo nosso), os enunciados literários reorganizam o mapa do sensível, “Definem modelos de palavra ou de ação, mas também regimes de intensidade sensível. **Traçam mapas do visível, trajetórias entre o visível e o dizível, relações entre modos do ser, modos do fazer e modos do dizer.**”. Nesse sentido, ao discorrer sobre os poemas de Severo, Cortazzo (2011) afirma que sua poesia se fundamenta em um ímpeto de originar novos mundos

⁴⁹ Convém ressaltar que o que estamos referindo como **portunhol** na fronteira uruguaio-brasileira, os autores denominam (BEHARES E DÍAZ, 1998) DPU (*Dialectos Portugueses del Uruguay*).

linguísticos que se estendem a outros **modos de ser**, mundos estes que se fundam pela/na escrita em/do portunhol. No que tange aos textos de Diegues, Abrantes (2012, p.2) discute a questão da literariedade do portunhol selvagem. Para a estudiosa, “ao tomar o portunhol selvagem como língua literária, Diegues está também ultrapassando e **tornando visíveis** outras linhas demarcatórias [...]. Ao produzirem literatura em portunhol esses escritores atuam como sujeitos políticos, pois, segundo Rancière (2005, p.60), “o homem é um animal político porque é um animal literário”.

Como uma língua que circula na fronteira em um espaço de enunciação multilíngue no embate das línguas como o português, o espanhol e (ou) o guarani, o portunhol excede a esfera da oralidade, tornando-se “dizível e visível” no domínio da escrita, e estabelece outros modos de *ser, fazer e dizer*: é possível ser sujeito constituído pelo portunhol também pela/na escrit(ur)a, é possível escrever textos em portunhol, é possível dizer em portunhol também pela escrit(ur)a. Institui-se, então, uma forma de **apropriação** do espaço da página em branco, o qual projeta a língua no domínio da escrita, (re) territorializando-a pela ocupação do sensível.

Desse modo, podemos sustentar que o aparecimento desses textos configuram uma escrit(ur)a em portunhol, constituindo um **gesto político** na medida em que, ao inseri-lo/fazê-lo circular no domínio da letra, revelam outras possibilidades de ocupação do sensível, produzindo sentido para seus falantes, para a fronteira e para a língua, “repõem em questão a distribuição dos papéis, dos territórios e das linguagens [...]” (RANCIÈRE, 2005, p.60)

3.2 Portunhol na escrita a partir do olhar teórico da Semântica da Enunciação

Segundo vimos sustentando, partimos do pressuposto que uma escrita em portunhol constitui-se em uma forma de apropriação (uma territorialidade) do espaço das páginas que compõem as publicações selecionadas, re-territorializando-o ao inscrevê-lo no domínio da letra. Em nosso entendimento, o surgimento de textos escritos em portunhol – especialmente na literatura, como os analisados neste estudo – pode significar a efetivação de um gesto político, pois compreendemos que revelam uma forma particular de ocupar o sensível.

A efetivação do que aqui estamos chamando de **gesto político** coloca de manifesto uma relação sujeito-língua que se estabelece na escrita pelas vias de um

processo de escritura, pois para escrever em/o portunhol é preciso que o sujeito se inscreva na língua. Conforme vimos apontando, operamos fundamentalmente por um viés teórico-metodológico da Semântica da Enunciação para abordar essa relação. Tomá-la em tal perspectiva é pensar na escrit(ur)a como produtora de sentidos, sentidos esses afetados materialmente pelas condições sócio-históricas que caracterizam os espaços fronteiriços e que constituem os dizeres registrados nas publicações analisadas. Por outra parte, sempre e quando consideramos relevante para elucidar nosso objeto e responder às questões de pesquisa propostas, estabelecemos um diálogo com outros teóricos da enunciação, recuperando certas noções e perspectivas.

Antes de apresentarmos as noções que fundamentam tal orientação teórica, convém esclarecer que, neste trabalho, adotamos o nome “Semântica da Enunciação” para nos referirmos ao domínio do saber traçado ao longo das obras de Guimarães. No entanto, conforme aponta Ferreira (2012), há um movimento e uma re-significação da teoria proposta pelo semanticista, que se reflete em nomes como “Semântica História da Enunciação” e “Semântica do Acontecimento” entre outros presentes em seus textos.⁵⁰

A posição teórica na qual nos inscrevemos permite-nos “chegar a resultados” diferentes do que vem sendo mostrado por estudos que apresentam outras abordagens do portunhol, como os sociolinguísticos, já que o que nos interessa é interpretar os sentidos da materialização do portunhol na escrita e seu funcionamento em um espaço de enunciação, isto é, em relação com os sujeitos que o enunciam e com outras línguas. Dito isto, passamos, então, a apresentar alguns conceitos basilares para expor o modo como estamos compreendendo o portunhol na perspectiva teórica a que nos filiamos e que norteiam o desenvolvimento deste trabalho, fundamentando-nos, principalmente, em Guimarães (2005, 2007b, 2011).

3.2.1 Enunciação e(m) portunhol

⁵⁰ Para mais a respeito desse movimento, ver Ferreira (2012).

Ao assumirmos uma orientação teórica dos estudos enunciativos para tratar de nosso objeto de pesquisa, colocamo-nos em consonância com Guimarães (2005) em “Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação”, em que conceitos importantes das teorias da enunciação postuladas por Benveniste e Ducrot são re-significados, posteriormente retomados em outros textos daquele autor. Iniciamos pela noção de **enunciação**, pois consideramos que os textos escritos em português atestam a língua em funcionamento, revelando modos de assunção da palavra. Para Guimarães (2005), a enunciação é concebida a partir de uma re-significação de noções pensadas por Benveniste (1970) e Ducrot (1984).

No quadro da Linguística da Enunciação, é em Benveniste (“O aparelho formal da enunciação”) que se encontra a definição canônica de enunciação. Para o estudioso francês “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1970, p.82). Essa concepção, ao postular que é preciso considerar o ato de produção da linguagem, coloca o sujeito no centro desse ato.

Posteriormente, Ducrot, em “Esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação”, volta-se também para o plano da enunciação, ocupando-se em retomar a questão do sujeito. Nesse texto, define a enunciação como “o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado” (DUCROT, 1984, p.168). Para Ducrot, a realização de um enunciado é tomado como um acontecimento histórico, que é dado à existência em uma aparição momentânea. Diferentemente de Benveniste, Ducrot desvincula a noção de ato de sua caracterização da enunciação ao não atribuir a um sujeito a responsabilidade pelo surgimento do enunciado, pois a enunciação “é simplesmente o fato de que um enunciado aparece” (DUCROT, 1984, p.161).

Inscrevendo-se em uma posição que se vale das definições acima expostas é que Guimarães (2005, p.11) concebe a enunciação de um modo particular. Ao defini-la, trata de fazê-lo “sem remeter isto a um locutor, a uma centralidade do sujeito”. Para o semanticista, a enunciação é um acontecimento no qual sujeito e língua se relacionam, um **acontecimento** determinado pelo político, sendo este o fundamento de todas as relações sociais. Tomando essa concepção é que nos voltamos para as publicações em português, pois na análise dos textos buscamos interpretar como se estabelece uma dada relação língua-sujeito, que se faz por meio de uma escrit(ur)a em português, agenciada pela/na enunciação.

No que concerne ao sujeito, este é constituído pela língua, assumindo a palavra enquanto figura da enunciação (GUIMARÃES, 2005). Segundo Guimarães (2005), os modos de assunção da palavra dão-se em cenas enunciativas em que são estabelecidas essas figuras, caracterizadas por instituírem **lugares de enunciação** distribuídos segundo o agenciamento enunciativo próprio de cada acontecimento de dizer. Uma cena enunciativa está caracterizada por “constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas.” (GUIMARÃES, 2005, p.23).

No tocante ao quadro figurativo da enunciação, retomamos brevemente algumas formulações de Benveniste e Ducrot, pois as figuras estabelecidas por Guimarães guardam certa aproximação às proposições desses linguistas.

Benveniste (1970), em “O aparelho formal da enunciação”, ao conceber a enunciação enquanto ato individual de utilização da língua, instaura em primeiro lugar o **locutor**, elemento fundamental nas condições que possibilitam a enunciação. No que se refere à relação sujeito-língua fundada pela enunciação, para o estudioso, o que há é um processo individual de apropriação da língua pelo locutor: “Antes da enunciação a língua é senão possibilidade de língua.” (BENVENISTE, 1970, p.83)

Nesse processo, o locutor se apropria do aparelho formal da língua, o qual permite que manifeste sua posição de locutor através de índices específicos, ao mesmo tempo em que postula a figura do **alocutário**, isto é, “implanta o outro diante de si”, pois, “Toda a enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocução [...]” (BENVENISTE, 1970, p.84).

Como dado constitutivo da enunciação, destaca-se a possibilidade de introdução daquele que fala em sua fala, isto é, através dos caracteres linguísticos que marcam a relação do locutor com a língua ao mobilizá-la por sua conta. Essa relação é tratada por Benveniste, por exemplo, através da análise da “emergência dos índices de pessoa”. Segundo o teórico, “(a relação *eu-tu*) que não se produz se não pela enunciação: o termo *eu* denotando o indivíduo que profere a enunciação, e o termo *tu*; o indivíduo que aí está presente como alocutário.” (BENVENISTE, 1970, p.84).

Ainda a respeito do locutor, Benveniste o concebe dotado da capacidade de propor-se como sujeito, o que denomina “subjetividade”. A subjetividade é, para o linguista, uma propriedade fundamental da linguagem: “É “ego” que diz ego. [...] A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito remetendo a

ele mesmo como *eu* no seu discurso.” (BENVENISTE, 1958, p. 286). Segundo Benveniste, é a linguagem que possibilita o homem constituir-se como sujeito, é o ato de dizer que o funda e, simultaneamente, funda o outro pela enunciação. Assim, no quadro traçado por Benveniste, distinguem-se duas figuras de igual importância e reversíveis entre si - o **locutor** e o **alocutário** - uma origem, outra fim da enunciação, dada sua organização dialógica.

Ducrot (1984), em “Esboço de uma teoria polifônica da enunciação”, capítulo cujo objetivo é criticar e substituir a teoria da unicidade do sujeito da enunciação (qual seja, “um enunciado – um sujeito”), acrescentará outras figuras a este quadro, diferenciando entre **locutores** e **enunciadores**. De acordo com o linguista, entende-se por **locutor** “um ser que é, no próprio sentido do enunciado⁵¹, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade por esse enunciado. É a ele que refere o pronome *eu* e as outras marcas de primeira pessoa.” (DUCROT, 1984, p.182).

A propósito da coincidência do locutor com o ser designado por “eu”, adverte que este pode não coincidir com o seu produtor, isto é, pode ser distinto de seu autor empírico. Nas reflexões de Ducrot, observamos sua preocupação em apresentar determinadas situações em que a figura do locutor pode diferenciar-se da do sujeito produtor do enunciado, isto é, do “sujeito falante”. Retomamos a seguir um exemplo que julgamos esclarecedor para nosso trabalho a respeito do portunhol, posto que reflete sobre a função da assinatura em um dado texto:

Suponha que meu filho me traga uma circular da escola, em que está escrito: “Eu abaixo assinado, ... autorizo meu filho a[...] Assinado...” Só terei que escrever meu nome no branco que segue a expressão abaixo-assinado [...] e assinar. [...] Ora, é claro que não sou o autor empírico do texto-autor [...]. Quando muito, corro o risco de ser o autor da ocorrência de meu nome depois de *abaixo-assinado* e, em situação “normal”, da assinatura. Mas, desde que eu tenha assinado, aparecerei como locutor do enunciado [...] e o próprio enunciado, uma vez assinado, indicará que assumi esta responsabilidade. Por outro lado, serei o ser designado pela marcas de primeira pessoa. (DUCROT, 1984, p.182-183)

⁵¹ Ducrot (1984, p.164) distingue enunciado em oposição à frase, em que esta última seria “um objeto teórico”, constitui uma invenção particular da gramática enquanto ciência. Já o enunciado, considera “o que o linguista pode tomar como observável”, a manifestação particular de uma frase, não repetível.

A partir desse exemplo, discorre sobre o papel da assinatura, atribuindo-lhe uma dupla função. Segundo Ducrot (1984), primeiramente, seu papel é assinalar quem é o locutor, o ser a quem se atribui a responsabilidade do enunciado. Em segundo lugar, seu papel é a de garantir a identificação entre o locutor indicado no texto e o indivíduo empírico. A esse respeito, permitimo-nos fazer uma observação: embora não trabalhe com a noção de indivíduo empírico, conforme proposto por Ducrot, essas considerações relativas à assinatura são importantes para a análise das publicações em português, principalmente quando tratamos dos prólogos e demais seções dos livros, pensando na distribuição das línguas enquanto constitutivas de um espaço de enunciação, isto é, em relação com seus falantes, dividindo-os.

Retornando às figuras da enunciação apresentadas por Ducrot, este divide a própria noção de locutor, diferenciando o locutor enquanto tal (“L”) do locutor enquanto ser no mundo (“ λ ”), em que “L é o responsável pela enunciação, considerado unicamente enquanto tendo esta propriedade. λ é uma pessoa “completa”, que possui, entre outras propriedades a de ser origem do enunciado [...]” (DUCROT, 1984, ap.188).⁵²

Ducrot (1984, p.192) introduz, ainda, a figura do **enunciador**, a qual considera uma forma de polifonia: “Chamo de “enunciadores” estes seres que são considerados como se expressando através da enunciação [...]”. Segundo esclarece, não é necessário que ao enunciador sejam atribuídas palavras específicas, pois certas enunciações podem expressar o ponto de vista de um dado enunciador, sem que para isso lhe seja imputada a responsabilidade pelo enunciado, mas sim, sua posição, sua atitude.

No que tange à relação entre locutor e enunciador, o primeiro, enquanto responsável pelo enunciado, pode fazer emergir enunciadores, organizando seus pontos de vista e atitudes. Entre os exemplos expostos por Ducrot, destacamos o que trata do funcionamento da ironia, em que a enunciação de um locutor L expressa um ponto de vista que não pode ser a ele atribuído, mas sim, pode ser imputada a um dado enunciador, que se posiciona através das palavras enunciadas por L:

⁵² Limitamo-nos apenas a mencionar tal distinção proposta por Ducrot, já que, na perspectiva assumida por nós, isto é, a Semântica da Enunciação, essa diferenciação é substituída por outra. Para mais a respeito dessa distinção, ver Ducrot (1984, p.188-189).

Mesmo sendo dado como responsável pela enunciação, L não é assimilado a E, origem do ponto de vista expresso na enunciação. [...] Anunciei-lhes, ontem, que Pedro viria me ver hoje, e vocês se recusaram a acreditar. Posso hoje, mostrando-lhes Pedro efetivamente presente, lhes dizer de modo irônico: “vocês vêem, Pedro não veio me ver”. Esta enunciação irônica de que assumo a responsabilidade enquanto locutor (é a mim que o me designa), apresento-a como a expressão de um ponto de vista absurdo, absurdidade de que não sou o enunciador podendo até mesmo, neste caso, serem vocês (é nesta assimiliação do enunciador ao alocutário que torna esta ironia agressiva): faço-os sustentar, na presença de Pedro, que Pedro está presente. (DUCROT, 1984, p.198).

Esta distinção entre locutor e enunciador nos é interessante na medida em que atenta para enunciações em que determinados pontos de vista expressos em um dado enunciado não podem ser atribuíveis a um único responsável, isto é, a um locutor, mas sim, a outro sujeito que se faz presente enquanto figura enunciativa ao expressar sua perspectiva. Isto é, para nós, tal diferenciação interessa na medida em que revela um aspecto de seu sentido⁵³, isto é, que um determinado “ponto de vista” (para usar a expressão de Ducrot) pode não estar dito no enunciado, mas sim, significado.

Retornado à posição da Semântica de Enunciação, isto é, a delineada por Guimarães (2005), ao propor as figuras da enunciação (que assumem a palavra em uma dada cena enunciativa), o faz remetendo à noção de polifonia da enunciação esboçada por Ducrot. Entretanto, estabelece uma diferença fundamental, já que considera o locutor enquanto pessoa como constituído pelo social. Nesse sentido, propõe uma re-significação das categorias enunciativas do locutor e do enunciador, mantendo a distinção entre ambos, porém, sem considerá-los como multiplicações das figuras da enunciação, mas sim, como sua divisão.

Assim, Guimarães (2005) apresenta o **locutor(L)** como lugar do qual se enuncia, representado como fonte do dizer, concebendo-lhe como uma figura díspar em que se reconhece a representação de um determinado lugar social que o autoriza a falar (**locutor-x**). Diferentemente das concepções anteriores, é importante observar que a figura do Locutor (L), enquanto origem do dizer, é tida como uma representação. Dito de outro modo, o Locutor (L) surge sob a aparência de responsável pelo que enuncia.

Quanto ao locutor-x, essa distinção é de extrema importância, já que, somente estando afetado por um determinado lugar social é que o locutor pode dar-se como

⁵³ Mais adiante, esclareceremos como estamos compreendendo a noção de “sentido”.

tal (locutor-presidente, locutor-jornalista, locutor-autor, etc.). A esse respeito, exemplifica:

Se o Presidente da República, ou um Governador de Estado *Decreta X*, ele o faz não porque alguém se dá a si ser a origem do que *Decreta*, mas porque enquanto Presidente (em Língua Portuguesa) ele pode se dar como origem daquilo que *Decreta*, ou melhor, está autorizado a se dar como origem do próprio ato de decretar. O que significa dizer que assumir a palavra para decretar só é possível na medida em que o Locutor, que se dá como origem do decreto, só o é enquanto constituído como um lugar social de locutor, ou seja, o locutor-presidente que fala em Língua Portuguesa. (GUIMARÃES, 2012, p.23-24)

Em se tratando dos textos escritos em português, buscamos determinar como o falante é agenciado no acontecimento enunciativo por certos lugares de dizer que o possibilitam colocar em funcionamento o português, que o autorizam a escrever nessa língua. Pois, apenas através desses lugares, é que o português é enunciado.

Guimarães distingue também a figura do **enunciador**, concebendo-o como um lugar de dizer (enunciador individual, enunciador universal, enunciador genérico), em que não se pode identificar um lugar social de onde se fala, mas sim, um lugar de onde se enuncia, uma “representação da inexistência do lugar social do locutor” (2005, p.26). No caso das enunciações que colocam na cena enunciativa o enunciador, este se representa como independente da história, isto é, como alguém que “retira o dizer de sua circunstancialidade.” (GUIMARÃES, 2005, p.26). Tem-se, então, estes enunciadores:

enunciador individual, quando a enunciação representa o Locutor como independente da história; enunciador-genérico, quando a enunciação representa o Locutor como difuso num todos em que o indivíduo fala como e com outros indivíduos; enunciador-universal, quando a enunciação representa o Locutor como fora da história e submetido ao regime do verdadeiro e do falso. (GUIMARÃES, 2005, p.26).

Essas categorias - locutor e enunciador - na Semântica da Enunciação, enquanto lugar social de dizer e lugar de dizer, são posições específicas engendradas nas cenas enunciativas, lugares de enunciação organizados segundo uma “deontologia” própria, que os distribui no acontecimento. (GUIMARÃES, 2005). Assim, Guimarães (2005, p.23) esclarece que “aquele que fala” ou “aquele para quem se

fala” não são pessoas, mas uma configuração do agenciamento enunciativo.”. Isso implica que o sujeito na Semântica da Enunciação seja tomado como um lugar constituído pelo dizer e não, como uma pessoa dona de seu dizer.

Como dito anteriormente, pensar nessa distribuição no que se refere à relação do sujeito que enuncia em portunhol é fundamental, dado que os textos em portunhol se materializam a partir de lugares de dizer específicos e, produzem sentido em relação a esses lugares. Ou seja, não é de qualquer lugar enunciativo que se pode enunciar em portunhol. A partir de lugares específicos é que ao sujeito lhe é permitido escrever em portunhol. Ao mesmo tempo, essa distribuição de lugares nos diz sobre o funcionamento do portunhol no embate com outras línguas, já que as publicações significam uma divisão própria de um espaço de enunciação.

Estabelecidas as figuras da enunciação segundo a Semântica da Enunciação, isto é, enquanto lugares de dizer, trazemos algumas contribuições de Fiorin (2010) e Authier-Revuz (1990), para tratar, sob outro ponto de vista, da Polifonia na enunciação. Tal explicitação de como outras formas de polifonia podem se materializar em certos enunciados são importantes para a ampliação da compreensão da categoria do sujeito e o funcionamento do político na enunciação. Entendemos que uma enunciação que se apresenta como polifônica coloca de manifesto a divisão do falante (GUIMARÃES, 2005) na relação com as línguas em que enuncia e que o constituem.

3.2.1.1 Outros lugares de dizer: a polifonia na enunciação

O fenômeno da polifonia chamou a atenção de diversos estudiosos, colocando em questão a identidade do sujeito enunciador ao evidenciar as diferentes instâncias enunciativas instauradas em um texto. Jaqueline Authier-Revuz, por exemplo, tratou desse fenômeno ao ocupar-se da heterogeneidade mostrada do discurso (FIORIN, 2010).

Segundo Fiorin (2010, p.62), “a questão da polifonia concerne ao fato de que várias vozes se apresentam no interior de um discurso. Essas vozes aparecem objetivadas ou não.”. Ao discorrer sobre a responsabilidade pelos enunciados, distingue níveis de produtores, quais sejam **o enunciador, o locutor e o narrador.**

De acordo com o linguista, quando um enunciado é produzido, podem ser incorporados enunciados de outros sujeitos. Desse modo, a partir de um mesmo enunciado, é possível identificar diferentes responsáveis pela enunciação. Nesse sentido, Fiorin (2010) estabelece as seguintes categorias, distanciando-se explicitamente da posição de Ducrot:

Narrador e interlocutor são instâncias que tomam a palavra, que falam, que dizem *eu*. Locutor é a voz de outrem que ressoa num enunciado de um narrador ou de um interlocutor. Assim, o locutor é a fonte enunciativa responsável por um dado enunciado incorporado no enunciado de outrem. (FIORIN, 2010, p.70)

A partir do exposto, percebe-se que o que para Ducrot seria a figura do **locutor**, para Fiorin, surge sob o nome de **narrador**. A fim de explicitar tais diferenças, Fiorin (2010) toma o exemplo do discurso indireto. Para ele, este consiste em um enunciado em que, no interior da fala de um narrador, subsiste a fala de um locutor.

Além disso, relaciona a noção de locutor com os diferentes fenômenos que Authier-Revuz denomina heterogeneidade mostrada, destacando o caso das palavras entre aspas: “Nesse caso, não há uma ruptura sintática entre o discurso citante e o citado. Apesar disso, a palavra entre aspas não pertence a quem pronuncia, mas a um **locutor**.” (FIORIN, 2010, p.70-71). Segundo esclarece, trata-se de palavras cuja responsabilidade não pode ser imputada àquele que chama de narrador.

De acordo com Fiorin (2010), a heterogeneidade é um modo essencial de funcionamento do discurso⁵⁴, tomado como espaço de conflito e homogeneidade, de concordância e discordância, constituído por diferentes vozes e instâncias enunciativas.

Entre as formas de manifestação da heterogeneidade, destaca-se o discurso reportado, em que uma enunciação é incluída em outra, havendo um discurso citante e um discurso citado. O discurso direto, por exemplo, é uma das modalidades tradicionais de discurso reportado em que “o narrador delega voz a um actante do enunciado. Possui duas instâncias enunciativas, dois níveis de *eu*: o do narrador e do interlocutor.” (FIORIN, 2010, p.72). Em se tratando do discurso direto na escrita,

⁵⁴ Para Fiorin (2010, p.30), o discurso constitui “um todo de significação. [...] Considerado como totalidade, o discurso é constituído pela enunciação.”.

caracteres como dois pontos e o travessão, dois travessões ou aspas, marcam onde inicia um discurso e termina o outro.

A propósito das marcas que assinalam a heterogeneidade enunciativa, trazemos algumas considerações de Authier-Revuz (1990, p.25), a respeito das formas de “heterogeneidade mostrada”, assim denominadas por “inscreverem o outro na sequência de discurso.”. Entre essas formas, menciona o discurso direto, as aspas, formas de retoque ou de glosa, a ironia, etc.

Entre os modos de inscrição do outro na cadeia discursiva discutidos por Authier-Revuz (1990), destacamos a autonímia simples, em que ocorre uma ruptura sintática. Nesta situação

O fragmento citado no interior de um discurso relatado direto ou introduzido por um termo metalinguístico (a palavra, o termo, a expressão, a fórmula “X”), nitidamente delimitado na cadeia discursiva, é apresentado como objeto; é extraído da cadeia enunciativa normal e remetido a outro lugar; aquele de um outro ato de enunciação (Z disse: “X”, na expressão de Z, “X”) [...] (AUTHIER-REVUZ, 1990, p.20)

Em acréscimo à autonímia simples, tem-se o que a linguista chama de “conotação autonímica”, isto é, quando “o fragmento mencionado é ao mesmo tempo um fragmento do qual se faz uso: é o caso do elemento colocado entre aspas, em itálico ou (às vezes) glosado por uma incisa.” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p.29).

Nas formas de autonímia descritas, ao mesmo tempo em que se assinala explicitamente a inserção de um fragmento atribuído a outro sujeito, este é evocado, remetendo a uma exterioridade. A entrada de outra língua, outro registro, outra palavra, por exemplo, interferem na enunciação como um “ponto de heterogeneidade”, nos termos de Authier-Revuz (1990, p. 30). A localização deste ponto tem como efeito uma diferenciação em relação ao restante da cadeia, pois, delimita-se um “corpo estranho”, revelador de uma dada relação com o outro.

Tais formas de polifonia, isto é, as determinadas por Fiorin (2010) e Authier-Revuz (1990) e aqui retomadas, ajudam-nos a identificar outros modos de manifestação do que compreendemos como a divisão do sujeito. Pois, de acordo com a Semântica da Enunciação, o sujeito assume a palavra enquanto falante em um dado

espaço de enunciação, um espaço de relação entre sujeitos e línguas, sendo, por isso, determinado pelas línguas que fala.

No caso da distribuição das línguas operada no espaço das publicações analisadas, sujeitos estão representados como origem dos dizeres em portunhol na enunciação. Ao mesmo tempo, as publicações organizam outras vozes, mobilizam figuras que enunciam em outras línguas, como o português e o espanhol. O próprio locutor, falando a partir de lugares sociais, divide-se ao mobilizar mais de uma língua em diferentes textos. Estes nos mostram modos de entrada nas línguas e das línguas em um espaço de enunciação, sinalizadas nas “marcas” produzidas na escrita, isto é, pelo emprego de sinais gráficos como as aspas, uso de itálico ou outros recursos que revelam formas de “heterogeneidade mostrada”.

Tal distribuição nos remete à complexidade das relações linguísticas fronteiriças, às disputas entre línguas e falantes constitutivas dos **espaços de enunciação**, em que se produz uma clivagem específica a qual possibilita a emergência de uma escrit(ur)a em portunhol. A seguir, passamos a melhor definir esta última noção, fundamental para entender o portunhol na perspectiva teórica a que nos filiamos.

3.2.2 Os Espaços de Enunciação: espaço(s) de funcionamento de língua(s)

A enunciação, por ser um acontecimento de linguagem, dá-se nos **espaços de enunciação**, o qual, enquanto espaço de funcionamento de línguas, é sempre permeado pelo **político**. As línguas dividem-se porque, ao funcionarem, significam como o falante se relaciona com elas, como por elas está tomado. Para melhor compreender a dinâmica dos espaços de enunciação, faz-se necessário, primeiramente, definir como a língua é concebida na Semântica da Enunciação.

A partir desse posicionamento teórico, a língua constitui-se historicamente por funcionar em relação a outras línguas e em relação a seus falantes. As línguas não são concebidas como objetos abstratos usados por uma determinada comunidade, mas sim, “objetos históricos e estão relacionadas inseparavelmente daqueles que as falam.” (GUIMARÃES, 2006, p. 48). Nessa perspectiva, a (s) língua(s) é (são) tomada

(s) no acontecimento enunciativo, em relação com o(s) sujeito (s) e produzindo sentido (s).

A propósito do **sentido** na linguagem, Guimarães (2005) coloca-se em uma posição materialista para tratar dessa questão, segundo a qual a linguagem não é tida como transparente e os sentidos são constituídos historicamente. Assumindo como lugar de reflexão a Semântica da Enunciação, estabelece diálogo com a Análise de Discurso⁵⁵, para repensar a noção de sentido, entre outras. Por esse viés, analisar o sentido da linguagem pressupõe estudá-lo no acontecimento do dizer, tomá-lo como “diferença, como processo contínuo de inscrição e de re-inscrição do sujeito na ordem do simbólico, marcado por determinações de ordem externa.” (ZANDWAIS, 2011, p.21).

Conforme vimos assinalando, outra noção fundamental para entender as relações entre línguas e sujeitos que se dá nos espaços de enunciação é a de **político**, pois este “é incontornável porque o homem fala”. (GUIMARÃES, 2005, p.16). O conceito desenvolvido por Guimarães (2005, p.15-16), para o qual o político caracteriza-se por ser “algo que é próprio da divisão que afeta materialmente a linguagem”, deriva das posições de Rancière e Orlandi⁵⁶ a respeito do **político** e da **política**, sendo, então, compreendido como um “conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento.”.

Para explicitar como chega a tal concepção de político, Guimarães (2005) retoma o modo como Rancière (1995) diferencia as abordagens do político na filosofia. De acordo o pesquisador francês, é preciso diferenciar a arqui-política, a para-política e a meta-política (GUIMARÃES, 2005). Conforme explica:

A primeira (a *arqui-política*) tem sua configuração no pensamento platônico e, segundo Rancière, transforma a política em organização. [...] A política é neste caso mentira. Cabia à arqui-política anular a “falsa-política”, a democracia, pela constituição da República. A para-política, que aparece na formulação de Aristóteles que não aceita a descaracterização da política feita por Platão, integra e neutraliza o conflito entre pobres e ricos, entre interesses opostos. A política é neste caso aparência e ela encontra seu fim na pacificação social. [...] A meta-política denuncia o excesso de injustiças e das

⁵⁵ “Tal como praticada no Brasil e que se organiza e desenvolve a partir dos trabalhos de Pêcheux” (GUIMARÃES, 2005, p.8).

⁵⁶ A posição de Guimarães a respeito do político desenvolve-se a partir de um debate que se instala entre estas posições: “de um lado o político como *conflito*, tal como Orlandi(1990) apresenta em *Terra à vista*, e de outro a consideração da política como *dissenso* tal como apresenta Rancière(1995) em *La mésestante*.” (GUIMARÃES, 2005, p.15).

desigualdades relativamente ao que a política enuncia. Ou seja a meta-política denuncia as mentiras da política, de modo que para ela a política é a manifestação da falsidade. Isto leva a meta-política a atacar os direitos formulados por instituições sustentadas no conceito de soberania, já que para esta posição tudo o que vem do político é falso. (GUIMARÃES, 2005, p. 15-16)

Expondo esses três modos de conceber o político, Guimarães (2005) opta por caracterizá-lo como algo externo a estas concepções, para ele negativas e baseadas no regime do verdadeiro e do falso, pois entende que é preciso tratá-lo como estruturante das relações sociais, onde a linguagem adquire importância fundamental. Assim, para o semanticista o político “é caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos não estão incluídos.” (GUIMARÃES, 2005, p.16). Segundo o linguista, o político é tomado como conflito, sempre dividido, ao ser constituído pela contradição.

Esse entendimento o faz refutar a questão da variabilidade de uma língua proposta pela Sociolinguística quantitativa. Para ele, uma língua não é variável, e sim, dividida: “A língua é dividida no sentido de que ela é necessariamente atravessada pelo político: ela é normativamente dividida e é também a condição para se afirmar o pertencimento dos não incluídos, a igualdade dos desigualmente divididos.” (GUIMARÃES, 2005, p.18). Esta divisão é consequência da relação da língua com os falantes e estabelece-se hierarquicamente, distribuindo-os de forma díspar, segundo as relações de importância que as constituem.

No espaço da fronteira, o sujeito está dividido por práticas linguísticas como o português, o espanhol e o portunhol - na fronteira uruguaio-brasileira - ou ainda, o guarani e o jopará (ou guaranhol) - no caso da fronteira do Brasil com o Paraguai - conferindo-lhes lugares diferentes e segundo uma hierarquização própria do enunciar fronteiriço que o identifica e está significada em sua enunciação. Podemos observar essa divisão no texto a seguir, quando um falante da fronteira paraguaio-brasileira, ao referir-se às línguas faladas na região, as distribui conforme sujeitos e contextos específicos, sejam estes sociais e/ou espaciais:

*Acá nos conocemos todos, viste que él es brasileño y yo paraguayo y hablamos los dos... Yo hablo portugués, pero...claro, si encuentro una persona que sabe hablar...me gusta más hablar en castellano (...)
Actualmente el guaraní es muy especial, o sea, hay gente que quiere, sabe*

hablar guaraní. Acá, generalmente, el guaraní que se maneja es una clase social, digamos, media para bajo el que habla. O sea, que hay una clase social de media para arriba el que habla, entiende todo el guaraní, pero se maneja más en castellano (...) Después está un guaraní que es un mix, que jopará le dicen, que se expresa en guaraní, la mitad en castellano, guarañol diría yo, y eso se maneja muy urbano, en Asunción. En el campo hablan el guaraní más cerrado.⁵⁷

Conforme ilustra o fragmento destacado, a distribuição instaurada divide politicamente os sujeitos de acordo com as línguas que os constituem e que mobilizam na enunciação, identificando-os hierarquicamente por esta divisão. Enunciar é sempre uma prática política, já que os falantes são as pessoas identificadas pelas línguas que falam (GUIMARÃES, 2005).

Também o conceito de **temporalidade** é relevante para caracterizar a enunciação enquanto um acontecimento, que se dá em um **espaço de enunciação**. Guimarães (2005) explica que não se trata de tomá-la como um evento no tempo, inserido em uma cronologia marcada por um antes e um depois deste fato, distanciando-se da posição benvenistiana segundo a qual o tempo da enunciação é dado pelo locutor quando enuncia. Para esse pesquisador, o acontecimento instaura uma temporalidade própria. Ao explicar como funciona essa temporalidade no acontecimento enunciativo, expõe:

De um lado ela se configura por um presente que abre em si uma latência de futuro (uma futuridade), sem a qual não há acontecimento de linguagem, sem a qual nada é significado, pois sem ela (a latência de futuro) nada há aí de projeção, de interpretável. O acontecimento tem como seu um depois incontornável, e próprio do dizer. Todo o acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro. Por outro lado esse presente e futuro próprios do acontecimento funcionam por um passado que os faz significar. Ou seja, esta latência de futuro, que, no acontecimento, projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável (GUIMARÃES, 2005, p.12).

A temporalidade é colocada como elemento estruturante do acontecimento de linguagem, estabelecendo condições para que cada enunciação possa constituir

⁵⁷ Trecho extraído de conversa informal com um artesão paraguaio, radicado na cidade de Pedro Juan Caballero, realizada em outubro de 2013.

sentidos, possa significar. A significação de uma enunciação constrói-se no movimento passado-presente-futuro, que ‘organiza’ a produção de sentidos no dizer.

Ao nos voltarmos à enunciação em portunhol, consideramos que ela instaura uma temporalidade própria, pois, ao enunciar entre as línguas que se encontram na fronteira, os sujeitos mobilizam e projetam sentidos que só são possíveis de significar nesse espaço. Esse **espaço de enunciação** compõe-se de cenas enunciativas em que as línguas funcionam em relação e só se colocam desse modo porque o sujeito a distribui politicamente na enunciação. Um vendedor dos *free-shops* de Artigas, por exemplo, quando se dirige aos seus clientes brasileiros enuncia em português. Ao mesmo tempo, se seu interlocutor é um colega uruguaio, pode fazê-lo em espanhol ou portunhol.

Em se tratando dos textos que iremos analisar, interessa-nos determinar como as cenas enunciativas representadas distribuem as línguas hierarquicamente no espaço de cada publicação, pois nelas circulam outras línguas além do portunhol, sendo possível encontrá-las funcionando em diferentes seções. O uso de uma língua ou outra em diferentes espaços das publicações assinalam o lugar político das línguas.

Levando em conta que a cena enunciativa organiza lugares de onde se pode assumir a palavra, parece-nos importante retomar a noção de **Formações Imaginárias**⁵⁸, tal como a trabalhamos em Mota (2010), quando analisamos anúncios comerciais publicados em jornais santanenses do final do século XIX e início do século XX. Segundo verificamos, a distribuição das línguas no espaço do jornal fazia-se levando em conta a projeção de um interlocutor afetado tanto pela língua espanhola quanto pela língua portuguesa. Isso nos mostrou que, na relação de línguas e sujeitos na fronteira, a língua é distribuída no dizer segundo o interlocutor com o qual esses sujeitos venham a relacionar-se, havendo uma projeção do dizer em relação ao interlocutor/outro, portanto, da enunciação. De acordo com Pêcheux, (1997, p.174) “todo o sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que seu interlocutor “ouve suas palavras” de “antecipar seu efeito”. A projeção que se faz do interlocutor pelo sujeito funciona como um “mecanismo da antecipação”, tal como nos propõe Orlandi (2005, p.39). Assim, aquele que enuncia projeta uma imagem de seu interlocutor, que, por sua vez, possui uma imagem daquele que lhe

⁵⁸ Noção construída no interior do campo da Análise de Discurso de linha francesa e aqui tomada por nós para tratar da enunciação.

fala. Aquilo que é dito e a maneira como significa está determinada por essas imagens que os sujeitos fazem de si e dos outros, pois os sujeitos, ao enunciarem, organizam estratégias a partir das formações imaginárias. Desse modo, as formações imaginárias funcionam como projeções dos lugares ocupados pelos sujeitos na enunciação. No espaço de enunciação fronteiriço, essas imagens condicionam a divisão do falante que, ao projetar uma imagem dos interlocutores a quem enuncia, pode movimentar-se entre uma língua e outra:

Por ejemplo en un salón de clase, una *sala de aula*, el niño cuando se dirige al compañero, lo hace en dialecto, cuando se dirige a la maestra, hace en español. Por ejemplo, “fica queto che, “maestra, mira ese niño”, que esa es claro, la lengua que se comunica con sus amigos, y la que se comunica con la maestra, con la escuela, es el español.⁵⁹

Na situação relatada acima, que remete ao contexto escolar em uma cidade uruguaia de fronteira, vê-se como a criança divide-se e divide as línguas de acordo com a projeção que faz de seu interlocutor, utilizando por um lado o portunhol (na citação referido como “*dialecto*”) ao falar com seu colega e, por outro o espanhol, quando se dirige à professora, atribuindo sentido às línguas que pratica.

A questão da projeção dos lugares da enunciação é interessante para refletir sobre a distribuição das línguas na fronteira também quando estas se materializam na escrita, pois leva-nos a pensar o que determina que um sujeito “crie” uma forma de escrit(ur)a em portunhol e qual interlocutor projeta na enunciação quando enuncia na língua, já que essa se concretiza mediada pelo suporte da publicação. Ao mesmo tempo, situa também outros sujeitos que participam de cenas enunciativas agenciados por outras línguas que também aparecem nesses textos, como o português ou o espanhol.

Sendo **o espaço de enunciação** (GUIMARÃES, 2005) este lugar onde os sujeitos vão colocar em funcionamento as línguas às quais estão expostos e nelas se significam enquanto fronteiriços, o mecanismo de antecipação funcionaria no espaço de enunciação pela projeção de um interlocutor que pode ser interpelado pela língua enunciada, seja em português, em espanhol, em guarani ou em portunhol, na escrita ou na oralidade. Por isso, tomamos como um conceito fundamental para o

⁵⁹ Trecho de entrevista concedida por um uruguaio, licenciado em sociologia, no ano de 2005.

desenvolvimento de nosso trabalho. Passemos a uma melhor caracterização dessa noção, articulando-a a de espaço de enunciação fronteiriço.

3.2.2.1 Espaços de Enunciação e Espaço de Enunciação Fronteiriço: modos de representar as relações entre línguas e falantes

Segundo Guimarães (2005), existem diferentes modos de representação das relações entre línguas e falantes. A organização política dos estados nacionais é, por exemplo, um dos fatores que define o modo como as línguas distribuem-se no espaço de enunciação, é um dos modos de representar como falantes e línguas se relacionam. Por exemplo, a língua espanhola pode ser representada como língua estrangeira em relação ao português se a considerarmos enquanto língua oficial de estados que se distinguem política e territorialmente do Brasil, enquanto línguas faladas por nações que não se inscrevem no território brasileiro, como o Uruguai ou o Paraguai. Considerando tais proposições, Sturza assim caracteriza o espaço de enunciação:

O espaço de enunciação é um espaço configurado por uma relação de línguas e falantes. [...] Os sentidos são constituídos no interior de um embate, que é determinado pelo lugar político que as línguas tomam ao se confrontarem, ao se mesclarem, ao serem contidas e interdidas, na configuração de um espaço próprio, significadas enquanto línguas, dadas à existência pela existência de seus falantes (STURZA, 2006, p.59).

Os espaços de enunciação são, portanto, habitados por falantes que atuam como figuras políticas “divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer” (GUIMARÃES, 2005, p.18), sendo assim, espaços políticos.

Esses modos de representação dos quais falamos podem ser determinados diferentemente por fatores que atuam na relação falante-língua. Conforme afirmamos anteriormente, as imagens que os sujeitos projetam daqueles para quem enunciam, por exemplo, regem a maneira como o falante se relaciona com as línguas e distribui lugares para elas. Nesse sentido, Guimarães (2007a, p.64) distingue entre “relações imaginárias cotidianas” e “relações imaginárias (ideológicas) institucionais”. Entre aquelas relações que se constituem na ordem do cotidiano é que surgem as definições

de “língua materna”, “língua alheia” e “língua franca” segundo o modo de representação das línguas para os falantes.

Quanto às relações cotidianas, o autor distingue a **língua materna**, falada pelo sujeito por nascer no seio de uma comunidade que a pratica, das **línguas alheias**, qualquer não-materna, e **francas**, que são usadas para compreensão mútua entre falantes de línguas maternas distintas.

No âmbito das relações que se constituem na esfera do institucional, distingue-se conceitualmente a **língua nacional**, consistindo naquela que confere unidade a um povo, reconhecendo-se como membro de uma coletividade que fala a mesma língua; da **língua oficial**, aquela legitimada como a língua do estado, que o representa em documentos oficiais, atos jurídicos, etc. As **línguas estrangeiras** são, então, todas as praticadas pelos falantes de uma nação distinta da dos falantes em questão (GUIMARÃES, 2007a).

A fronteira, sendo um espaço de configuração particular, provavelmente, apresenta outros fatores que influenciam no modo como as línguas funcionam e distribuem-se, outras formas de representar as relações entre línguas e falantes. Segundo Sturza (2007, p.43), a fronteira brasileira com os países da América do Sul caracteriza-se, muitas vezes, por ser uma “zona de interface” do português do Brasil com o espanhol falado nos outros países sul-americanos, ambas funcionando como línguas nacionais e também oficiais de um vasto número de falantes. Isso não impede a prática de outras línguas nessas regiões, pois os limites geopolíticos não coincidem com os dos domínios linguísticos.

Em relação à fronteira do Brasil com o Paraguai, na dissertação de Dalinghaus (2009), o português e o jopará aparecem como línguas surgidas, respectivamente, do contato do português com o espanhol na região e deste com o guarani, principalmente nas cidades de Ponta Porã (MS) e Pedro Juan Caballero (Amambay), onde realizou sua pesquisa. O estudo da autora foca-se na situação linguística dos alunos brasiguaios⁶⁰ de Ponta Porã em escolas brasileiras, onde são impelidos a aprenderem o português. Segundo a autora, trata-se de um contexto em que se “mesclam” as três línguas: o português – língua oficial do Brasil, o guarani e o espanhol – línguas oficiais

⁶⁰ Segundo esclarece, o nome **brasiguaios** é utilizado em sua pesquisa para designar sujeitos que já frequentaram escolas no Paraguai e atualmente estudam em escola brasileira. (DALINGHAUS, 2009, p.50)

do Paraguai. No cenário apresentado, é interessante observar como as línguas são representadas no espaço escolar. Este, enquanto lugar de significação do Estado, legitima a língua oficial do Brasil, isto é, a língua portuguesa em suas práticas pedagógicas. No entanto, registram-se momentos em que alunos brasiguaios, na escola, colocam em funcionamento práticas linguísticas como o espanhol e/ou o guarani, línguas que normalmente falam em casa e que funcionam, para muitos, como sua língua materna.

No que se refere à região limítrofe entre o Brasil e a Argentina, Fernandes e Sturza (2007, p.5) distinguem outro modo pelo qual a relação entre práticas linguísticas enunciadas na fronteira poderia ser representada, como “línguas próximas”, levando em conta as condições sócio-históricas da circulação das línguas de um lado e outro da fronteira. No trabalho desenvolvido pelas autoras, a situação de tangência entre as línguas é analisada tendo como corpus jornais que circulavam no início do século XX na cidade fronteiriça brasileira de Uruguaiana, a qual limita com *Paso de los Libres* (Argentina). A presença da língua espanhola foi observada no corpo dos textos que compunham os jornais analisados não apenas pela ocorrência de palavras escritas nessa língua, mas também a partir de tendências enunciativas do espanhol manifestadas em textos publicados em português em tais periódicos. Assim, tem-se que uma **língua próxima** “funciona em um estado de interface com a outra, pertence a um conjunto de representações histórico-sociais e interculturais que as identificam como tal”, são línguas “condicionadas à presença uma da outra”.

Pensando nos acontecimentos enunciativos que se dão nesse espaço da fronteira, é que Sturza (2006) cunha a noção de “**espaço de enunciação fronteiriço**”, constituído por uma relação entre os falantes e suas línguas bastante peculiar, igualmente atravessada pelo político. Nesse espaço, por dar-se numa fronteira, encontram-se as línguas nacionais de cada país, o português e o espanhol, e ainda, as práticas linguísticas decorrentes do contato das línguas, como o portunhol. Sobre o funcionamento do Espaço de Enunciação Fronteiriço, expõe:

O sujeito enunciador de práticas linguísticas fronteiriças funciona como figura política que se move entre o eu e o outro. Ou seja, um falante de uma língua nacional frente ao falante de outra língua nacional é afetado pelo imaginário da fronteira como limite entre dois mundos, onde começam, mas também terminam, os domínios de uma outra prática linguística, nem sempre de outra língua nacional (STURZA, 2006, p. 60).

A autora, quando formula a noção de espaço de enunciação fronteiriço em sua tese a apresenta uma forma de distribuição das línguas, o faz a partir de discursos acadêmicos e toma como objeto de análise dizeres sobre o cruzamento de línguas na fronteira uruguaio-brasileira extraídos de textos científicos. É a análise desse dizeres, inseridos em tais discursos, que resultam em uma configuração determinada para o espaço de enunciação fronteiriço.

Com isso queremos pontuar que o espaço de enunciação fronteiriço não se trata de um espaço de enunciar definido pelo lugar ocupado pelas línguas e seus falantes enquanto situados em um espaço sócio-geográfico específico. O espaço de enunciação se define a partir da análise de discursos determinados. Isto é, pode apresentar uma organização para as línguas e para os falantes que difere segundo as enunciações tomadas para a análise.

Desse modo, possivelmente a distribuição das línguas contemplada no espaço de enunciação fronteiriço será diferenciada em nosso trabalho, não coincidindo com o apresentado por Sturza (2006), já que se definirá pela tomada de recortes de publicações escritas em português e que se constituem pela enunciação de sujeitos que ocupam outros lugares de dizer.

Uma vez definido o **espaço de enunciação fronteiriço**, passamos a esboçar, ainda inseridos em uma perspectiva dos estudos enunciativos, noções que serão fundamentais para proceder, posteriormente, à análise dos textos selecionados.

3.2.3 O texto e o enunciado na Semântica da Enunciação

Para analisar o português em sua materialização na escrita nos textos recortados para esse trabalho, é fundamental esclarecer como as estamos considerando, isto é, como estamos definindo a noção de **texto**. De acordo com a perspectiva teórica que assumimos, voltamo-nos para a constituição de sentidos nessas materialidades e seu funcionamento enquanto produzidos pela/na enunciação de sujeitos que habitam espaços de fronteira e enunciam em um espaço de

enunciação também fronteira, um espaço de cruzamento de línguas e de línguas resultantes desse cruzamento, como é oportunhol que vai constituir tais publicações.

Ao nos interessarmos pelo modo de funcionar dos sentidos nesses textos, é necessário elucidar a concepção de texto que estamos adotando. Vale ressaltar que as publicações das quais recortamos os textos a serem analisados podem ser identificadas como produções de caráter literário. No entanto, o olhar que lançamos para esses objetos não se insere em um lugar da teoria ou crítica literária, sem ignorar que já há trabalhos que se ocupam de tais publicações desse ponto de vista. Conforme o que vimos indicando, desenvolveremos à análise dos textos fundamentados na Semântica da Enunciação.

Na via dessa filiação, partimos da concepção de texto como “uma unidade de **sentido** que integra **enunciados** no acontecimento da enunciação” (GUIMARÃES, 2011, p. 19, grifo nosso). Nossa proposta é a de analisar essas publicações enquanto constituem textos, e assim, como “unidades de significação” (GUIMARÃES, 2011).

Guimarães (2011), na sua perspectiva como semanticista, argumenta que “o texto interessa porque significa”. Ao pensarmos nos textos recortados para este estudo, acreditamos que significam de modo diferenciado, dado que se constituem de uma escrita emportunhol. Como ressaltamos na definição apresentada para o que é texto, a noção de enunciado é fundamental para compreender de que modo o texto produz sentido. O texto se distingue por apresentar uma relação com outras unidades, que são os enunciados, os quais significam por essa relação. Quanto ao **enunciado**, podemos afirmar que

De um lado o enunciado é um elemento linguístico que tem tanto sentido, integra texto, quanto forma, é constituído por certos elementos, sintagmas. [...] O enunciado apresenta assim duas características: ele tem uma consistência interna e uma independência relativa em relação às sequências linguísticas que com ele integram o texto. (GUIMARÃES, 2011, p. 21)

Seguindo a posição de Guimarães (2011), nos interessamos por interpretar sentidos pelo modo de integração dos enunciados nos textos recortados para a análise, pois cada texto mostrará uma maneira de integrar os enunciados que o compõem, e nesta relação de integração é que o sentido se constrói.

Na forma de proceder à análise textual teorizada pelo autor, afirmar que um texto integra enunciados não significa dizer que é composto de enunciados e, menos ainda, que é um conjunto desses elementos, mas sim, se mostram integrados pelo que Guimarães denomina “laços”. Reproduzimos aqui o exemplo trazido pelo pesquisador que destaca o vocativo “Concidadãos!” no início do texto da proclamação da República. Esse vocativo repete-se depois por três vezes, estabelecendo laço entre as partes da proclamação iniciadas por ele. Assim, as quatro partes introduzidas pelo vocativo “Concidadãos!” se relacionam de modo a funcionarem como integradas a um único texto. Ao mesmo tempo, estes “laços” estão integrados a unidades menores, os enunciados.

A posição expressa pelo estudioso amplia o que já havia sido preconizado por Benveniste a respeito dos elementos de um enunciado e sua relação de integração, pois para o último, esta se findaria na vinculação do sintagma com o enunciado. Para o linguista francês, não se permite afirmar que enunciados integram um texto.

Por outro lado, a concepção de funcionamento da linguagem exposta por Guimarães (2011) admite que as relações de sentido não se dão de modo segmental, e sim, podem estabelecer-se seguindo outras disposições (transversalmente, sobrepostamente, etc.). Nesta concepção, que é a que adotaremos para este trabalho, elementos linguísticos de diferentes níveis se significam pelo modo como integram os enunciados na unidade do texto.

Essa forma de considerar os enunciados e a constituição dos sentidos no texto está diretamente relacionada como seu funcionamento na enunciação. Ou seja, os enunciados só significam desse modo por estarem integrados pela enunciação, em relação com os falantes e funcionando em um espaço de enunciação, tal como já definimos anteriormente. (GUIMARÃES, 2011).

Outro aspecto levantado por Guimarães (2011, p.25) e que é extremamente esclarecedor para a análise a que nos propomos é a relação particular do Locutor com o texto na enunciação na medida em que se configura como uma relação de autor: “[...] se todo enunciado significa um engajamento específico do Locutor (uma performatividade específica), o texto como um todo se apresenta por um engajamento particular do Locutor, num certo espaço de enunciação, com o texto.” É este engajamento do Locutor com o texto que Guimarães refere como relação de autor, engajamento que só é possível pela mobilização da figura do falante no acontecimento de dizer. O lugar do autor é, então, definido como um lugar social do locutor.

Considerando as publicações que iremos analisar, o lugar social do locutor-autor é aquele que permite ao falante assumir a palavra nas cenas enunciativas materializadas nessas publicações e colocar o portunhol em funcionamento na escrita.

Outra questão a ser levada em conta a respeito dos textos e dos enunciados é a remissão que fazem a enunciados anteriores, proferidos em outras enunciações. O acontecimento conformado no texto é sempre permeado por outros dizeres, porque um determinado texto reporta sempre a outros. É interessante observar como nesse redizer, um dado texto incorpora e modifica o sentido do que foi dito anteriormente. Essa relação de incorporação e *cambio* de significação se estrutura pela temporalidade de cada acontecimento. Quando se “reproduz” um enunciado já dito, não se trata simplesmente de fazer uma referência ou simplesmente repeti-lo, mas sim, de outra articulação no acontecimento enunciativo, que o faz significar de modo diferente (GUIMARÃES, 2011). Ao pensarmos nos textos escritos em portunhol, possivelmente trarão em sua composição dizeres que remetem a enunciações anteriores, ou que se integram no acontecimento como ditos por outros locutores ou enunciadoreis.

Para analisar os sentidos de um texto é preciso considerar determinados procedimentos, certas operações enunciativas que se estruturam pelo acontecimento da enunciação. Por exemplo, ao tomar um determinado nome e analisar as operações de reescritura pelas quais esse nome é redito no texto, estamos observando o que esse nome significa. Essa é uma das formas de interpretar os sentidos atribuídos a tal nome na enunciação e também, ao texto (GUIMARÃES, 2005, 2011). Nosso modo de tratar o portunhol nos textos das publicações selecionadas inclui dois procedimentos enunciativos de produção do sentido: a reescrituração e a articulação (GUIMARÃES, 2007b, 2009, 2011), os quais passamos a especificar a seguir.

3.2.4 Dois procedimentos enunciativos de produção do sentido: a reescrituração e articulação

Para interpretar as relações de sentidos estabelecidas nos enunciados que integram os textos em português, vamos nos deter em dois modos de funcionar próprios da enunciação: **a reescrituração e articulação**.

De acordo com Guimarães (2005, 2011) uma interpretação do texto e seu sentido pode partir da análise de uma expressão linguística, pois observar como uma palavra significa em um texto é também pensar sobre seu sentido. Com esse objetivo, seguiremos o modelo proposto pelo semanticista ao expor formas de estudar o funcionamento de certas palavras na enunciação por meio dos procedimentos de reescrituração e de articulação.

Segundo Guimarães (2007b, p.83), a reescrituração consiste em um “processo pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma como diferente de si”. Considerar o modo como uma dada expressão vai sendo reescriturada em um texto é o que permite ao analista dizer o que ela significa, pois é a reescrituração, enquanto processo semântico, que constitui seu sentido.

Quando uma palavra é, por exemplo, retomada por outras que a substituem, sucessivamente, em um dado texto, já não significa o mesmo, isto é, instalam-se procedimentos de “deriva dos sentidos” (GUIMARÃES, 2005). Para o semanticista, são tais procedimentos que permitem que um texto seja tomado como tal, isto é, que constituem sua textualidade: “Quando uma forma se dá como igual/correspondente a outra (a anaforiza, a substitui, etc.) o sentido está se fazendo como diferença e constitui textualidade.” (GUIMARÃES, 2005, p.28).

A respeito da reescrituração e seu funcionamento na enunciação, é importante destacar uma operação fundamental na constituição do sentido de um texto que esse procedimento mobiliza: a predicação. Sempre que uma forma linguística é reescriturada, algo lhe é atribuído, algo lhe é predicado.

Ao tratar da reescrituração como procedimento para análise semântico-enunciativa, Guimarães esclarece que não se trata de considerá-la como sediada no nível do enunciado, da sentença ou da frase, mas sim, como uma operação que deve ser observada no fio do dizer, onde uma expressão vai se reportando a outra, por diversos modos. (GUIMARÃES, 2005). A reescrituração faz funcionar diversos modos de “redizer o dito”, a saber, por repetição, substituição, elipse, expansão, condensação e definição. (GUIMARÃES, 2007b). Em Guimarães (2011), por exemplo, o linguista apresenta uma análise dos sentidos da palavra “beco” em um texto literário, o poema

de Manuel Bandeira “Última canção do Beco”. Nesse poema, tal palavra é reescriturada várias vezes por repetição, também por elipse e por substituição. A análise vai mostrando como “beco” passa de referido a interlocutor no texto. Essa passagem vai se construindo pelos modos de reescriturá-lo, que acabam por modificar seu sentido, ao determina-lo, predicá-lo.

Conforme já afirmamos, um processo como a reescrituração é importante na análise do sentido de um texto, porque faz que uma dada expressão linguística se signifique diferentemente na medida em que vai sendo reescriturada por outras expressões. Mais um exemplo em que a reescrituração é utilizada como procedimento de análise do sentido é quando se observa o que um nome designa em um dado acontecimento enunciativo, como nos mostra Guimarães (2005), na análise da palavra **cidade** no texto “Terra Desaforada”, publicado na secção Cidades da revista Veja de 1º de outubro de 1997. Ao observar o funcionamento de outras palavras que a reescrituram, expõe como cidade vai sendo predicada e acabam por constituir sua designação.

Outro procedimento enunciativo que pode ser observado para analisar a produção de sentido em um dado texto é a **articulação**. A análise baseada neste procedimento conduz à observação das relações de sentido que se estabelecem entre elementos contíguos.

A relação entre os elementos linguísticos se dá como uma contiguidade que se estabelece localmente, cuja organização se faz pela enunciação (GUIMARÃES, 2011). Para Guimarães (2009), a articulação além de expressar uma relação local entre os elementos linguísticos, também expressa uma relação do Locutor com aquilo que fala.

Considerar os procedimentos de articulação permite ao analista observar como o “funcionamento de certas formas afetam outras que elas não redizem” (GUIMARÃES, 2007b, p.88) no interior de um enunciado ou na relação entre os enunciados que constituem um texto.

Segundo expõe Guimarães (2009), entre os modos pelos quais a articulação pode se dar estão a dependência, a coordenação e a incidência. Por procedimentos de articulação são estabelecidas relações de predicação e referência (no enunciado), de pressuposição, de argumentação, etc. (GUIMARÃES, 2007b).

Em Guimarães (2007b), mostra-se uma análise da designação da palavra **bairro**, realizada a partir de textos escritos por alunos de uma bairro periférico da

cidade de Campinas (SP), em que ambos procedimentos – de reescrituração e de articulação – são tomados para a explicitação das relações de sentido estabelecidas nos textos (referidos como T3 e T4). Para ilustração, reproduzimos a seguir um fragmento da análise do primeiro texto (T3):

T3 tem no título a palavra *bairro* e seu primeiro enunciado contendo *bairro em que eu moro* que apresenta uma **reescrituração** de bairro por repetição. Este tipo de **reescrituração** aparece no decorrer do texto mais três vezes. Por outro lado, bairro será reescrito por substituição por *ocupação* e *uma ocupação chamada Parque Oziel*. Por sua vez *bairro* reescreverá por substituição *ocupação*, logo em seguida (“começava se formar uma ocupação chamada de P.O. um bairro que hoje abriga-se mais de 20 mil famílias”). Podemos dizer que as reescriturações de ocupação e bairro são por especificação, nos dois casos. Isto mostra como bairro e ocupação se determinam mutuamente. Se observamos uma **articulação** em que está bairro: *um bairro que abriga-se mais de 20 mil famílias*, notamos como *família* aparece numa expressão que predica (por **articulação**) bairro. Assim podemos dizer que bairro é determinado por ocupação e por família. (GUIMARÃES, 2007b, p. 89)

Conforme o que enfatiza Guimarães (2007b) sobre o modo de olhar para as articulações em uma análise enunciativa, é que estas tem que remeter às reescriturações.

A posição teórica do autor, da qual compartilhamos, é assentada na semântica e coloca, a priori, como unidade de análise o enunciado. Ao mesmo tempo, permite uma análise do texto, pois considera a possibilidade de explorar o enunciado nas relações enunciativas que o integram.

Adotar procedimentos analíticos (a reescrituração e a articulação) por meio dos quais possamos interpretar como significam os textos em portunhol a partir dos enunciados recortados permite-nos compreender como uma escrit(ur)a em portunhol vai construindo um modo de apropriação do espaço da página, que não se dá apenas pela inscrição da língua no domínio da escrita (por seu registro, por seu traçado), mas também, pelos sentidos que vão se constituindo nas publicações. O que estamos entendendo como gesto político, dá-se por agenciamentos enunciativos na escrita, que vão colocando em funcionamento certos dizeres. O gesto político adquire sentido enquanto tal também por como esses dizeres são significados nos textos.

Dito isto, passamos, então, a uma descrição das publicações nas quais efetuamos os recortes que compõem nosso corpus de pesquisa, bem como,

apresentamos algumas informações biográficas dos autores e do contexto em que as obras selecionadas foram publicadas.

4 ESPAÇO (S) DE ESCRIT(UR)A EM PORTUNHOL: DOS SUJEITOS E DAS PUBLICAÇÕES

A fim de contemplar os objetivos desta pesquisa, buscamos situar as publicações recortadas para este estudo em um contexto mais amplo. Por isso, apresentamos algumas informações biográficas de seus autores, acerca do lançamento dos livros e de sua posterior repercussão, seguidas de uma descrição de cada publicação selecionada. Tal detalhamento das publicações faz-se importante neste estudo, porque as estamos considerando como espaços de materialização de uma escrit(ur)a em portunhol. Ao mesmo tempo, interessa-nos evidenciar em que lugares na totalidade de cada publicação emerge o portunhol, bem como, quais outras línguas estão presentes em cada livro, dado que essa organização nos diz sobre os modos de distribuir as línguas no espaço de enunciação.

Julgamos importante apresentar esta contextualização, posto que nos ajuda a esboçar as condições sócio-históricas em que os textos em portunhol foram publicados, contribuindo, assim, para compreender como uma escrit(ur)a em portunhol constitui-se um modo de apropriação específico, significada enquanto gesto político.

4.1 Dos sujeitos (autores)

Começamos por Severo, dado que o contato com o primeiro livro do escritor uruguaio nos impulsionou a pesquisar sobre o portunhol e sua manifestação na escrita, para, na sequência, trazermos informações acerca de Diegues.

4.1.1 Fabián Severo

Fabián Severo é poeta, professor de literatura no ensino secundário e coordenador de oficinas de leitura e escrita. Atua como assistente acadêmico em Letras do projeto “ProArte”, do *Consejo Directivo Central da Administración Nacional de Educación Pública* (ANEP) do Uruguai. Em 1981, Fabián Severo (Figura 12) nasceu na cidade uruguaia de Artigas, fronteira com a cidade brasileira de Quaraí.

Formou-se professor de língua e literatura pelo *CERP del norte* (*Centro Regional de Profesores del Norte*) em Rivera (Uruguai). Em 2004, mudou-se para a capital uruguaia Montevidéo, onde reside atualmente.⁶¹



Figura 12 – Fabián Severo.
Fonte: <http://fabiansevero.blogspot.com.br/>

Participou inicialmente de publicações coletivas, em que teve poemas publicados, como “*Labriegos de papel II*” (editora *Rumbo*, 2005), “*Las voces del mundo III*” (*Centro Hispanoamericano de Artes y Letras*, 2007), entre outros. Entre os anos de 2008 e 2010, reuniu textos de seus alunos do liceo⁶² *Toledo* que foram publicados nos livros “*Fruto del desierto*” (editora *Rumbo*, 2008), “*Huellas de viento en la arena*” (editora *Rumbo*, 2009) e “*Los Soles de la Tormenta*” (editora *Rumbo*, 2010), obras que foram declaradas de interesse educativo pelo Ministério da Educação e Cultura do Uruguai.

Publicou seu primeiro livro - escrito em portunhol - “*Noite nu Norte: Poemas en Portuñol*” em 2010 pela editora *Ediciones del Rincón*. A partir do lançamento da obra, como forma de promover seus textos, realiza recitais e poemas de canções em portunhol junto ao cantor e compositor Ernesto Díaz, também artiguense,

⁶¹ Algumas das informações biográficas do autor foram retiradas de seu blog <http://fabiansevero.blogspot.com.br/>. Outras estão disponíveis em Severo (2010a) e Severo (2012).

⁶² Equivalente a uma escola de Ensino Médio no sistema educativo brasileiro.

apresentando-se em várias cidades do interior do Uruguai (Artigas, Aceguá, Rivera, Río Branco, entre outras) e também do Brasil, em escolas, auditórios e espaços culturais diversos (Figura 13).⁶³



Figura 13 – *Fronteramente: Recital de poemas y canciones en Portuñol*, 15/08/2013 (Unipampa, Bagé, RS)
Fonte: Arquivo pessoal

Desde que saiu à luz seu primeiro livro em portunhol, Fabián e seus poemas vem despertando o interesse de um público diverso, principalmente de outros escritores, críticos literários e jornalistas, o que se reflete em textos divulgados na internet em blogs⁶⁴, revistas digitais ou versões eletrônicas de jornais de maior circulação, como o periódico uruguaio *El Observador*. Só em setembro de 2013, o jornal em sua versão online publicou duas matérias sobre o escritor e sua poesia (Figura 14), divulgando também uma entrevista exclusiva concedida por Fabián ao canal oficial do periódico no YouTube⁶⁵.

Muitos desses textos são reproduzidos pelo próprio Fabián no seu blog “Página de Fabián Severo” (<http://fabiansevero.blogspot.com.br/>) e no seu perfil na rede social

⁶³ Alguns desses eventos contam com a participação de outros artistas que enunciam em portunhol fronteiriço uruguaio-brasileiro, por exemplo, o poeta Jony de Mello e o cantor e compositor Chito de Mello, ambos da cidade de Rivera (Uruguai), com os quais Fabián e Ernesto já compartilharam algumas apresentações no espetáculo intitulado “Sarau du Dialeto”.

⁶⁴ Veja-se, por exemplo, os textos de Angel Brichs e de Soledad Platero, disponíveis respectivamente em <http://literaturadart.blogspot.com.br/2010/01/un-lenguaje-global.html> e http://www.uypress.net/uc_9103_1.html.

⁶⁵ Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=rINk29JiAxE>.

facebook, espaços que destina, entre outras finalidades, para divulgar seus poemas e eventos dos quais participa.

Foi um dos escritores da delegação artística que participou das Jornadas *de la Cultura Uruguaya* realizadas em Cuba, no ano de 2011. No ano seguinte, recebeu uma menção pelo livro “*Noite nu Norte: Poemas en Portuguól*” nos *Premios Anuales de Literatura* do Ministério de Educação e Cultura do Uruguai. Ainda em 2012, retornou a Cuba como escritor convidado na *Feira Internacional del Libro de Cuba*, país em que participaria também do *Encuentro de Jóvenes Escritores de América Latina y el Caribe* y do *Taller de Escritores Jóvenes del Alba*, realizados em Havana.



Figura 14 - Matéria publicada no jornal “El Observador”, sobre Fabián Severo e seus poemas em *portuñol*, em 21/09/2013.

Em 2012, pela editora *Rumbo*, traz a público seu segundo livro de poemas escritos em portunhol, “*Viento de Nadie*”, cujo prólogo é de autoria do destacado escritor, também fronteiro, Aldir Garcia Schlee⁶⁶. De acordo com o jaguaronense,

⁶⁶ Aldyr Garcia Schlee nasceu em Jaguarão (Rio Grande do Sul), cidade geminada com Río Branco (Uruguai). Sua produção literária, escrita em português e espanhol, é marcada por uma influência notável de grandes nomes da literatura uruguia, sendo muitos de seus textos voltados para a temática da fronteira - por exemplo, “*Contos de Futebol*” e “*O dia em que o Papa foi a Melo*”, publicados em 1997 e 1999 respectivamente (SILVA, 2010).

“Neste livro de poemas – VIENTO DE NADIE – Fabián, pela segunda vez, incursiona literariamente pelo seu *portuñol*. [...]”, ao que agrega “[...] como fronteiro, Fabián optou, outra vez pela linguagem de seu coração.” (SCHLEE, 2012, p.6-7).

Cabe mencionar que os poemas escritos em portunhol por Fabián Severo tem sido foco de trabalhos acadêmicos dedicados a analisar seus textos, especialmente, de estudantes e pesquisadores das áreas da literatura e linguística. O próprio prólogo que antecede os poemas de “*Noite nu Norte: Poemas en Portuñol*”, de título “*Transliteraciones fronterizas*”, foi escrito pelo linguista Luis Ernesto Behares (BEHARES, 2010a), apresentando uma análise sobre a escrita em portunhol. A título de exemplo, destacamos também os textos “La poesia de Fabián Severo”, de Cortazzo (2012), e “O portunhol da fronteira Brasil-Uruguaí: fenômeno de code-mixing?”, de Mozillo (2012).

4.1.2 Douglas Diegues

Douglas Diegues é poeta, tradutor e crítico literário (Figura 15). Filho de pai brasileiro - seu pai era um jornalista carioca - e de mãe falante de espanhol e guarani, nasceu no Rio de Janeiro em 1965 e, ainda na primeira infância, mudou-se para Ponta Porã (MS) – fronteira do Brasil com o Paraguai (Pedro Juan Caballero, Amambay). Depois, viveu alternadamente entre as cidades de Assunção (Paraguai) e Campo Grande (MS).



Figura 15 – Douglas Diegues
Fonte: <https://www.facebook.com/douglas.diegues>

Segundo Ávila (2012), sua atuação entre esses centros urbanos lhe confere uma condição de mobilidade entrenacional, que é corroborada pela identificação assumida com frequência pelo autor, como poeta da tríplice fronteira. Atualmente, reside na fronteira brasileiro-paraguaia, em Ponta Porã (MS).

Em 2002, publicou no Paraná, pela Travessa dos Editores, seu primeiro livro “*Dá gusto andar desnudo por estas selvas: Sonetos Salvajes*”, escrito em portunhol selvagem, língua que criou para dar forma a seus poemas. De acordo com Ávila (2012, p.10), o autor encontrou no portunhol “um idioma que conhecia melhor e que portava toda uma possibilidade de expressão que o impressionava.”, pois sua relação com o portunhol selvagem começou ainda quando criança, esse portunhol salpicado de palavras em guarani, “nascido da necessidade de se fazer entender e sobreviver na fronteira geográfica e linguística do centro-oeste brasileiro.”. Segundo Diegues (2005, p.3), o portunhol selvagem “*es la lengua de mia mãe y de la mãe de mis amigos de infância. Es la lengua de mis abuelos. Porque ellos empre falaram em portunhol salvaje comigo*”.

Já em 2005, lança seu segundo livro de poemas, o primeiro por uma editora cartoneira, “*Uma flor na solapa da miséria*”, pela editora argentina *Eloísa Cartonera*. A publicação desse livro marca o início de seu estreito envolvimento com o cartoneirismo, pois a partir de então, o escritor passou a ser um dos principais envolvidos no coletivo que reúne artistas, escritores e colaboradores vinculados ao projeto editorial cartoneiro, fundado sua própria editora cartoneira (Yiyi Jambo) no Paraguai (Assunção), atualmente localizada em Pedro Juan Caballero (Amambay, Paraguai) (Figura 16), publicando textos inéditos e traduções de textos de diversos autores e épocas ao portunhol selvagem.

Em 2006, é convidado a apresentar nas cidades de Berlin, Bonn, Munich e Colonia seus poemas em portunhol selvagem durante a programação do *Latinale*, primeiro festival de poesia latino-americana da Alemanha, organizado pelos poetas alemães Rike Bolte e Timo Berger. Para a ocasião, alguns de seus textos foram traduzidos ao alemão por Odile Kennel. Sua passagem por festivais de poesia internacionais está marcada também pela participação no festival “*Salida al mar*”, realizado em Buenos Aires em 2005, e no VIII Festival de Poesia de Rosário, em 2010, ambos na Argentina.⁶⁷

⁶⁷ Informações disponíveis no blog <http://portunhol selvagem.blogspot.com.br/>



Figura 16 – Yiyi Jambo Cartoneira
(Pedro Juan Caballero, Amambay, Paraguai)
Fonte: Arquivo pessoal

Em 2007, foi um dos principais organizadores da primeira edição do evento “Asunción, Kapital de la Ficción”, cujo o objetivo era celebrar a ficção produzida em “portunhol selvagem”, que reuniu escritores latino-americanos na embaixada brasileira (TERRÓN, 2008).

Após 2005, publicou outros livros em portunhol selvagem, muitos destes por editoras cartoneiras, como *Rocío* (Jakembó Editores, Assunção, Paraguai, 2007); *El Astronauta Paraguayo* (Yiyi Jambo, Assunção 2007), *La Camaleoa* (Yiyi Jambo, Assunção, 2008), *DD erotikito salbaje* (Felicita Cartonera, Asunción, 2009), *Triplefrontera Dreams* (Katarina Kartonera, 2010), entre outros. Mais recentemente, participou como organizador da obra “Kosmofonia Mbyá Guarani” (livro-CD), que reúne textos e sons coletados pelo antropólogo e etnomusicólogo paraguaio Guillermo Sequera sobre a cultura dos Mbyá-guarani.

Sobre a circulação de seus poemas, além das publicações mencionadas, Diegues vem utilizando espaços virtuais na internet como seu blog “Portunhol Selvagem” (<http://portunholselvagem.blogspot.com.br/>) e seu perfil na rede social *facebook* para divulgar seus textos e dá-los a conhecer a seus leitores. Nessas páginas, são publicados muitas vezes poemas inéditos escritos pelo autor. Além disso, outros blogs e revistas especializadas publicadas na internet colocam em circulação textos de Diegues. Alguns dos poemas que formaram parte de sua primeira obra foram inicialmente publicados no site “Sonetário Brasileiro” (organizados pelos também poetas Glauco Mattoso e Elson Fróes).

Acerca do crescente interesse de que seus textos têm sido alvo nos mais diversos meios, Ávila (2012, p.7) nos diz que “A poesia de Douglas Diegues tem recebido atenção razoável de uma parcela do público leitor brasileiro, não necessariamente por meio de seus livros, mas muitas vezes de performances, exposições, entrevistas e reportagens na internet e na grande imprensa [...]” (Figura 17).



Figura 17 – Texto de Douglas Diegues escrito para a revista Select, sobre o golpe de estado que destituiu o então presidente paraguaio Fernando Lugo. Fonte: <http://www.select.art.br/article/bagagem/golpe>

Neste recorrido biográfico, é importante destacar a filiação de Diegues aos escritores Wilson Bueno e Manoel de Barros, a quem o poeta alude constantemente em entrevistas que concede. Conforme já assinalamos, foi a partir da leitura de “Mar Paraguai” (BUENO, 1992) que Diegues começou a buscar uma forma própria de escrever poesia em portunhol selvagem, a qual só encontraria anos depois. Cabe mencionar que o romance “Meu Tio Roseno, A Cavallo” do paranaense, indicado como finalista do prêmio Jabuti em 2001, foi dedicado a Diegues. Já sua estreita relação com o consagrado poeta cuiabano é marcada por uma profunda admiração confessa de Douglas. Ambos chegaram a trabalhar juntos. Em 1997, por exemplo, Douglas escreveu a “orelha” da segunda edição do “Livro de Pré-coisas”, a convite de Manoel de Barros. Em “O Livro sobre nada” (BARROS, 1996), Diegues é citado por Barros.

Quando cumpriu 96 anos, Manoel de Barros concedeu uma entrevista a Diegues, que foi publicada na edição nº 175 da revista CULT⁶⁸.

Assim como no caso de Severo, é notável o número de trabalhos acadêmicos que têm surgido em torno dos poemas de Diegues, principalmente àqueles no âmbito dos estudos literários, entre os quais se incluem desde artigos publicados em revistas nacionais e internacionais, até dissertações de mestrado e livros resultantes de pesquisas voltados para os textos do autor. Entre esses, destacamos os artigos de Kaimoti (2009; 2011), a dissertação de mestrado de Rodrigues (2011), dedicada ao cartoneirismo, e o livro da coleção Ciranda da Poesia, “Douglas Diegues por Myriam Ávila” (2012), de autoria da pesquisadora e professora de teoria da literatura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Miryam Ávila.

4.2 Das publicações: espaços de escrit(ur)a em portunhol

De acordo com o que vimos afirmando no decorrer deste trabalho, voltamo-nos para textos que se apresentam escritos em portunhol, isto é, que propõem uma forma de escrita para a língua. Também como já sinalizamos, o portunhol é uma língua não gramatizada e não possui uma grafia padronizada. Os sujeitos que empreendem uma tentativa de representá-lo na escrita valem-se dos caracteres estabilizados em outras línguas como o português ou o espanhol.

Conforme assinalamos na primeira seção, o portunhol a que nos referimos não é único, constituindo materialidades linguísticas diferentes. Nesse sentido, é necessário retomar as distinções anteriormente apresentadas. As publicações que receberam atenção em nosso estudo são representativas:

- a) do portunhol escrito por Fabián Severo – relacionado à fronteira uruguaio-brasileira e designado em obras de pesquisadores como DPU e português uruguaio.

⁶⁸ Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2012/12/encontro-com-manoel-de-barros-em-meio-a-los-escombros-del-futuro/> Acesso em: 11/11/2013

b) do portunhol escrito por Douglas Diegues – inspirado nas línguas faladas na fronteira paraguaio-brasileira (português, espanhol e guarani) e designado pelo autor como “portunhol selvagem”.

Surgidas em diferentes momentos, essas obras apresentam especificidades que as singularizam, como o contexto de sua publicação, seus autores, suas características materiais, sua estrutura, os espaços em que circulam, etc. No entanto, tais publicações coincidem quanto a trazerem textos literários escritos em línguas designadas por seus autores como “*portuñol/portunhol*”. Descrevemos, a seguir, a primeira e a segunda obra de cada autor, quais sejam “*Noite nu Norte: Poemas en Portuñol*” (2010) e “*Viento de Nadie*” (2013), de Fabián Severo; “*Dá gusto andar desnudo por estas selvas: Sonetos Salvajes*” (2002) e “*Uma flor na solapa da miséria*” (2005), de Douglas Diegues.

4.2.1 *Noite nu Norte: Poemas en Portuñol*

Começamos pela publicação “*Noite nu Norte: Poemas en Portuñol*”. A obra apresenta como autor Fabián Severo e publicou-se pela editora uruguaia “Ediciones del Rincón”, em junho de 2010⁶⁹, na cidade de Montevidéu.

O livro em seu conjunto está composto por capa, sobrecapas (ou orelhas) páginas interiores e contracapa (13 cm X 19 cm), totalizando 120 páginas. A face principal da capa (Figura 18) apresenta-se com fundo preto e letras brancas, contendo no seu topo uma imagem de um lua cuja sombra de um animal aparece refletida, também em cor branca. No centro da capa, em letras com uma fonte destacada, está o título da obra “*Noite nu Norte*”, seguido do subtítulo “*Poemas en Portuñol*”. Um pouco mais abaixo se identifica o nome do autor, “Fabián Severo” e, em seguida, o da editora responsável pela publicação “Ediciones Del Rincón”.

⁶⁹ Em 2011 a obra ganha uma edição bilingue, escrita em *portuñol* e espanhol. O volume nas duas línguas foi lançado pela editora “Rumbo Editorial” e apresentado oficialmente no Espaço Cultural Ateneo, na cidade de Montevidéu, no dia 05 de agosto do mesmo ano. Do mesmo modo que a edição anterior, o lançamento contou com a presença do autor e uma atuação do músico artiguense Ernesto Díaz.



Figura 18 - Capa do livro “Noite nu Norte. Poemas en Portuguol”.

Do modo semelhante está estruturada a contracapa (Figura 19), trazendo o fundo em cor preta e as letras em cor branca. Na contracapa estão impressos trechos de textos escritos por “Javier Etchemendi” e “Luis E. Behares”, conforme indicam os nomes após os fragmentos, os quais podem ser identificados como partes dos textos em caráter de prefácios que figuram no interior da publicação.

Na contiguidade da capa há uma sobrecapa (ou orelha) com uma foto seguida do nome do autor e de uma apresentação, escrita em primeira pessoa, predominantemente em língua espanhola: “Nací en Artigas en 1981, con un país a cada lado [...]” (SEVERO, 2010).

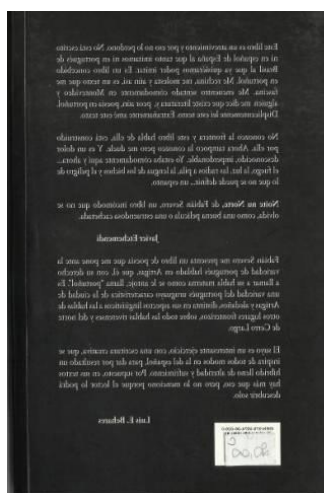


Figura 19 – Contracapa do livro “Noite nu Norte. Poemas en Portuguol”.

Já no interior do livro, segue-se uma folha em branco e logo outra folha de rosto com a reprodução do título, cujo verso contém uma síntese dos dados da publicação.

Da página 5 a página 16, encontram-se em sua totalidade os já mencionados prólogos, reproduzidos em parte na contracapa: o primeiro de autoria de Javier Etchemendi, intitulado “*Un lugar en donde el agua no toca la tierra*”, e o segundo, “Transliteraciones fronterizas”, do linguista e pesquisador Luis. E. Behares.

Nas páginas subsequentes aos prefácios, está um agradecimento, “assinado” por Fabián Severo, seguido de uma dedicatória, ambos escritos em espanhol. Em sua continuidade, a obra recupera dois outros poemas: “Descobrimento”, do poeta brasileiro Mário de Andrade, e “*Pueblo Blanco*”, do poeta espanhol José Manuel Serrat, escritos respectivamente em português e em espanhol.

Entre as páginas 23 e 99 distribuem-se os cinquenta e sete (57) poemas, escritos em portunhol, identificados sequencialmente com número cardinais escritos por extenso: “UNO”, “DOIS”, “TREIS”... “SINCIENTISÉIS”, “SINCIENTISIETE”.

Nas páginas finais, encontra-se um índice remetendo as seções do livro.

Quanto à distribuição das línguas na publicação, é importante observar que das seções que a constituem, apenas os poemas - do “UNO” ao “SINCIENTISIETE” - estão escritos em *portuñol*. Nas demais seções (apresentação, agradecimento, dedicatória...) predomina o espanhol. Para exemplificar destacamos, a seguir, um trecho do poema de título “Sincientisiete” (Severo, 2010a, p.98):

Nos semo da frontera
como u sol qui nase alí tras us ucalito,
alumeia todo u día ensima du río,
y vay durmí la despós da casa dus Rodríguez.

(...)

Como el viento,
que hase bailar las bandera,
como a yuva,
qui leva us ranyo deles yunto con los nuestro.

(...)

4.2.2 Viento de Nadie

O próximo objeto que passamos a descrever trata-se do segundo livro de poemas em portunhol escrito por Fabián Severo, publicado pela editora *Rumbo Editorial* em 2013. Na sua totalidade, o livro se compõe de capa, sobrecapas (orelhas), páginas interiores e contracapa, contando com 46 páginas (14 cm x 19,5 cm).

Quanto a sua configuração, a capa (Figura 20) possui um fundo branco, sobre o qual está reproduzida a tela “*Me pregunto*” do pintor espanhol José Manuel Broto, gravura em que predominam tons de marrom, branco preto e cinza. As palavras que compõem o título - *Viento de Nadie* - estão escritas no topo da capa na cor cinza. Apenas a letra “N”, em “**Nadie**”, está impressa em preto. Na parte inferior da capa, também em cinza, encontra-se o nome do autor e, a sua esquerda, identifica-se a logomarca da editora (*Rumbo Editorial*).

Diferentemente de “*Noite nu Norte: Poemas en Portuñol*”, não há referência à língua em que os poemas estão escritos na capa do livro, ou seja, não há nenhuma indicação de que os poemas que compõem o livro estão em portunhol. Tampouco o título está escrito em portunhol como na publicação anterior, e sim, em espanhol (“*Viento de Nadie*”).



Figura 20 – Capa de “*Viento de Nadie*”, de 2013.

Na contracapa (Figura 21), também de fundo branco, reproduzem-se dois parágrafos do prólogo do livro assinados pelo escritor Aldyr Garcia Schlee. Na parte superior da contracapa, com letras brancas sob o fundo vermelho, destaca-se uma distinção recebida pelo livro. Lê-se o seguinte texto “Viento de Nadie de Fabián Severo recibió una Mención del MEC en Poesía Inédita de 2012.”. Na parte inferior e à esquerda, figura novamente a logomarca da editora *Rumbo Editorial*.



Figura 21 – Contracapa de “*Viento de Nadie*”, de 2013.

Do mesmo modo que seu primeiro livro, o segundo também possui duas sobrecapas (“orelhas”), as quais contêm um texto com a biografia do autor. Em “*Viento de Nadie*”, este texto está escrito em terceira pessoa do singular, isto é, não se apresenta como escrito pelo próprio autor, como se percebe em “*Noite nu Norte: Poemas en Portuñol*”.

Em seu interior, na primeira página, a publicação reproduz o título da obra, centralizado. Já na segunda, acrescenta-se o nome do autor. Na terceira, há algumas especificações sobre a editora e o livro.

Na quinta página é que inicia o prólogo escrito por Aldyr Garcia Schlee, intitulado “O portuñol do coração de Fabián Severo”. Cabe fazer notar que apenas no texto de Schlee diz-se que os poemas do livro estão escritos em portunhol, pois não há nenhuma referência anterior à língua no título ou nas páginas precedentes ao

prólogo. O texto do prefácio, escrito predominantemente em português, traz também algumas palavras em espanhol e em portunhol, principalmente quando recupera citações de outros autores. É interessante mencionar que nesse texto, Schlee alude a Douglas Diegues e ao portunhol selvagem ao tratar do portunhol como fenômeno presente em fronteiras brasileiras com países vizinhos de língua espanhola:

No Paraguai, há o portunhol dos chamados brasiguaios, no interior do país; e o *portuñol* de Foz do Iguaçu. Aliás, no Paraguai, realizou-se em dezembro de 2007 a primeira edição do evento ASUNCIÓN, KAPITAL DE FICCIÓN. O objetivo do colóquio era celebrar a ficção produzida em “portunhol selvagem”, que constituía – no dizer da revista PIAUÍ (Nº 16, Janeiro de 2008, p.12) – “uma espécie de dialeto transfronteiriço nascido por combustão espontânea em alguns países da América Latina”. Na ocasião, a mesma revista anotou que o organizador do evento e principal artífice “*del portuñol salvaje*” era o poeta Douglas Diegues [...]”. (SCHLEE, 2012, p.8)

Na página 13, em espanhol, encontra-se a dedicatória do livro, oferecido à esposa e à filha de Fabián Severo (“*A Laura y Julieta que llegaron para borrar la soledad*”).

A partir da página 15 até a página 46, distribuem-se os trinta e dois (32) poemas escritos em portunhol. Cada um dos poemas tem por título um número cardinal, indicados em algarismos e não por extenso como no primeiro livro. Após o último poema, há uma página com informações técnicas sobre a sua impressão.

Assim como em “*Noite nu Norte: Poemas en Portuñol*”, registra-se em portunhol apenas os poemas. As demais seções do livro estão escritas em português e/ou espanhol. Os poemas possuem extensão variável, podendo conter desde apenas dois (2) versos até vinte e dois (22) versos, como, por exemplo, o poema “1”:

Queim num coñese a frontera
no sabe lo que es la soledad.
(SEVERO, 2013, p.15)

4.2.3 *Dá gusto andar desnudo por estas selvas: Sonetos Salvajes*

A terceira publicação da qual tratamos é o livro “*Dá gusto andar desnudo por estas selvas: Sonetos Salvajes*”, do escritor brasileiro Douglas Diegues, totalizando 43 páginas, lançado pela editora Travessa dos Editores, com o financiamento do Governo do Estado do Paraná (Secretaria de Estado e Cultura), em 2002. A publicação (18,5 cm X 18,5 cm) constitui-se de capa, sobrecapas (“orelhas”), páginas internas e contracapa.

Quanto a sua configuração, ao fundo da capa reproduz-se um fragmento da obra “*Natureza Morta com Tapetes Orientais*”, do pintor francês Henri Matisse, predominando tons de verde, laranja e amarelo. No topo da capa, centralizado, há uma quadro preto sobre o qual está impresso o título o subtítulo da obra “*Dá gusto andar desnudo por estas selvas: Sonetos Salvajes*” e logo abaixo, o nome do autor (“Douglas Diegues”), ambos centralizados (Figura 22).

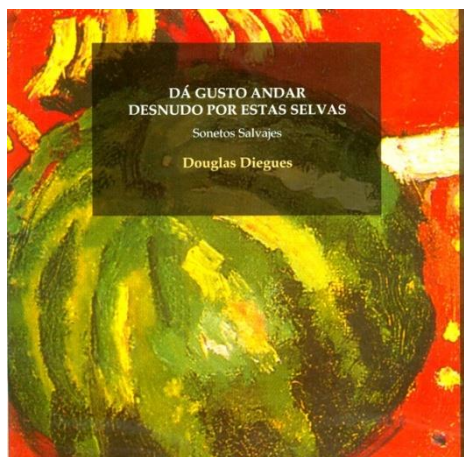


Figura 22 – Capa de “*Dá gusto andar desnudo por estas selvas: Sonetos Salvajes*”

Contiguamente à capa há uma sobrecapa (orelha), onde se lê uma apresentação escrita pelo poeta paulista Glauco Mattoso, que segundo Ávila (2012, p.12), “dá um aval de peso ao poeta desconhecido”.

Na parte interior do livro, há uma página trazendo informações referentes à edição e na página seguinte, uma folha de rosto com o título da obra e o nome do autor centralizados.

Na página 7, encontra-se um prefácio intitulado “A língua mestiça de Diegues”, texto escrito quase totalmente em português (exceto pelo uso da palavra *nuebo*), e assinado por Ángel Larrea⁷⁰, heterônimo de Douglas Diegues. Entre as páginas 8 e 37 encontram-se os poemas em portunhol selvagem. Do mesmo modo que em Severo (2010a; 2013), os trinta sonetos de Diegues estão identificados com números, escritos em algarismos.

Na página 39, encontra-se a seção “Notas de Ángel Larrea”, em que o prefaciador apresenta ao leitor comentários dos poemas, “às vezes no sentido de esclarecer [...], mais frequentemente no sentido de reiterar ou até de prolongar a conversa iniciada pelo poema.” (ÁVILA, 2012, p.14). Sobretudo a existência dessa seção interessa para esse estudo, dado que traz novamente para o livro a enunciação de Ángel Larrea.

Antecedendo a contracapa, há uma folha com dados da impressão do livro. Na contracapa, também se reproduz a mesma arte da capa, acrescentando-se a logomarca da editora na parte inferior (Figura 23). Há também uma orelha contígua à contracapa, contendo uma breve identificação do autor.

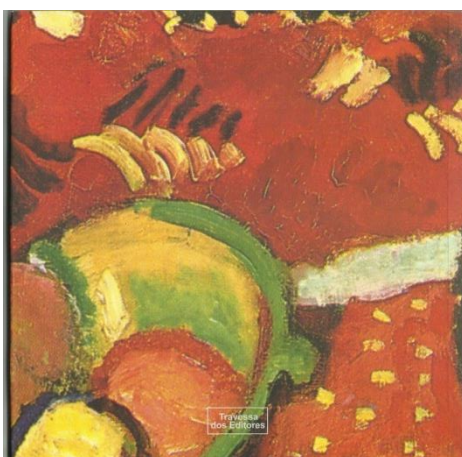


Figura 23 – Contracapa de
“Dá gusto andar desnudo por estas selvas: Sonetos Salvajes”

⁷⁰ Ángel Larrea é um heterônimo utilizado por Diegues.

Quanto à presença das línguas, assim como nas obras de Severo, o portunhol está restrito aos poemas. Como exemplo, transcrevemos a seguir a segunda estrofe do soneto 23:

crimes que nadie esquece
 crimenes en el orbalho de la manhã
 Sampa – Rio – Salvador – Curitiba – BH – Ponta Porã
 a cada minuto um novo crime acontece
 (DIEGUES, 2005, p.30)

Os textos das demais seções do livro estão escritos em português. Vale ressaltar que na apresentação de Glauco Mattoso e no prólogo de Ángel Larrea a língua em que escreve Diegues é designada como portunhol. No dizer de Mattoso, Diegues seria uma das vozes mais reveladoras do portunhol fronteiriço. Para Larrea, Diegues escreve sonetos em portunhol.

4.2.4 Uma flor na solapa da miséria

A última publicação que passamos a descrever é “*Uma flor na solapa da miséria*”, segundo livro do escritor Douglas Diegues, totalizando 23 páginas, lançado pela editora independente⁷¹ argentina *Eloísa Cartonera* em 2005. Por tratar-se de um livro produzido artesanalmente com capa de papelão e pintado à mão, cada exemplar do mesmo título é particularizado com um desenho diferente, embora possam fazer parte da mesma edição. Assim, a descrição da capa e contracapa que apresentamos a seguir corresponde ao volume de que dispomos.

A capa é contracapa são confeccionadas em papelão (15 cm X 21 cm). Na face da capa (Figura 24), pintada à mão, com tinta guache, nas cores azul, branco, vermelho e rosa, vê-se uma parte do título da obra, “Uma flor”, escrito em letras

⁷¹ Conforme já mencionado, *Eloísa Cartonera* é a primeira editora inserida no movimento que se conhece atualmente como cartoneirismo (RODRIGUES, 2011).

maiúsculas. Ao fundo, lê-se parte da inscrição que havia no cartão que originou a capa - “Product”, “Fragi” – impressa com tinta azul marinho.

O lado externo da contracapa (Figura 25), também de papelão, mantém a imagem originalmente gravada no cartão, que reproduz parte da logomarca da indústria de alimentos argentina “*La Salteña*” e, abaixo, as inscrições “ODUCT OF ARGENTINA”, “ODUCTO DE ARGENTINA”, ambas em azul marinho.

Já no interior do livro, no verso da primeira folha, há uma ficha catalográfica contendo dados de sua fabricação, o editor responsável (a própria cooperativa), um breve agradecimento da editora dirigido ao autor e informações de contato, todos escritos em espanhol.

A primeira página é uma folha de rosto onde estão dispostos no topo, o nome do autor, em letras minúsculas, “Douglas Diegues”; no centro, em letras maiúsculas, o título da obra; e embaixo, destacados em um quadro, editora e ano da publicação (2005). Logo abaixo do título, encontra-se o seguinte enunciado “*En portuñol*”, entre parênteses, apontando que essa será a língua em que estão escritos os poemas, à semelhança do primeiro livro de Severo (2010a), em que à alusão ao portunhol encontra-se no subtítulo da obra “*Poemas en Portuñol*”.



Figura 24 – Capa do livro “*Uma flor na solapa da miséria*”, de Douglas Diegues.

Na segunda página, há uma epígrafe do escritor espanhol Reynaldo Jimenez (“*Su amor es una hoguera*”). A lauda posterior contém um texto em portunhol firmado por Diegues em que o poeta define a língua utilizada nas suas composições, ou seja, o “*portunhol salvaje*”, grafado também “*portunhol salbaje*”.



Figura 25 – Contracapa do livro “*Uma flor na solapa da miséria*”, de Douglas Diegues.

Diferindo dos livros descritos anteriormente, os poemas distribuídos entre as páginas 4 e 23 e não apresentam título. Além disso, quase a totalidade dos enunciados inicia com palavras em letra minúscula. Para ilustrar, selecionamos um trecho do poema da página 4 (DIEGUES, 2005. p.4):

belleza pública bersus belleza íntima
 belleza bisíble versus belleza que ninguém bê
 belleza dolarizada versus belleza frita

belleza antigua versus belleza nova
 belleza viva versus belleza morta
 belleza com magra versus belleza gorda
 belleza en berso y en prosa

Já na página final, há alguns dados biográficos do autor e uma nota dos editores a respeito do título do livro. Contígua à contracapa, no lado interno, uma lista com outros títulos publicados pela editora Eloísa Cartonera.

No tocante à presença das línguas, em “*Uma flor na solapa da miséria*”, encontramos o *portunhol sabaje* como língua empregada nas composições do poeta e no texto explicativo acerca do *portunhol salvaje*, situado no início do livro. As demais seções estão escritas em espanhol. O título da obra também pode considerar-se em portunhol, pois conforme esclarecimento dos editores, o termo “solapa” foi empregado em espanhol em meio a palavras em português que o compõe.

A partir da descrição exposta, sintetizamos alguns aspectos gerais de cada publicação no quadro abaixo (Quadro 1):

AUTOR	FABIÁN SEVERO		DOUGLAS DIEGUES	
TÍTULO	Noite nu Norte: Poemas en Portuñol.	Viento de Nadie	Dá gusto andar desnudo por estas selvas: Sonetos Salvajves	Uma flor na solapa da miséria
ANO DA PUBLICAÇÃO	2010	2012	2002	2005
EDITORA/CIDADE	Ediciones del Rincón/ Montevideú	Rumbo Editorial/Montevideú	Travessa dos Editores/Curitiba	Eloísa Cartonera/ Buenos Aires
LÍNGUAS PRESENTES NA PUBLICAÇÃO	portuñol, português, espanhol	portuñol, português, espanhol	português, portunhol selvagem	espanhol, portunhol selvagem
PRÓLOGO/AUTOR	“Un lugar en donde el agua no toca la tierra”/Javier Etchemendi “Transliteraciones Fronterizas”/Luis Ernesto Behares	“O portunhol do coração de Fabián Severo”/Aldyr Garcia Sclee	“A língua mestiça de Diegues”/ Ángel Larrea	----
Nº DE POEMAS	57	32	30	23

Quadro 1 – Caracterização geral das publicações

Após caracterizar de maneira geral as publicações, passamos à explicitação do nosso modo de entrada no corpus. A seguir, detalhamos como realizamos os recortes nos textos selecionados e os procedimentos que compõem nosso dispositivo analítico, fundamentado na Semântica da Enunciação, para então, apresentar a análise dos textos.

5 O PORTUNHOL A PARTIR DE UMA ANÁLISE SEMÂNTICO-ENUNCIATIVA DE TEXTOS ESCRITOS: OS SENTIDOS DE UM GESTO POLÍTICO

UNO

Vo iscrevê as lembransa pra no isquesé.

(SEVERO, 2010a, p.23)

Partindo do pressuposto que uma escrit(ur)a em portunhol constitui uma forma de apropriação específica (territorialidade), temos como propósito neste capítulo, por meio de procedimentos determinados, analisar o portunhol na escrita a partir da interpretação dos textos que compõem as obras selecionadas, tomando, para isso, certos recortes. Dessa maneira, pretendemos explicitar como uma escrit(ur)a em portunhol – enquanto um modo de ocupar o sensível – significa a constituição de um gesto político.

Nosso corpus de pesquisa está, então, composto por estes recortes, isto é, “formas linguísticas que aparecem como correlacionadas em virtude de terem uma mesma relação com o acontecimento” (GUIMARÃES, 2011, p.44). A partir dos recortes é que efetuaremos a análise na direção que indicamos a seguir.

5.1 Explicitando o modo de entrada no corpus: perspectivas de análise

A análise que apresentamos não pretende esgotar todas as formas possíveis de analisar os textos e nos levará a uma determinada interpretação. Certamente, se outros recortes fossem realizados e outros procedimentos de análise desenvolvidos, chegaríamos a uma leitura diferente. Considerando esses textos compostos de enunciados por uma relação integrativa (GUIMARÃES, 2011), os tomamos como objetos significantes. Nesse sentido, nos interessa analisá-los seguindo estas direções:

- a) Determinando os lugares de dizer agenciados pela enunciação nos textos recortados e as línguas mobilizadas;
- b) Tomando recortes específicos para análise do funcionamento enunciativo de certas palavras e expressões a partir dos procedimentos de reescrituração e articulação.

De acordo com a primeira perspectiva, determinamos os lugares agenciados pela enunciação e que incidem sobre a mobilização de uma língua ou outra nos textos recortados. Tendo como foco o portunhol, buscamos determinar qual (quais) o(s) lugar(es) do dizer mobilizado(s) nos acontecimentos enunciativos que coloca(m) a língua em funcionamento em relação com (a) outras línguas. Desse modo, estamos pensando também na distribuição linguística no espaço da publicação. Como a descrição do corpus nos mostrou, as línguas podem distribuir-se de maneira diferente e mais de uma língua pode estar materializada na mesma publicação, além do portunhol. Essa distribuição coloca o político como determinante dos lugares que as línguas ocupam no espaço de enunciação e a divisão dos sujeitos nas cenas enunciativas representadas.

Conforme a segunda, nos centraremos na análise de certas palavras ou expressões, selecionando aquelas que funcionem nos textos por constituírem modos de redizer a fronteira, ou seja, formas linguísticas que a re-territorializam nos textos pelos sentidos mobilizados nos enunciados que integram os poemas, descrevendo as operações enunciativas de produção do sentido por meio de procedimentos de reescrituração e articulação (GUIMARÃES, 2005, p.28). Essa maneira de abordar a relação das expressões destacadas em cada texto com as palavras que as reescrevem pressupõe considerá-las como acontecimento único cada vez que ressurgem, não se caracterizando mera repetição dessas formas linguísticas, mas sim, um novo acontecimento que as faz significar diferente, construindo a história dessas palavras no texto a partir dos sentidos instaurados.

Nessa direção, interessa-nos dizer o que expressões que redizem a fronteira significam nesses textos, ou seja, como outras palavras as determinam e as re-significam. Essa escolha deve-se à relação essencial do sujeito com a fronteira, enquanto espaço de habitar, de transitar, de enunciar, de se significar. Ao mesmo tempo, esse modo de proceder nos permitirá analisar como o sujeito escreve na língua e também enuncia sobre a língua que lhe constitui, posto que “O funcionamento da

língua envolve o modo como seus falantes a ‘experimentam’” (GUIMARÃES, 2007a, p.64).

Levando em conta nosso objetivo analítico, é necessário esclarecer a noção de recorte que estamos operando. Segundo Guimarães,

recorte é um fragmento do acontecimento da enunciação. Não se trata simplesmente de uma sequência, mas de formas linguísticas que aparecem em virtude de terem uma mesma relação com o acontecimento, independente de sua posição na sequência (Guimarães, 2008). (GUIMARÃES, 2011, p.44)

Esse modo de considerar o recorte para a análise não nos obriga tomar o texto em sua linearidade, permitindo-nos realizar diferentes deslocamentos sobre sua materialidade, e assim, avaliar o movimento de sentidos que se faz no texto.

A partir dessa posição, qualquer que seja o recorte estabelecido, este significa por integrar o texto, o que nos permite analisar o funcionamento semântico de um elemento determinado, fazendo uma análise do sentido do texto. Analisar um elemento do texto e o modo como se integra nos enunciados é também analisar o texto, dando-nos uma interpretação possível.

Apresentamos, a seguir, a análise dos recortes a partir das perspectivas delineadas.

5.2 Os sujeitos e as línguas: uma distribuição política dos lugares de dizer nas publicações

Para poder identificar os lugares de dizer a partir de cada recorte efetuado, é preciso considerar que cada sequência de enunciados, como parte de um texto, constitui-se pela enunciação de um sujeito. É ocupando um dado lugar na enunciação que o falante, figura política, é mobilizado no dizer e fala em uma cena enunciativa. Conforme a distinção feita por Guimarães (2005) e retomada por nós em seção anterior, chamamos Locutor(L) aquele que está representado como responsável pelo enunciado, que é visto como a origem do dizer. Além disso, é preciso distinguir o lugar

social do locutor (locutor-x), pois é sempre a partir dele que o falante assume a palavra. A figura do locutor é, então, constituída dessa disparidade.

Tendo em conta tais considerações, o primeiro modo de entrada nas publicações a partir das quais se constitui o corpus se efetuará da maneira descrita a seguir: selecionaremos e analisaremos alguns recortes a fim de indicar os lugares de dizer organizados em cada cena enunciativa, bem como, a mobilização das línguas nesses textos, especialmente o portunhol.

Para a análise nessa primeira perspectiva, destacaremos alguns fragmentos de acordo com o propósito desta pesquisa, não esgotando todos os agenciamentos enunciativos possíveis na totalidade de cada publicação, pois cada texto organiza cenas enunciativas que podem mobilizar diferentes sujeitos.

Na especificidade de cada publicação, temos diversos agenciamentos para a figura do falante na enunciação. Destacamos aqui fragmentos de textos dos livros, que são enunciados a partir de determinados lugares de dizer, pois nos interessa cotejar a distribuição das línguas que é dada em cada um, tendo como foco o lugar ocupado pelo portunhol nas publicações. Essa forma de proceder permite-nos pensar no portunhol no confronto com outras línguas, que, para nós, apresentam uma configuração que significa o lugar político das línguas no espaço de enunciação fronteiro, re-territorializando-o nas publicações. Tal modo de olhar para o portunhol em relação com outras línguas na publicação fundamenta-se em nossa posição teórica, posto que tratar do portunhol de uma perspectiva enunciativa é pensar como se relaciona com outras línguas quando materializada na e pela escrita. É essa relação que dará sentido para o que estamos chamando de “gesto político”, pois a escrita em portunhol é um “gesto político” enquanto representa um modo particular de ocupar o sensível, que permite ocupar certos espaços (e outros não), que permite materializar-se em certo dizeres e a partir de determinados lugares de dizer (e não outros).

5.2.1 O portunhol entre línguas nos textos das publicações: cenas enunciativas e lugares de dizer

Conforme dissemos anteriormente, na enunciação, o sujeito é agenciado em falante, ocupando certos lugares de dizer, a partir dos quais mobiliza uma determinada língua ou outra. Nas publicações selecionadas, o portunhol é enunciado em alguns textos de certos lugares de dizer. Em outros, a língua mobilizada nem sempre é o portunhol.

Primeiramente, tomamos um recorte do texto veiculado na sobrecapa (orelha) do livro “*Noite nu Norte: Poemas en Portuñol*”, em que se encontram informações autobiográficas de seu autor:

(1) **Nací** en Artigas en 1981, con un país a cada lado. Estudié profesorado de Literatura en el Cerp del Norte en la ciudad de Rivera.
 Por amor, **me** exilé en Montevideo “dejé los montes y **me** vine al mar”.
 Quise ser tantas cosas pero no **fui**.
 Concurrí al taller de Carmen Galusso, y ella vio en **mí** lo que **yo** no **vía**. (...)
 Actualmente, **doy** clases en el liceo de Toledo y en Quipus (...)
 Un día quise sacar unos recuerdos, pero no salían. De tanto buscar, descubrí que el español no es **mi** lengua, y hallé en el Portuñol **mi** corazón.
 De tanto caminar, aprendí que no **soy** de ningún lugar, **soy** de la frontera. (...)
 (grifos nossos, itálico do autor em “vía”)

O recorte acima nos diz um pouco sobre a trajetória desse sujeito e de sua relação com a língua. O sujeito que assume a palavra nessa cena enunciativa, o faz de uma posição enunciativa. O Locutor (L), representado no presente da enunciação como origem do dizer, divide-se ao falar de um lugar social, o chamaremos **locutor-escritor**.

As marcas de primeira pessoa permitem-nos identificar na materialidade linguística a entrada do sujeito na linguagem, tomada na ordem da enunciação, como por exemplo, o pronome pessoal “yo”, assim como os demais verbos e possessivos ressaltados em negrito.⁷² Essas formas sinalizam a relação do sujeito com a língua, que é agenciado no acontecimento como Locutor (L), sendo representado como responsável por aquilo que é dito.

⁷² Segundo Benveniste (1956), é o caráter sistemático da linguagem que permite que a subjetividade seja expressa pelos indicadores *eu* e *tu* (em espanhol *yo* e *tú*) e estenda-se a todos os elementos suscetíveis de expressá-la em uma instância de discurso, como os possessivos e os verbos em primeira pessoa no recorte destacado por nós.

No recorte destacado, o sujeito assume a palavra para falar de si no espaço da orelha, do lugar social de **locutor-escritor**. É interessante fazer notar que a língua mobilizada nessa cena enunciativa é o espanhol, e não o portunhol. Isso coloca em foco o lugar político das línguas na enunciação.

O texto reproduzido na orelha (sobrecapa), considerado na totalidade da publicação, funciona como um paratexto dos poemas no interior do livro, como um espaço em que o portunhol é interdito, onde o locutor-escritor é interpelado a enunciar na língua nacional do Uruguai, na língua do estado, isto é, em língua espanhola. Retomamos aqui as distinções conceituais propostas por Guimarães (2007a), quanto aos modos de representar as relações entre línguas e falantes nos espaços de enunciação. Na ordem das relações imaginárias institucionais é que o espanhol é representado como língua nacional e oficial no Uruguai, ao ser aquele que confere unidade a uma coletividade, um povo identificado por falar a mesma língua. Ao mesmo tempo, é a língua legitimada como a língua do estado uruguaio, utilizada em documentos e atos oficiais, nos âmbitos jurídico e administrativo.

Para observarmos o lugar do portunhol em relação a outras línguas no espaço da publicação, é preciso ter em conta o contexto de sua produção. “*Noite nu Norte. Poemas en Portuñol*” foi lançada e posta em circulação primeiramente em Montevideu (capital do Uruguai), pela editora uruguaia “Ediciones del Rincón”. Além disso, embora enuncie como locutor-escritor, esse sujeito está marcado por sua atuação como professor de língua espanhola e literatura no ensino secundário no departamento de Canelones (localizado no sul do país, próximo a Montevideu) e na capital do Uruguai (SEVERO, 2010a) e coordenador de oficinas de escrita em outros espaços institucionais, o que nos permite projetar lugares sociais de dizer constituídas em outras cenas enunciativas (locutor-docente, locutor-oficineiro, ...) e que colocam em funcionamento a língua nacional/oficial, isto é, o espanhol. Tais lugares são apagados nessa enunciação, pois nela os dizeres são produzidos do lugar de locutor-escritor, porém ressoam no acontecimento, atribuindo sentido ao espanhol.

Na continuidade de nossas reflexões, destacamos em (1):

(1a) De tanto buscar, descubrí que el español **no es mi lengua** (grifos meus)

Observamos como, ao mesmo tempo em que o falante enuncia em espanhol, no seu dizer há uma negação desta língua (“el español **no es mi lengua**”), introduzida

pelo advérbio de negação “no”. Segundo Orlandi e Guimarães (1988), na perspectiva da Semântica da Enunciação, toda a negação é sempre polifônica: um enunciador (E₁) nega o conteúdo afirmado da perspectiva de outro enunciador (E₂). Por isso, podemos reconhecer um ponto de vista de um enunciador (E₁), assimilada a perspectiva do Locutor (L), que nega a língua enquanto vinculada ao sujeito em uma relação de pertencimento/apropriação. Esse vínculo é reforçado linguisticamente pelo adjetivo possessivo “mi”, expressando uma relação de apropriação entre uma pessoa e um “objeto”. (FIORIN, 2010). Simultaneamente, pelo funcionamento da negação, pode-se distinguir o ponto de vista de um enunciador (E₂) que afirma essa relação negada por E₁: (“el español es mi lengua”). Tem-se, então, um ponto de vista expresso por E₁, que o Locutor(L) assimila, e outro, expresso por E₂, que é significado pelo texto, ao estar escrito em espanhol. Esses pontos de vista, organizados no dizer do Locutor (L), colocam a contradição que é instalada desde que o sujeito falante é tomado pela língua na enunciação desde um lugar social, isto é, como locutor-escritor, produtor de um texto que se materializa no espaço da orelha do livro. Desse lugar de dizer e nesse espaço, é interpelado a enunciar em espanhol, mesmo que para negá-lo no texto.

Essa contradição é reforçada através da articulação operada em (1), em que (1a) e (1b) são relacionados por coordenação:

- (1a) De tanto buscar, descubrí que el español no es mi lengua,
 (1b) y hallé en el Portuñol mi corazón.

Essa articulação corrobora no dizer a negação do espanhol como língua que constitui esse sujeito ao dispor um lugar para o portunhol. É interessante pontuar como o portunhol irrompe no dizer e assinala a divisão do Locutor (L) como **locutor-escritor** e **locutor-poeta**. Nesse sentido, estamos considerando o Locutor (L), que se representa como origem do dizer nos textos, é agenciado em locutor-escritor quando enuncia em espanhol e, como locutor-poeta, quando enuncia em portunhol, isto é, no texto dos poemas. É a partir deste último lugar de dizer que o Locutor (L) se dá como origem de cada enunciado que compõem os textos em portunhol encontrados no interior da publicação.

Em (1), tem-se:

(1c) Concurrí al taller de Carmen Galusso, y ella vio en mí lo que yo no *vía*.

A forma verbal *vía*, em itálico, revela-se como um “ponto de heterogeneidade mostrada” (REVUZ, 1990). Marca-se na língua a entrada do locutor-poeta, aquele que mobiliza o portunhol em sua enunciação. Assim, o Locutor (L) revela-se dividido por esses dois lugares de dizer, o que está significado quando se movimenta no entrelínguas, embora predomine o espanhol em (1). Para nós, essa palavra escrita em portunhol funda a figura do falante na enunciação constituído por uma heterogeneidade. Trata-se de uma palavra que assinala o funcionamento do político no dizer, pois nos apresenta o Locutor (L) como dividido por dois lugares sociais, o **locutor-escritor** e o **locutor-poeta**.

A identificação desse ponto de heterogeneidade expresso pelo itálico (*vía*), diz-nos acerca da divisão política que afeta também as línguas no espaço de enunciação, posto que é dado como necessário que a entrada do portunhol seja sinalizada na escrita com o itálico, diferentemente do espanhol.

Além disso, é preciso tomar em conta o funcionamento do nome próprio de pessoa “Fabián Severo” que antecede (1) na sobrecapa do livro e localizado imediatamente após uma foto do escritor. Em nosso entendimento, o nome aí situado, cumpre a função de uma assinatura (conforme Ducrot, 1984) ao indicar quem é o locutor, o ser designado por “yo”, aquele representado no acontecimento como o responsável pelos enunciados de (1). De acordo com o que adverte Guimarães (2005), tomar o nome próprio de pessoa nos coloca diante de uma relação da linguagem com o mundo e com o sujeito. A enunciação estabelece uma relação nome/pessoa enquanto alguém que fala como sujeito no dizer. Nossa posição implica em considerarmos o falante, não como indivíduo empírico, mas sim, como figura do locutor agenciada no acontecimento. Desse modo, o nome próprio “Fabián Severo” refere ao sujeito enquanto constituído pelo lugar social de escritor, responsável pelo texto da sobrecapa.

Assim como no texto da sobrecapa, o falante assume a palavra em outras cenas enunciativas, como as organizadas pelos textos da dedicatória (2) – do qual reproduzimos um fragmento a seguir - e do agradecimento (3), enquanto Locutor (L), dividido pelo lugar social de dizer de **locutor-escritor**. É a partir deste lugar de dizer (locutor-escritor) que ao falante é possível, na enunciação que instaura os textos do

agradecimento e da dedicatória, agradecer àqueles que aparecem referidos no texto e dedicar os poemas incluídos no interior do livro.

(2) **Agradezco** a **mi** pueblo porque **me** está esperando. [...]

A **mi** padre, **mis** primeras lecturas, su esperanza.

A **mi** madre, Jurema de los días, su fuerza.

A **mi** hermano, por ser **mi** hermano. [...]

Fabián Severo

(3) para Lau, raíz y tronco de **mi** árbol,
que ha sufrido tanto como **yo**.

Como podemos ver, em (2) e em (3) a enunciação do locutor faz-se exclusivamente em língua espanhola, o que assinala a distribuição das línguas no espaço de enunciação em que se dão estas cenas enunciativas, organizadas pelos textos em “*Noite nu Norte: Poemas en Portuguól*”.

Assim como em (1), em (2) há marcas de primeira pessoa que assinalam materialmente a relação do sujeito com a língua (a terminação -o no verbo “Agradezco”; os possessivos “mi”, “mis”; o pronome pessoal tônico “me”), tomado no acontecimento como Locutor (L), representando-se como fonte dos enunciados de (2). Novamente, temos o nome próprio “Fabián Severo”, situado após o texto dos agradecimento, funcionando como uma assinatura e marcando a relação da língua com a exterioridade. Desse modo, a responsabilidade dos enunciados destacados é imputada ao Locutor (L), referido no acontecimento pelo nome próprio “Fabián Severo”. Assim, o sujeito Fabián Severo é tomado na enunciação como falante, a partir do lugar social de locutor-escritor, representado na enunciação como responsável pelo texto do agradecimento. Igualmente em (3), o texto da dedicatória, a posição do Locutor (L) manifesta-se nas formas específicas de primeira pessoa (o possessivo “mi”, o pronome pessoal “yo”), ou seja, em (3) o Locutor (L) é o sujeito que se representa como quem diz “mi” e “yo”.

Ainda sobre (2) e (3), queremos ressaltar o caráter performativo⁷³ (GUIMARÃES, 2011) dos textos do **agradecimento**, bem como, da **dedicatória**. É interessante pensar no engajamento do falante como locutor-escritor nesses textos, pois apenas desse lugar social é que um sujeito pode agradecer a outros sujeitos em uma enunciação como esta – um texto situado em um livro – bem como oferecer os poemas que compõem a obra a outro sujeito.

Quanto ao modo de instaurar a performatividade na enunciação, em (2) encontra-se a sequência formada pelo verbo **Agradecer + a + SN**, que se repete nos enunciados, conforme reproduzimos a seguir⁷⁴:

(2) (2a) **Agradezco a mi pueblo** porque me está esperando.

[...]

(2b) **A mi padre**, mis primeras lecturas, su esperanza.

(2c) **A mi madre**, Jurema de los días, su fuerza.

(2d) **A mi hermano**, por ser mi hermano.

A fórmula performativa “Agradezco a” articula-se ao complemento “**a mi pueblo**” em (2a). Logo, reescrita-se por repetição o verbo que lhe constitui por elipse (GUIMARÃES, 2010) em (2b), (2c) e (2d): [Agradezco] A mi padre, mis primeras lecturas, su esperanza. [Agradezco] A mi madre, Jurema de los días, su fuerza. [Agradezco] A mi hermano, por ser mi hermano. Nos exemplos, a performatividade do texto efetiva-se pela sequência destacada e por sua repetição, que permite ao locutor-escritor agradecer a outros sujeitos que estão fora da instância enunciativa ao referirlos.

Já em (3), a força performativa do texto dá-se pela enunciação da sequência **preposição + nome próprio**:

(3) **para Lau**, raíz y tronco de mi árbol,
que ha sufrido tanto como yo.

⁷³ De acordo com Guimarães (2011), a performatividade do texto sustenta-se no agenciamento político do locutor na enunciação. No caso dos textos do agradecimento e da dedicatória, podemos dizer que a performatividade do texto se dá pelo agenciamento do locutor em escritor.

⁷⁴ Utilizamos SN como abreviatura de “Sintagma Nominal”.

É com a enunciação da fórmula destacada que o locutor-escritor oferece os textos do poema ao sujeito referido pelo nome próprio (“Lau”) no acontecimento.

Ambos os textos – (2) e (3) – e o modo como se constroem na enunciação as performatividades que lhes constituem significam e reforçam o lugar do sujeito na enunciação como alguém que fala (em língua espanhola) do lugar social de escritor. O mais interessante para nós é fazer notar que tanto em (2) como em (3) a língua mobilizada para tal é o espanhol. Tanto a língua em que se faz o agradecimento quanto em que se dá a dedicatória é o espanhol e não, o portunhol. Isso nos diz sobre a distribuição das línguas em “*Noite nu Norte: Poemas en Portuñol*”, já que embora o Locutor (L) (Fabián Severo) possa dar-se como responsável pelos enunciados dos textos, divide-se em locutor-escritor e locutor-poeta, distribuindo também as línguas. Conforme mostramos, em “*Noite nu Norte: Poemas en Portuñol*”, o portunhol emerge em (1), pela palavra *vía*, para logo surgir apenas nos poemas (conforme já antecipa seu subtítulo: *Poemas en Portuñol*).

Passamos ao destaque de outros recortes, em que podemos determinar o lugar do **locutor-poeta** no acontecimento e a mobilização do portunhol.

(4)

(4a) **Antes eu** quiría ser uruguaio,

(4b) **agora eu** quiero ser **daquí**. (grifos meus)

Para pensar no lugar do sujeito nesse poema, retomamos o postulado por Benveniste (1988), a respeito da subjetividade na linguagem. Segundo o autor, a subjetividade “é a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” (1988, p.286), o que só é possível pelo uso de determinadas formas linguísticas.

Em (4), o pronome pessoal “eu”, que aparece duas vezes, assinala o sujeito que enuncia na presente instância enunciativa, isto é, quem fala, designando o locutor. Conforme definiu Benveniste (1988), o pronome pessoal “eu” só tem valor na instância em que é produzido. Ou seja, nessa enunciação específica, é atualizado e significa o sujeito que se subjetiva ao assumir a palavra como **locutor-poeta**, enunciando em portunhol.

Ainda a respeito da relação locutor/enunciação, atentamos para as palavras “antes”, “agora” e “aqui”, indicadores de dêixis que organizam as relações espaciais e temporais em torno do sujeito. Para Benveniste (1988), a dêixis é contemporânea da instância de discurso que contém o indicador de pessoa. Desse modo, as palavras destacadas entre aspas representam a temporalidade como definida no presente da enunciação pela relação com o sujeito que diz “eu” ao apropriar-se da língua.

Assim, na enunciação do locutor-poeta, enquanto falante que enuncia em portunhol, tais palavras significam a inscrição do sujeito na fronteira e a relação de pertencimento que se estabelece em função do espaço, para além do nacional. Em (4a) há uma negação da nacionalidade uruguaia, expressa pelo advérbio “antes” e pelo verbo “quiría” no pretérito imperfeito. Paralelamente, em (4b), o advérbio “agora” e o verbo “quero”, conjugado no presente do indicativo, significa o desejo do sujeito de afirmar seu pertencimento à fronteira, cujo sentido na enunciação se instaura em oposição ao território nacional. Para o sujeito, ser uruguaio opõe-se a ser “daquí”, instaurando uma divisão, pois significa a fronteira como um espaço *aparte* do território uruguaio. Há então um movimento entre o despertencer-pertencer, o negar-afirmar, que se mostra conflitivo na medida em que o sujeito, ao “misturar” palavras em português e espanhol, traz também elementos da língua nacional (“quiero”, “daquí”), significando a língua do estado uruguaio. No caso da contração “daquí” o acento na última sílaba é a única marca do espanhol nessa palavra, já que o advérbio “aqui” grafa-se com acento em espanhol e sem acento em português. Desse modo, a identificação do sujeito com a fronteira se constrói na língua pelo movimento entre-línguas, que constitui o portunhol e, por sua vez, o sujeito enquanto fronteiriço.

O próximo recorte que destacamos, a fim de indicar os lugares de dizer que se constituem em textos das publicações selecionadas, é da obra *Viento de Nadie*, de Fabián Severo (2013), e consiste no texto da dedicatória:

(5) A Laura y Julieta
que llegaron para borrar la soledad

Diferentemente de “*Noite nu Norte: Poemas en Portuñol*”, em “*Viento de Nadie*”, a figura Locutor (L) não está manifesta em formas específicas, isto é, não há índices

de subjetividade, como podemos perceber em (5). Ainda que não se tenha marcas linguísticas específicas que assinalem o agenciamento do falante em Locutor em (5), a performatividade do texto se representa pelo lugar de dizer que o sujeito ocupa na enunciação, ou seja, pelo lugar social de escritor. É a partir da enunciação de um locutor-escritor que (5) aparece funcionando como uma dedicatória. O texto de (5) institui sua relação performativa na enunciação através da expressão **A + nome**, em que os nomes *Laura* e *Julieta* articulam-se por coordenação na sequência “A Laura y Julieta”. É pela enunciação dessa sequência que se dedica os poemas do livro aos sujeitos referidos pelos nomes próprios no enunciado (“Laura” e “Julieta”). Com a análise de (5), vemos como o texto significa esse lugar de dizer, significa que o lugar do estabelecimento da dedicatória é o lugar do escritor. Assim como em (3), em (5) a língua que o sujeito mobiliza para a dedicatória é o espanhol, e não o portunhol, evidenciando como distribui as línguas na publicação. Em “*Viento de Nadie*” o portunhol é mobilizado somente nos textos dos poemas, pela enunciação do **locutor-poeta**, como podemos evidenciar no recorte (6), extraído do poema 21.

(6) **Mi** vida impiesa aí i termina ayí.
 Más ayá, pra **mim**, no ai nada.

(grifos meus)

Em (6), a representação do lugar do Locutor (L) no dizer como sua fonte aparece marcada pelas formas de primeira pessoa ressaltadas em negrito (“mi”, “mim”). Tais formas, que indicam linguisticamente o falante sendo tomado na enunciação, aquelas que assinalam o “eu” do poeta, correspondem, respectivamente, na sua grafia a formas do espanhol e do português (o adjetivo possessivo “mi” no espanhol; o pronome pessoal “mim” no português). O recorte traz como possibilidade de expressão da subjetividade em portunhol formas que na enunciação significam o trânsito entre as línguas. O sujeito enquanto falante de portunhol (que fala do lugar social de **locutor-poeta**) é representado na enunciação como alguém que toma formas linguísticas ora do português, ora do espanhol para propor-se como sujeito no dizer.

Ainda propósito de (6), tem-se as palavras “aí”, “ayí”, “ayá”, que se estabelecem no recorte como dêiticos espaciais. Segundo Fiorin (2010, p.263), cada vez que um sujeito assume a palavra, o espaço é reinventado, “em cada ato enunciativo, temos um espaço ainda não habitado por ninguém.”. Assim, as palavras em negrito atualizam-se na enunciação, organizando o espaço a partir do Locutor (L) e representando-o como centro de referência da localização espacial. Isto é, as palavras “aí”, “ayí” e “ayá” adquirem valor no presente da enunciação pela relação com o sujeito que diz “mi” e “mim” ao assumir a palavra em (6).

Segundo Filinich (2012, p. 72, tradução nossa), “Pensar na enunciação do espaço conduz necessariamente a considerar que toda referência ao espaço implica a instalação de um ponto de vista a partir do qual se organiza a representação espacial.”. Em (6), o ponto de vista instalado é o do locutor-poeta, projetando no dizer coordenadas espaço-temporais que se manifestam nos elementos “aí”, “ayí” e “ayá”.

(6a) Mi vida impiesa **aí** i termina **ayí**.

(6b) Más **ayá**, pra mim, no ai nada.

(grifos meus)

Em (6a) tem-se o nome “vida” determinado pelo possessivo “mi”, que o precede. Como forma de primeira pessoa que assinala a inscrição do falante na língua, “mi” em (6a) atribui sentido à “vida” ao colocá-la em uma relação com o sujeito que enuncia. Conforme observamos em (6a), os dêiticos “aí” e “ayí”, ao articularem-se nos predicados aos verbos “impiesa” e “termina”, situam o referente “vida” em relação locutor, instaurando um recorte espacial delimitado.

Em (6a), o ponto de vista instalado é o do locutor-poeta, a partir do qual o sentido de “vida” é tomado como algo determinado, com um início e um fim que projeta no dizer. Considerando que o falante enuncia em (6) do lugar social de dizer do poeta (locutor-poeta) e, desse lugar, como alguém que fala em portunhol em um espaço de enunciação fronteiriço, temos em (6a) um sujeito que se significa na língua e, ao fazê-lo, significa a fronteira enquanto “espaço vivido” (HAESBAERT, 2002). O recorte de (6a) diz-nos sobre um sujeito cuja a existência, o viver, caracterizam-se como delimitados, restritos a um determinado espaço. Temos em (6a) uma caracterização

que pode ser interpretada tanto em um sentido espacial, remetendo a uma configuração territorial da fronteira, como também em um sentido político. Essa interpretação é corroborada por (6b), em que o dêitico “ayá”, antecedido do advérbio “más”, articula-se por oposição à série constituída por “aí” e “ayí”, referindo um lugar que se dá, na enunciação, como inacessível ao sujeito, um universo no qual não pode se inscrever. Essa inacessibilidade é dita em (6b) pela sequência “no ai nada”, em que “ai”, funcionando como verbo e inserido em uma negação, expressa a inexistência de algo que seja tangível ao sujeito no lugar referido por “más ayá”. Em (6) as relações espaciais instauradas pela enunciação projetam no dizer o político nas relações sociais na fronteira, significando um espaço que é social, dividindo-o entre o acessível e o não acessível, entre o possível e o não possível para o sujeito fronteiriço que enuncia como locutor-poeta.

Procedemos à análise do próximo recorte, tendo em vista a determinação dos lugares de dizer agenciados pela enunciação nos textos. O recorte a seguir foi extraído de “*Dá gusto andar desnudo por estas selvas: Sonetos Salvajes*”, de Douglas Diegues.

(7) [...] Douglas Diegues aproveita a vida como pode e escreve sonetos em portunhol para espantar o mal-estar. [...] Seus sonetos em portunhol podem ser considerados experimentos, despreziosos e selvagens. [...] E cada um é uma espécie de terceira margem das línguas oficiais deste e do outro lado das fronteiras. [...] Com essa língua selvagem, ele consegue dizer coisas velhas de um modo **nuevo**. Ou pelo menos, diferente. (grifo nosso)

Ángel Larrea

Esse recorte corresponde ao texto intitulado “A língua mestiça de Diegues”, que funciona como um prefácio no livro. Os enunciados que compõem o recorte podem ser atribuídos a um Locutor (L), que está linguisticamente assinalado pelo nome próprio de pessoa no final do texto, isto é, “Ángel Larrea”. Destacamos a função desse nome logo após o recorte, que ao apresentar-se como uma assinatura, relaciona a enunciação com a exterioridade particularizando um sujeito e representando-o como responsável pelo dizer.⁷⁵

⁷⁵ Conforme Ducrot (1984)

Estamos, assim, diante de uma cena enunciativa em que o sujeito assume a palavra do lugar social de quem está autorizado a falar sobre o autor e os poemas que compõem o livro, ou seja, enuncia do lugar de **locutor-prefaciador**. Em (7), a língua utilizada nesse texto é predominantemente o português. No entanto, conforme o destacado em negrito no recorte, a palavra “nuebo” irrompe no dizer, marcando na língua a inserção do portunhol na enunciação do sujeito. Assim como em (1c), essa palavra surge como um “ponto de heterogeneidade” (AUTHIER-REVUZ, 1990). No entanto, em (7), sua inserção não aparece sinalizada por alguma marca que a diferencie das outras palavras na cadeia do enunciado, como aspas, itálico ou negrito (“[...] ele consegue dizer coisas velhas de um modo nuebo. Ou pelo menos diferente”). Para nós, a entrada dessa palavra no dizer do locutor-prefaciador significa pela enunciação um sujeito que se apropria de uma palavra em portunhol selvagem, produzindo uma identificação com o locutor-poeta e com os poemas no interior do livro, ao mobilizar a língua que constitui o poeta, enunciador de poemas em portunhol selvagem.

Conforme observamos a partir do recorte, temos a figura do **locutor-prefaciador** como um lugar de dizer que representa a tomada da palavra por um sujeito que não é apontado como o autor dos poemas, pois o prefaciador é particularizado no acontecimento pelo nome próprio “Ángel Larrea”, a partir do qual enuncia em língua portuguesa. Em (1c), tínhamos um Locutor (L) singularizado pelo nome “Fabián Severo”, que assumia a palavra em (1) como locutor-escritor. A entrada do vocábulo “vía” em portunhol apontava para uma divisão desse sujeito, pois remetia à figura do locutor-poeta.

Já em (7), o falante agenciado em locutor-prefaciador na enunciação surge sob a aparência de dissociação do falante agenciado em locutor-poeta. Dito de outro modo, a cena enunciativa configura lugares sociais de dizer que representam o agenciamento de dois falantes distintos na enunciação.

Para prosseguir a análise dos lugares de dizer em a partir dos recortes destacados, trazemos uma citação de Ávila (2012) a respeito do modo como o poeta se inscreve nos textos de “*Dá gusto andar desnudo por estas selvas: Sonetos Salvajes*”:

Possivelmente, a unidade livro seja a melhor maneira de se aproximar do trabalho de Douglas Diegues, pois nela se mostram as várias camadas de inscrição do poeta: o poema propriamente dito, a ordem de apresentação, o

tamanho da página – a edição, enfim – o prefácio e as anotações a caneta. (ÁVILA, 2012, p. 12)

Segundo mostramos a partir de (7), a responsabilidade pelo texto do prefácio é imputada a um sujeito, identificado pelo nome “Ángel Larrea”. De acordo com Guimarães (2005, p.42), ao refletir sobre o funcionamento do nome próprio no acontecimento, afirma que “ele recorta um memorável que enquanto passado próprio da temporalidade do acontecimento relaciona um nome a uma pessoa.”. O semanticista também afirma que a nomeação de pessoas dá-se no espaço de enunciação da Língua Oficial do Estado, da Língua Nacional. Assim, em (7) temos um nome que recorta um memorável da nomeação de uma pessoa, que se deu em língua espanhola. Desse modo, o sujeito nomeado como “Ángel Larrea”⁷⁶ é também constituído pelo sentido de seu nome, relacionando-o ao espaço de enunciação dessa língua. No entanto, a língua mobilizada pelo sujeito em (7) é o português.

O sujeito que enuncia em (7) e dá-se como locutor-prefaciador de “*Dá gusto andar desnudo por estas selvas: Sonetos Salvajes*”, falando sobre o poeta e a língua em que escreve, também aparece como o responsável pelos comentários apresentados no final do livro, na seção intitulada “Notas de Ángel Larrea”. Vejamos os próximos recortes, extraídos dessa seção:

(8)

SONETO # 27

Este soneto foi feito alguns dias depois que o poeta ganhou um orquídea de um amigo chinês.

(9) SONETO #3

Escrevi esse soneto sem um centavo nos bolsos, sem perspectivas de emprego, no olho do furacão do horror econômico, revoltado com os que conspiram contra a poesia para que a banalidade vença uma vez mais. [...]

⁷⁶ Segundo adverte Ávila (2012, p.13), o nome Ángel Larrea coincide com o de um personagem de um filme de Cândido Alberto da Fonseca, intitulado “Os filmes cegos de Ángel Larrea”. Além disso, coincide com o nome de um escritor basco, contemporâneo de Douglas Diegues. No livro de Diegues (2002), é tomado pelo poeta como “significante vazio”, adquirindo novos sentidos, pois passa a designar o sujeito que escreve o prefácio e as notas no final do livro.

Como percebemos, a língua mobilizada em ambos recortes é também a língua portuguesa. Se por um lado, (8) evidencia um falante que comenta os poemas de um lugar de dizer autorizado para tal e díspar ao autor do poemas (pois quem os comenta é identificado como “Ángel Larrea”), por outro, em (9) há na língua a inscrição do Locutor (L) no verbo “Escrevi”, conjugado no presente, na primeira pessoa do singular. A partir dessa marca de primeira pessoa, o sujeito é representado na enunciação como responsável por um dos poemas (Soneto 3). Para nós, o efeito desse índice de pessoa em (9) é uma contradição revelada pela análise dos recortes, que distribui os sujeitos em lugares de dizer autorizados a falar em portunhol selvagem e sobre o portunhol selvagem no espaço da publicação. Em “*Dá gusto andar desnudo por estas selvas: Sonetos Salvajes*”, o falante divide as línguas e divide-se, sendo representado na enunciação como heterogêneo.

Se de um lado temos o sujeito representado na enunciação como autor dos poemas e é identificado pelo nome “Douglas Diegues”, enunciando em portunhol e do lugar de locutor-poeta; de outro, pela análise dos recortes anteriores e da contradição evidenciada em (9), temos o sujeito representado como autor do prefácio (e também das notas) que enuncia predominantemente em português e do lugar de locutor-prefaciador, identificado pelo nome “Ángel Larrea⁷⁷”. Disso podemos concluir que, o político divide de tal modo esse sujeito poeta e(m) sua relação com o portunhol, que este se coloca na enunciação como “dois sujeitos”, isto é, como duas pessoas identificadas por nomes diferentes (“Ángel Larrea” e “Douglas Diegues”), sendo que a primeira mobiliza o português em sua enunciação e, a segunda, o portunhol. No entanto, essa divisão instaurada na enunciação pelo político, é desmontada pela contradição que opera em (9), redividindo esses lugares – pois a partir de (9), Ángel Larrea pode ser tomado também como locutor-poeta.

Passamos a análise dos recortes (10) e (11), extraídos dos poemas 7 e 12, de “*Dá gusto andar desnudo por estas selvas: Sonetos Salvajes*”:

(10) el sol predomina – **você** va a descobrir que es mejoribir sin reclamar

(11) todo está pronto para **bocê** viver como siempre sonhou

⁷⁷ Conforme já indicamos anteriormente, “Ángel Larrea” surge como um heterônimo de “Douglas Diegues”.

Nos recortes (10) e (11), vemos a constituição de uma cena enunciativa em que o locutor (L) fala do lugar social de locutor-poeta, formulando expressamente o *Tu*, sendo este “o lugar geral daquele a quem se fala” (GUIMARÃES, 2010, p.30). De acordo com Benveniste (1970, p.84), “Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocução, ele postula um alocutário.” (BENVENISTE, 1970, p.84). Nos recortes destacados, as palavras “você” e “bocê”, no portunhol, indicam no dizer um alocutário, um sujeito a quem o locutor-poeta dirige sua enunciação no texto do poema. Conforme expõe Fiorin (2010), em português a forma “você” substitui completamente o *tu*, ocupando seu lugar e tornando-se formante de segunda pessoa. Vemos a partir dos recortes que, em portunhol selvagem, o Alocutário é postulado na enunciação pelas palavras “você” e “bocê”. De acordo com Ávila (2012), as enunciações dirigidas a “você”/ “bocê” são uma característica recorrente nos textos de Diegues. Em (10) e (11) o sujeito que é postulado como Alocutário surge como um personagem nos textos, constantemente evocada nos versos de Diegues (ÁVILA, 2012).⁷⁸

A seguir, destacamos outros recortes, extraídos da publicação “*Uma flor na solapa da miséria*”.

(12)

U portunhol salbaje es la língua falada en la frontera du Brasil com u Paraguai, por la gente simples [...]. Es la lengua de **mi** mãe y de la mãe de **mis** amigos de infancia. [...] (grifos meus)

Douglas Diegues

O recorte (12) corresponde à seção intitulada “PORTUNHOL SALBAJE”, que funciona como um texto de apresentação, no qual o sujeito remete à língua em que enuncia. Os enunciados que compõem o recorte podem ser atribuídos a um Locutor

⁷⁸ É importante pontuar que esta relação do locutor com o “outro” significada pela enunciação nos recortes (10) e (11) não pode confundir-se com uma relação com o leitor. Segundo esclarece Guimarães (2011, p.35), “a relação de leitor não se dá como uma relação falante/ouvinte”. O lugar de leitor, enquanto lugar social, “expõe a relação enunciativa com o fora do texto no acontecimento.”, não havendo uma correspondência entre a relação de leitor com o texto e o lugar do Alocutário. De acordo com o que pontua, o lugar social de locutor (locutor-x) não vincula necessariamente o lugar de leitor. Essa disparidade explica tomarmos o *tu* postulado nos recortes como um personagem.

(L), que está linguisticamente marcado nos indicadores de subjetividade como os pronomes “mi” e “mis”. Assim como em (1) e (7), destacamos a função do nome próprio. O nome “Douglas Diegues”, localizado no final do recorte, relaciona a enunciação com a exterioridade ao referir a um sujeito específico e representá-lo como responsável pelo dizer. Estamos, então, diante de uma enunciação em que o falante assume a palavra como locutor-poeta, enunciando sobre o portunhol e em portunhol, assim como em (13):

(13) talvez **yo** seja apenas um pretexto
para que la bosta
después se transforme em luz –
porque las personas têm la misma importância de bosta

Em (13), destacamos um fragmento de um poema de “*Uma flor na solapa da miséria*”, sem título, assim como todos os demais poemas contidos na publicação. O pronome “yo” e a terminação “-a” no verbo “seja”, conjugado no presente do subjuntivo, indicam o Locutor (L), o sujeito que diz “yo” e é representado como origem do texto de (13), enunciando do lugar social de locutor-poeta. Do mesmo modo que no recorte anterior, a língua enunciada é o portunhol, isto é, é dessa língua que o **locutor-poeta** se apropria ao escrever os poemas. A partir da análise dos recortes (12) e (13), constatamos que, em “*Uma flor na solapa da miséria*”, o sujeito falante enuncia do lugar de locutor-poeta, tanto no texto da apresentação, quanto nos poemas, mobilizando o portunhol na totalidade da publicação.

De acordo com primeiro modo de proceder à análise dos recortes selecionados, bem como das cenas enunciativas que se organizam a partir desses, identificamos lugares de dizer pelos quais os sujeitos assumem a palavra como figuras da enunciação e colocam em funcionamento o portunhol pela escrita em relação com outras línguas na materialidade das publicações analisadas. Essa relação, enquanto uma relação dada em um espaço de enunciação, mostrou-se afetada pelo político, o que determinou sua distribuição, conforme apresentamos no quadro abaixo (Quadro 2):

Publicação	Recorte	Lugares de dizer	Língua (s) mobilizada (s)
Noite nu Norte: Poemas en Portuñol	(1)	Locutor (L) → locutor-escritor → locutor-poeta	Espanhol Portunhol
	(2) e (3)	Locutor (L) → locutor-escritor	Espanhol
	(4)	Locutor (L) → locutor-poeta	Portunhol
Viento de Nadie	(5)	Locutor (L) → locutor-escritor	Espanhol
	(6)	Locutor (L) → locutor poeta	Portunhol
Dá gusto andar desnudo por estas selvas: Sonetos Salvajes	(7)	Locutor (L) → locutor-prefaciador	Português Portunhol
	(8) e (9)	Locutor (L) – locutor-prefaciador	Português
	(10) e (11)	Locutor (L) – locutor-poeta	Portunhol

Uma flor na solapa da miséria	(12) e (13)	Locutor (L) – locutor-poeta	Portunhol

Quadro 2 – Lugares de dizer e distribuição das línguas nas publicações

A distribuição sistematizada no **Quadro 2** aponta para um movimento no modo como o sujeitos que escrevem – e inscrevem-se - em/no portunhol distribuem a língua na enunciação e significam sua relação com o portunhol na escrita⁷⁹. Os recortes extraídos dos textos de “*Noite nu Norte: Poemas en Portuñol*”, de Fabián Severo, revelam um sujeito que se divide na enunciação quando ocupa dois lugares de dizer distintos a partir dos quais divide também as línguas, enunciando em espanhol ou em portunhol. Isto é, o portunhol é enunciado pelo sujeito enquanto locutor-poeta, significando um lugar para um modo de dizer na língua, pois o portunhol predomina na publicação nos textos dos poemas. No entanto, o sujeito releva-se constituído por ambas línguas quando o portunhol irrompe na enunciação do locutor-escritor em (1), projetando ao mesmo tempo no dizer o lugar do poeta.

Já nos recortes tomados de “*Viento de Nadie*”, também de Fabián Severo, o sujeito assume a palavra dividindo-se novamente entre locutor-escritor, enunciando em espanhol (exclusivamente no texto da dedicatória, como mostrado em (5)), e locutor-poeta, enunciando em portunhol. Assim como em “*Noite nu Norte: Poemas en Portuñol*”, o portunhol é a língua mobilizada quando o sujeito é agenciado no lugar do poeta na enunciação, é a língua dos textos dos poemas.

No que se refere aos recortes de “*Dá gusto andar desnudo por estas selvas: Sonetos Salvajes*”, de Douglas Diegues, o portunhol selvagem materializa-se na

⁷⁹ Aqui estamos nos referindo tanto ao “portuñol” de Severo, quanto ao “portunhol selvagem”, de Douglas Diegues.

enunciação do sujeito enquanto poeta, isto é, quando enuncia como locutor-poeta e nos textos dos poemas.

Por outro lado, o portunhol irrompe em outro dizer, daquele sujeito que se representa como prefaciador (distinto do sujeito que se dá como origem dos poemas), quando este, ao enunciar em português (em 7), mobiliza uma palavra em portunhol. Do mesmo modo, a enunciação do locutor-prefaciador, como nos mostra o recorte (9), embora escrito em português, está significando que esse sujeito também pode dar-se como enunciador de um poema em portunhol, “fundindo-se” com a figura do locutor-poeta. A análise dos recortes (7), (8), (9) (10) e (11) mostram-nos um sujeito que não só distribui as línguas no espaço da publicação, como também divide-se, representando-se como dois sujeitos (“Ángel Larrea” e “Douglas Diegues”) que, respectivamente ocupam os lugares de dizer de prefaciador e de poeta. Do primeiro, fala-se sobre o poeta e o portunhol selvagem; do segundo, materializa-se o portunhol na escrita pelos poemas.

Em “*Uma flor na solapa da miséria*”, a análise dos recortes (12) e (13) revelam-nos que o sujeito é agenciado apenas em locutor-poeta na enunciação, enunciando exclusivamente em portunhol. Nesse sentido, em relação a “*Dá gusto andar desnudo por estas selvas: Sonetos Salvajes*”, em “*Uma flor na solapa da miséria*” o sujeito mostra-se mais tomado pelo portunhol na sua enunciação, já que não mobiliza outra língua nos textos, apenas o portunhol.

De acordo com a análise dos recortes, nas primeiras publicações de cada autor (Fabián Severo e Douglas Diegues), o modo como os sujeitos são constituídos pelo portunhol (*portuñol* e portunhol selvagem) e materializam-no na escrita apresenta-se mais determinado pela relação desses sujeitos com outras línguas (o espanhol e o português, respectivamente). Já nas segundas publicações, essa relação aparece menos afetada por outras línguas, sobressaindo-se a inscrição desses sujeitos no portunhol pela escrita dos poemas. Isso aponta para como a re-territorialização do portunhol faz-se pela escrita no espaço das publicações e como os sujeitos vão fundando um modo de ocupar o sensível que se institui pela escrita na língua. Assim, tomando o espaço das publicações, podemos afirmar que, na segunda obra de cada autor (“*Viento de Nadie*” y “*Uma flor na solapa da miséria*”), há uma consolidação do lugar do portunhol no domínio da escrita, língua que constitui esses sujeitos enquanto poetas, sujeitos que se inscrevem - e escrevem - em portunhol. É nesse sentido que tomamos esse movimento como um **gesto político**.

Por outra parte, o gesto político se constitui também pelos sentidos que são produzidos nos textos em portunhol, os quais interpretamos através dos procedimentos de reescrituração e articulação. É nessa perspectiva que procedemos à análise dos recortes a seguir.

5.3 Modos de redizer e significar a fronteira nos textos em portunhol

Para dar início à análise das publicações a partir da segunda perspectiva proposta, nos centraremos na análise de expressões que funcionem nos textos por constituírem modos de redizer a fronteira, isto é, pelas formas de re-territorializá-la nos textos pelos sentidos construídos nos enunciados que integram os poemas. O procedimento adotado consiste em partir de uma dada palavra ou expressão⁸⁰ e analisar seu sentido a partir de seu funcionamento enunciativo, observando as operações de reescrituração e/ou articulação em cada recorte selecionado. Isso implica considerar tanto a tomada da palavra “frontera” nos textos, como outras que remetam à fronteira ao referirem na enunciação a elementos que a constituem enquanto espaço de habitar, de transitar, de enunciar, etc.

O primeiro recorte (Recorte 1) corresponde à totalidade do poema “SINCUENTISIETE” de “*Noite nu Norte: Poemas en Portuñol*” (de Fabián Severo). Nessa publicação, materializa-se de modo particular o portunhol falado no espaço sóciogeográfico da região fronteira que compreende as cidades de Artigas (Uruguai) e Quaraí (Brasil).

A partir de nossa maneira de orientar a análise, começamos pelas reescriturações da palavra “frontera”. Em (1)⁸¹, tem-se:

(1)

Nos semo da **frontera**

como u sol qui nase ali tras us ucalito,

alumeia todo u dia ensima du río,

y vai durmí la despós da casa dus Rodrigues.

[1ª estrofe]

⁸⁰ Todas as expressões selecionadas são nomes ou expressões nominais.

⁸¹ Por tratar-se do desenvolvimento da segunda perspectiva analítica, numeramos novamente os recortes a partir do número 1.

Da **frontera** como a lua,
qui faz a noite cuasi día,
deitando luar nas maryen del Cuareim. [2ª estrofe]

Como el viento,
que hase bailar las bandera,
como a yuva,
qui leva us ranyo deles yunto con los nuestro. [3ª estrofe]

Todos nos semo da **frontera**
como eses pásaro avuando de la pra qui,
cantando um idioma que todos intende. [4ª estrofe]

Vemos da **frontera**,
vamo pra **frontera**,
como us avó y nossos filio,
cumendo el pan que u diabo amasó,
sofrendo neste fin de mundo. [5ª estrofe]

Nos semo da **frontera**,
mas que cualquier río,
mas que cualquier puente. [6ª estrofe]

(grifos meus)

O nome “frontera” aparece inicialmente no final do 1º verso do poema (1ª estrofe), para depois ser re-escrito, por repetição:

- no primeiro verso da segunda estrofe;
- no primeiro verso da quarta estrofe;
- no primeiro e segundo versos da quinta estrofe;
- no primeiro verso da última estrofe (conforme indicação em negrito).

No primeiro verso temos a palavra “frontera” inserida no enunciado “Nos semo da frontera”, integrando um sintagma preposicional (SP), “da frontera”. O nome “frontera”, antecedido da contração “da” (“de” + “a”) estabelece no enunciando um lugar de origem do sujeito que enuncia em portunhol, o que também é significado pelo verbo “semo”. No primeiro verso, a sequência “nos semo” indicam a inscrição do sujeito que enuncia na língua e, a o mesmo tempo, refere a outros sujeitos, que estão

fora da cena enunciativa⁸², com os quais o locutor-poeta compartilha uma origem comum.

Como apontamos anteriormente, o nome “frontera” vai reaparecendo no decorrer dos versos nas seguintes estrofes em articulações bem particulares, relacionando-o com outros enunciados, que vão determinando seu sentido. Há uma articulação em que o nome “frontera” está inserido, operando por meio de uma comparação estabelecida pela conjunção “como” na 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª estrofes:

- “como u sol que nase alí tras us ucalito”;
- “como a lua”;
- “como el viento”;
- “como a yuva”;
- “como eses pásaros avuando de la pra qui”;
- “como us avó y nosos filio”.

Observando a totalidade do texto, vemos como essas articulações colocam em funcionamento uma enumeração (GUIMARÃES, 2010), que se estabelece pela repetição da sequência comparativa (“como + SN”), apresentando um conjunto de expressões que, juntos, atribuem sentido à “frontera”. Essa enumeração distingue os elementos que constituem a fronteira, formando um conjunto.

Em (1), “frontera” está significada como um lugar de origem e ao mesmo tempo de pertencimento de um sujeito fronteiriço (“da frontera”). A fronteira enquanto espaço de pertencer vai se caracterizando pela comparação com outros elementos, estes naturais (“u sol”, “a lua”, “el viento”, “a yuva”, “eses pásaros”), na 2ª, 3ª e 4ª estrofe, e na 5ª estrofe, elementos que expressam relações de parentesco (“us avó” e “nosos filio”) do sujeito, distinguindo socialmente a fronteira.

Novamente sobre o funcionamento da enumeração e o modo como atribui sentido à fronteira, as sequências comparativas pelas quais os elementos são enumerados, significam na língua o político na fronteira, pois o sujeito distribui na enunciação os elementos que a constituem, colocando-os em uma relação de

⁸² Tomamos o funcionamento de “nos” em português no verso em questão segundo o que Fiorin (2010, p.64; p.124) apresenta para o “nós exclusivo” no português, isto é, “em que a um eu se juntam ele ou eles”.

igualdade, ao compará-los. Assim, a fronteira é significada pela relação de pertencimento que se estabelece com os elementos enumerados.

Na última estrofe, os elementos enumerados nas estrofes anteriores são reescriturados por totalização pelo pronome “nos” (primeiro verso). Logo, são articulados em outra comparação encabeçada por “mas que”, no início dos últimos versos:

mas que cualquier río,
mas que cualquier puente

Essa última comparação estabelece uma divisão entre os elementos enumerados anteriormente (totalizados por “nos”) e os elementos referidos pelos nomes “río” e “puente”, pois os primeiros são significados por uma relação de pertencimento à fronteira que se dá como mais legítima do que os últimos. Os nomes “río” e “puente” atribuem sentido à fronteira pela temporalidade do acontecimento, pois recortam um memorável que os fazem significar como símbolos do limite entre dois estados (o primeiro remetendo a um limite natural e o segundo, artificial), agenciando um sentido que é geopolítico. Ao mesmo tempo, no presente da enunciação, estes nomes atualizam sentidos de movimento, que a significam enquanto espaço dinâmico, produtor de fluxos específicos. Conforme expomos no capítulo 2, em algumas regiões de fronteira, além de simbolizar a divisão entre duas cidades e/ou países, a ponte funciona também como lugar de passagem, onde se dão os *cruces* cotidianos que constituem o “ir e vir” fronteiriço. Do mesmo modo, o rio pode cumprir também esta função, pois há fronteiras em que os fluxos das populações que se deslocam de um lado a outro da fronteira se faz exclusivamente por meio fluvial. Em outras estrofes, também há elementos que constroem este sentido de fronteira como lugar do “ir” e “vir” no texto, a saber: no segundo verso da quarta estrofe, pela caracterização de “eses pássaro” (“avando de la pra qui”); na quinta estrofe, pelos verbos “Vimos” y “vamo”, no primeiro e no segundo versos.

Como a análise de “frontera” no recorte (1) mostrou-nos, o poema não produz apenas sentidos que definem a fronteira como espaço geopolítico, mas, principalmente, que a fazem significar como “espaço vivido”, evidenciando a

“multidimensionalidade do vivido territorial” (RAFFESTIN, 1993). A fronteira define-se como um espaço ao qual um sujeito afirma seu pertencimento ao caracterizá-la como constituída pelos elementos enumerados. Isto é, a fronteira está significada por aquilo que permite ao sujeito reconhecer-se como pertencente a esse espaço.

Na continuidade das análises, passamos a outros recorte, também da publicação *“Noite nu Norte: Poemas en Portuñol”*. Para tal, interpretaremos primeiramente o sentido da palavra “Artigas” no poema “TREIS”, pois chamou nossa atenção a recorrência desse nome em outros poemas no decorrer da publicação.

Noum sei como será nas terra sivilisada,
 mas ein **Artigas**
 viven los que tienen apeyido.
 Los Se ninguém,
 como eu,
 semo da frontera,
 neim daquí neim dalí,
 no es noso u suelo que pisamo
 neim a lingua que falemo

Para iniciar a análise desse recorte, atentamos para o nome “Artigas” e seu funcionamento pela nomeação enquanto palavra que nomeia uma cidade. As considerações que apresentamos a seguir baseiam-se novamente em Guimarães (2005), quando explica como significam na enunciação nomes de ruas constituídos por nomes próprios de pessoa, a partir de um mapa.

Tal como expõe o autor a propósito dos nomes próprios que nomeiam ruas de uma cidade, “Artigas” é um nome próprio de pessoa. É preciso considerar que as cenas enunciativas da nomeação das cidades se dão no espaço de enunciação da língua oficial do estado, da língua nacional. O modo de funcionar do nome de uma cidade na enunciação se relaciona com enunciações anteriores: as que dão nome a pessoas, por exemplo. Ou seja, a enunciação do nome de uma cidade é sempre vinculada à outra enunciação. No caso de uma cidade com nome próprio de pessoa, como “Artigas”, a enunciação que nomeia a cidade traz em si a enunciação que nomeou a pessoa. Assim, a cidade de “Artigas” tem esse nome por uma enunciação que a nomeia a partir da enunciação que outorgou esse nome a alguém. No texto em questão, “Artigas” funciona como um nome que significa o estar (ser) no Uruguai, ou

seja, este é uma palavra que nomeia esta cidade, o departamento⁸³ ao qual pertence e uma série de outros enunciados que se dão em outros textos, em outros espaços (quando nomeia ruas, praças, instituições públicas, etc., localizados no território uruguaio, como podemos ver na Figura 26).



Figura 26 – Biblioteca Municipal Gral. Artigas, cidade de Rivera (UY).
Fonte: Arquivo Pessoal

Isto é, a enunciação da nomeação de cidades inclui a enunciação de personagens da história uruguaia como foi José Gervasio Artigas⁸⁴, personagem que lutou pela independência do país, aqui referido apenas por seu sobrenome.

No prosseguimento da análise do texto, tomaremos o poema constituindo dois recortes (2 e 3). Apresentamos os dois primeiros versos no recorte (2), organizando-os da seguinte maneira:

(2)

(2a) Noum sei como será nas terra sivilisada,
(2b) mais ein **Artigas** viven los que tienen apeyido.

Tem-se em (2a) a expressão nominal “terra sivilisada”, em que o sentido de terra aparece determinado pelo adjetivo “sivilisada”. A negação no início do enunciado, pelo advérbio de negação “Noum”, e a articulação com o enunciado “mais

⁸³ Divisão político-administrativa equivalente ao estado no Brasil.

⁸⁴ José Gervasio Artigas é apontado como o fundador da República Oriental do Uruguai, reverenciado como a figura mais importante a história uruguaia (MCI, 2005).

ein Artigas viven los que tienen apeyido” instala uma oposição, permitindo-nos formular alguns pressupostos, que nos ajudam a descrever o sentido desse recorte.⁸⁵

2') Artigas não é uma terra civilizada.

2'') Em Artigas vivem os que tem *apeyido*.

2''') Os que não tem *apeyido* não vivem em Artigas.

2''') Os civilizados são os que não vivem em Artigas.

O sentido de Artigas aparece, desse modo, definido por apresentar-se como contrário à “terra sivilisada”, ou seja, “terra sivilisada” funciona como antônimo de Artigas. Igualmente, o sintagma verbal “viven los que tienen apeyido” predica algo à Artigas na medida em que diz sobre sua composição social. Ao mesmo tempo, coloca o locutor-poeta em um domínio exterior ao significado por Artigas, pois não há nenhuma marca linguística que nos permita afirmar que sua enunciação refere também a si mesmo. Essa hipótese se comprova com a análise dos enunciados posteriores, os quais apresentamos no próximo recorte:

(3)

(3a) Los Se ninguéim,

(3b) como eu,

(3c) semo da frontera,

(3d) nem daquí (3e) neim dalí,

Em (3), destacamos a forma de primeira pessoa no pronome “eu”, presente no segundo enunciado. Esta marca é a representação da figura do Locutor como fonte do dizer, origem da enunciação, ao mesmo tempo em que este se apresenta como um lugar do dizer individual (enunciador-individual) apagando a figura enquanto lugar social, isto é, do locutor-poeta. O pronome pessoal “nosso” e os verbos “semo”, “pisamo”, “falemo” também são marcas de primeira pessoa, ao empregá-los o locutor refere a si e a outros sujeitos estão fora da cena enunciativa.

⁸⁵ A formulação de pressupostos é uma forma de descrever o sentido de um enunciado de acordo com a Semântica da Enunciação (GUIMARÃES, 2011). Adotamos tal procedimento para análise desse recorte.

Para a continuidade da análise, atentemos para o sentido de “fronteira” no recorte. O sentido de “fronteira” define-se pela relação com o sintagma nominal “Se ninguém”. Este último aparece grafado como nome próprio (escrito com a primeira inicial maiúscula) e reescreve “eu”. O verbo “semo” mobiliza um sentido de origem do sujeito que fala em relação à fronteira, ou seja, a “frontera” no enunciado é significada por ser o lugar dos “Se ninguém”.

Nos enunciados seguintes, há a reescrituração de “frontera” por um mecanismo fundamentado na negação, vejamos:

(3d) neim daqui, (3e) neim dalí,

O sentido dos dêiticos “daqui” e “dalí” é definido em relação ao presente do acontecimento e ao Locutor, remetendo aos territórios do Brasil e do Uruguai. O operador negativo “neim” (3d) que é reescrito por repetição em (3e), determinam o sentido de fronteira na medida em que significam o sujeito como pertencente a um “entre-lugar”, pois pertencer à fronteira é identificar-se com um espaço que se diferencia daqueles indicados por “aquí” e “alí”, embora estes sejam referidos como próximos ao locutor. Tal identificação se “traduz” na materialidade linguística (STURZA, 2010), já que “as representações que os sujeitos deixam na língua relacionam-se com aquilo que eles constroem como significativo de suas marcas identitárias.” (STURZA, 2010, p.89). Assim, no presente do acontecimento, “frontera” é significada por uma relação de antonímia.

O próximo recorte selecionado para a análise das palavras que redizem a fronteira nos textos das publicações é o poema 28 de “Viento de Nadie”. Interpretaremos o sentido da palavra “frontera” neste texto, a partir do procedimento de reescrituração. O recorte (4) corresponde ao poema 28 na sua totalidade:

(4)

Si a **frontera** noum fosse uma **frontera**
 as pedra presiosa que pisamo
 enyenarían nosos prato.
 Mas **aquí** us patrón
 tapan con gayeta veia
 a boca da yente,
 i cuelgan la inyustisia nu pescueso.

Em (4), “frontera” aparece no início do primeiro verso, sendo reescrita por repetição no final do mesmo. Para melhor conduzir a análise, apresentamos os três primeiros versos da seguinte maneira:

- (4a) Si a **frontera** noum fose uma **frontera**
 (4b) as pedra presiosa que pisamo
 enyenarían nosos prato.

Em (4a), “frontera” está inserida em um enunciado que expressa uma condição (introduzida por “Si). O sentido de “frontera” se define em oposição ao que descreve o enunciado (4b). Este último enunciado contém marcas de primeira pessoa, o verbo “pisamo” e o possessivo “nosos”. Tais formas, ao mesmo em que tempo indicam o sujeito que enuncia no poema como Locutor, também remetem a outros sujeitos que estão fora da cena enunciativa. Em (4b) a sequência “as pedra presiosa que pisamo” funcionam no presente do acontecimento por recortar no passado um memorável que atualiza “frontera” como um lugar onde encontram-se jazidas de recursos naturais, referindo ao departamento fronteiriço de Artigas. Na área próxima à cidade de Artigas (Uruguai), desenvolve-se atividade mineira de exploração de pedras preciosas (principalmente ágatas e ametistas), sendo essa uma das atividades econômicas desenvolvidas na região (DIRECCION NACIONAL DE MINERÍA Y GEOLOGÍA, 2007). Nos próximos versos, tem-se:

- (4c) Mas **aquí** us patrón
 tapan con gayeta veia
 a boca da yente,
 (4d) i cuelgan la inyustisia nu pescueso.

Ao ser introduzido por “Mas”, (4c) contrapõe o expresso por (4a). Em (4c), “frontera” é reescrita pelo dêitico “aquí”, que ao redizê-la atualiza-se significando também o lugar de enunciação do sujeito. O Locutor é significado como alguém que fala a partir da fronteira e sobre a fronteira, incluindo em sua enunciação outros sujeitos. Em (4c), na contiguidade das relações estabelecidas no enunciado, estabelece-se uma oposição entre “us patrón” e “da yente”. É interessante observar o funcionamento de “yente” em portunhol, já que retoma anaforicamente o sujeito

enunciador e aqueles referidos em (4a), ou seja, funciona como “a gente” no português brasileiro⁸⁶. Ao estar incluída na expressão “da yente”, expressa uma relação de indissociabilidade. Assim, “da yente” poderia ser substituída por “nosas boca”.

Em (4), a fronteira está significada pelas relações sociais que se estabelecem desigualmente nesse espaço, remetendo às relações laborais ao referir no dizer os sujeitos que a habitam em “us patrón” e “a yente”, instaurando uma divisão. É importante fazer notar que o sujeito que enuncia em portunhol, ao incluir-se em “a yente”, define-se em oposição a “us patrón”, atribuindo sentido também à língua, pois o portunhol está significado como a língua “da yente”, isto é, de quem não ocupa a posição de patrão.

Na continuidade da análise dos textos nesta segunda perspectiva, passamos ao recorte (5). Este recorte corresponde ao poema 23 do livro “*Dá gusto andar desnudo por estas selvas: Sonetos Salvajes*”, em que partiremos da palavra “crime”. A análise do texto a partir da palavra “crime” motiva-se por aquilo que caracteriza os textos de Diegues, pois uma das formas de redizer a fronteira é fundamentar-se na ancoragem de aspectos que remetem ao universo urbano contemporâneo, que reconstroem elementos da “selvageria urbana”⁸⁷ (KAIMOTI, 2011). Muitos de seus textos são constituídos através da justaposição de palavras que suscitam a impressão de formarem um painel de notícias e anúncios entrecortados, como no poema a seguir:

(5)

crime como una de las bellas artes
 assalto – violação – assassinato
 seqüestro – chantagem – estelionato [1ª estrofe]
 crímenes vulgares

crimes que nadie esquece
 crímenes en el orbalho de la manhã
 Sampa – Rio – Salvador – Curitiba – BH – Ponta Porã [2ª estrofe]
 a cada minuto um novo crime acontece

⁸⁶ Segundo Bechara (2009), o substantivo *gente*, precedido do artigo *a*, faz referência a um grupo de pessoas em que se inclui a que fala, sendo utilizada com a função de pronome.

⁸⁷ Segundo Kaimoti (2011), os textos de Diegues refletem “um olhar que busca reinventar as paisagens humanas, naturais e artificiais que compõem o Brasil”. Para a autora, o elemento “selvagem” nos poemas do autor não está apenas no portunhol, mas também naquilo que reconstrói do universo urbano. Na obra de Diegues as selvas não são apenas naturais, mas também urbanas, isto é, a selva pode ser a cidade.

crimes requintados
 crímenes desnecessários
 cadáveres no-identificados [3ª estrofe]
 los cementerios están cada vez mais lotados

além de los crimes que quase nadie nota [4ª estrofe]
 todos los crímenes son idiotas

No texto do poema, a palavra “crime” aparece no início do primeiro verso. Depois é reescriturada por repetição:

- no último verso da segunda estrofe (“crime”);
- no início do último verso da primeira estrofe, no plural (“crímenes”);
- no início do primeiro verso da segunda estrofe, no plural (“crimes”);
- no início do segundo verso da segunda estrofe, no plural (“crímenes”);
- no início do primeiro verso da terceira estrofe, no plural (“crimes”);
- no início no início do segundo verso da terceira estrofe, no plural (“crímenes”);
- no primeiro verso da última estrofe (“crimes”);
- no plural no último verso da última estrofe (“crímenes”).

O nome “crime” aparece no início do poema, inserido no primeiro verso, enunciado que expressa uma comparação introduzida por “como” (“crime como una de las bellas-artes”). Cada uma das palavras que compõem o segundo e o terceiro verso são reescrituras de “crime” (do primeiro verso). Podemos considerar o conjunto de termos que compõem os versos segundo e terceiro como uma expansão de “crime”. Essa expansão determina o sentido de “crime” ao produzir especificações para o termo. No último verso, a expressão nominal “crímenes vulgares”, reescritura por totalização o segundo e o terceiro versos.

Nessa primeira estrofe, “crime” articula-se à “una de las bellas artes” em um enunciado comparativo e logo, “crímenes” aparece determinado por “vulgares”. As operações de reescritura e o modo de integração dos versos nos textos permitem-nos dizer que os termos dos versos segundo e terceiro (“assalto – violação –

asesinato/sequestro – chantagem – estelionato”) articulam-se a “como una de las bellas artes” e “vulgares”.

Na segunda estrofe, temos novamente a palavra “crime” reescriturada por duas palavras que indicam seu plural “crimes” e “crímenes”. As reescriturações que se dão nesses versos vão produzindo sentido para “crime”. O primeiro termo no plural (“crimes”) está seguido da sequência “que nadie esquece”, que produz na enunciação uma caracterização, assim como no segundo, em que “crímenes” é sucedido por “en el orbalho da manhã”.

O terceiro verso é constituído por expressões que são modos de nomear cidades do Brasil (“Sampa – Rio – Salvador – Curitiba – BH – Ponta Porã”), inserindo-os em uma sequência. As quatro primeiras, referem a capitais de estados brasileiros. A última expressão da sequência, “Ponta Porã”, refere à cidade brasileira localizada na fronteira com o Paraguai. O quarto verso da segunda estrofe, a sequência “um novo crime” opera como uma caracterização de “crime”, articulada ao verbo “acontece”.

Na terceira estrofe, “crimes” e “crímenes” recebem caracterizações, respectivamente: “requintados” e “desnecessários” (primeiro e segundo versos).

Na última estrofe, há uma sequência que retoma por totalização a palavra “crime” do primeiro verso e aquelas que a reescrituram no decorrer do poema: “todos los crímenes”, predicados por uma relação de caracterização (“son idiotas”).

A análise de “crime” e suas reescriturações, bem como, as articulações que constituem a textualidade do poema, ao produzir sentido para a palavra, também atualizam sentidos na enunciação que redizem a fronteira. No que diz respeito a fronteira enquanto espaço geopolítico, é a cidade de “Ponta Porã” que aparece referida no poema. Ao estar inserida na sequência expressa no terceiro verso da segunda estrofe, define-se por aquilo que a iguala/aproxima às/das grandes capitais: todas são cenário de crimes. O crime surge no poema como expressão da violência urbana, que é habitual e repete-se continuamente, pois os crimes são “vulgares” e “a cada minuto um novo crime acontece”. Os crimes afetam o cenário urbano que o poema descreve de diferentes maneiras, produzindo consequências nas cidades, como os cadáveres que não podem ser identificados ou os cemitérios lotados. A fronteira está aqui significada pelo memorável recortado pelo poema, que mobiliza sentidos de violência e de transgressão (transgressão das leis), de selvageria e

brutalidade, frequentemente associados aos discursos que versam sobre as cidades de fronteira brasileiras, principalmente na mídia⁸⁸.

No texto, “crime” surge como uma metonímia de fronteira, e, ao mesmo tempo, não é dado como exclusivo do seu espaço urbano, pois os “crímenes” podem acontecer em Ponta Porã, mas também em São Paulo ou Rio.

A referência ao “crime” aparece como um aspecto presente em outros textos de Diegues em “*Dá gusto andar desnudo por estas selvas: Sonetos Salvajes*”, como nestes versos que recortamos do poema 8:

- “en el verano decadente de cremes e crimes”
- “en el paraíso del crime organizado”
- “como la práctica del crime para conquistar el poder”

Para dar prosseguimento à análise do sentido de palavras que redizem a fronteira, selecionamos um recorte do texto de apresentação, escrito em portunhol selvagem e situado no início do livro “*Uma flor na solapa da miséria*”. Consideremos o recorte (6):

(6)

(6a) Es la língua falada em **la frontera** du Brasil com u Paraguai [...]

(6b) Es la lengua de las putas que de noite vendem seus sexos em **la linha de la fronteira**.

(6c) Con los habitantes **de las fronteras** du Brasil com u Paraguay acontece mais ou menos la misma coisa.

(grifos nossos)

Em (6a), aparece a palavra “frontera”, seguida dos sintagmas preposicionados “du Brasil” “com u Paraguai”. Os nomes que se referem aos dois países presentificam na enunciação um memorável que os fazem significar como espaços limítrofes demarcados politicamente. A demarcação das fronteiras entre ambos países é

⁸⁸ Mencionamos, por exemplo, o livro “País-bandido: Crime Tipo Exportação”, do jornalista Carlos Wagner (2003). O livro é baseado em uma série de reportagens publicadas no jornal Zero Hora em 2003, sobre a região situada na fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai.

assinalada pela sucessão de conflitos de natureza política que se sucederam na região no século XIX, sendo o mais importante a Guerra do Paraguai (FEDATTO, 2005).

O sentido de “frontera” está determinado por essa separação. Do mesmo modo, a observação da materialidade linguística significativa permite-nos interpretar a sequencialidade na qual esses nomes estão articulados no enunciado pela preposição “com”. Essa articulação significa o modo de organização espacial desses territórios fronteiriços, revelando uma perspectiva que se posiciona a partir do “lado brasileiro” da fronteira, já que o nome Brasil antecede Paraguai na contiguidade do enunciado.

Ainda sobre (6a), diz-nos sobre a fronteira a partir de uma das práticas linguísticas enunciadas nesse espaço.

Já em (6b), “linha de fronteira” re-escritura “fronteira” por um processo metonímico, já que a última enquanto zona contém a primeira. Igualmente, a fronteira é significada como um espaço dividido, divisão da qual a própria linha de fronteira é símbolo. Concomitantemente, o sentido de fronteira como espaço vivido se sobrepõe, pois a fronteira aparece caracterizada por seu conteúdo social, que é particularizado pela referência a um tipo social específico (“las putas que de noite vendem...”), e pelas relações sociais e humanas que tem lugar nesse espaço. Esta ideia se reforça na sequência enunciativa seguinte (6c) em que também há uma referência aos sujeitos que a habitam.

Ainda sobre (6c), a forma “frontera” aparece pluralizada com a mesma determinação de (6a). Essa pluralização expande e ao mesmo tempo divide o sentido de fronteira, já que passa a remeter aos diversos pares de localidades fronteiriças que se encontram ao longo da linha que divide politicamente o Brasil e o Paraguai, singularizando-as.

A própria dinâmica fronteiriça é representada na alternância das formas em que a palavra fronteira é reescrita na língua, pois ora utiliza-se a grafia correspondente ao espanhol “frontera/s”, ora a grafia equivalente ao português “fronteira”. Retomamos aqui o que Kaimoti (2009, p.6) afirma sobre a poesia de Douglas Diegues, caracterizando seus textos como marcados pela dimensão porosa da fronteira e como “espaço heterogêneo de trânsitos e travessias”, que incorporam “o movimento próprio desse espaço”.

A análise dos recortes em portunhol de acordo com a segunda perspectiva que delimitamos, isto é, a partir de expressões que nos textos constituem modos de redizer

a fronteira, permitiu-nos interpretar como essa é re-territorializada pelo modo de significar destas expressões nos poemas conforme seu funcionamento enunciativo.

A análise dessas palavras, pela explicitação dos procedimentos de reescrituração e articulação, mostrou-nos que os textos em portunhol redizem a fronteira de modo diferenciado ao mobilizar sentidos que remetem à complexidade de sua constituição.

Nos textos de “*Noite nu Norte: Poemas en Portuñol*” e “*Viento de Nadie*”, de Fabián Severo, os recortes produzem sentidos de origem e pertencimento do sujeito que enuncia em portunhol. A fronteira está significada por aquilo que é dito sobre o modo como as relações são estabelecidas socialmente, sobre como a fronteira constitui-se em um espaço de construção identitária. Nos textos de Fabián Severo, a relação do sujeito com o portunhol está mais evidenciada, pois os textos materializam linguisticamente sua inscrição na língua através de formas específicas que o colocam em cena na enunciação como alguém que fala a partir da fronteira e sobre a fronteira.

A fronteira está redita nos poemas em portunhol por como os enunciados remetem às contradições e tensões que a constituem (identitárias, sociais, linguísticas). Como lugar de construção/reafirmação de identidades, os textos produzem sentido para a fronteira ao remeter às divisões próprias desse espaço, tanto àquelas que se dão no âmbito geopolítico como no âmbito das relações sociais, apontando para territorialidades específicas. Por outro lado, segundo os sentidos mobilizados nos poemas, a fronteira constitui um “entre-lugar”, pois ser da fronteira é estar em um ínterim, além dos limites territoriais dos estados nacionais (“neim daqui, nem dalí”).

Já nos textos em portunhol selvagem de “*Dá gusto andar desnudo por estas selvas: Sonetos Salvajes*” e “*Uma flor na solapa da miséria*” a fronteira está redita por enunciados que movimentam outros sentidos. O modo de redizer a fronteira em “*Dá gusto andar desnudo por estas selvas: Sonetos Salvajes*” faz-se a partir de enunciados que remetem a aspectos que não são atribuídos exclusivamente ao universo fronteiriço. A fronteira é significada enquanto espaço urbano marcado socialmente pela violência, pela criminalidade, pela transgressão e, por isso, selvagem.

Em “*Uma flor na solapa da miséria*”, os dizeres mobilizam sentidos geopolíticos para a fronteira, que é significada como limite entre estados nacionais (Brasil e Paraguai). Ao mesmo tempo, enquanto área compreendida entre o Brasil e o

Paraguai, é também redita pelos enunciados que remetem a sua constituição social. Nesses textos, as dinâmicas fronteiriças estão significadas no que se diz sobre a fronteira, mas também na materialidade linguística pela forma como as palavras são registradas graficamente nos enunciados.

Como a análise dos recortes mostrou, os textos das publicações podem ser tomados como um modo de re-territorializar a fronteira ao redizê-la nos enunciados dos poemas em portunhol pelos sentidos que mobilizam, re-significando-a. Segundo a interpretação que fizemos a partir dos procedimentos adotados, podemos afirmar que a materialização do portunhol na escrita nos textos dos poemas constitui um gesto político enquanto um modo de ocupar o sensível (RANCIERE, 1995), não só pela inscrição da língua no domínio da escrita, mas pelos dizeres que compõem os textos e os sentidos que produzem na enunciação. A materialização do portunhol na escrita funda o gesto político também por aquilo que é dito nos textos sobre a fronteira, pelas formas de significá-la.

CONCLUSÃO

Instigados pelo surgimento de textos escritos em portunhol, neste trabalho, dirigimos nosso interesse para a materialização do portunhol no domínio da escrita, analisando-a a partir das publicações “*Noite nu Norte: Poemas en Portuñol*” (2010), “*Viento de Nadie*” (2012), de Fabián Severo; e “*Dá gusto andar desnudo por estas selvas: Sonetos Salvajes*” (2002), “*Uma flor na solapa da miséria*” (2005), de Douglas Diegues.

Propondo a tese de que há uma relação de uma escrit(ur)a em portunhol com uma re-territorialização da fronteira, discutimos acerca do portunhol e sua manifestação na escrita. Para tal, foi necessário estabelecer algumas distinções, dado que a designação “portunhol” surge em contextos diversos, remetendo a diferentes relações entre línguas e sujeitos. A distinção proposta no primeiro capítulo, levou-nos a diferenciar entre o portunhol falado como língua materna na região de fronteira entre o Uruguai e o Brasil - designado por linguistas em trabalhos mais recentes como DPU ou português do Uruguai (BROVETTO, 2010) -; o portunhol tomado como interlíngua, isto é, aquele que surge no processo de aquisição do espanhol por parte de luso-falantes, ou também, de português por hispano-falantes; e o portunhol na/da mídia, enunciado por personagens de telenovelas e programas de humor, que circula na fala de personagens em quadrinhos, em blogs e outros espaços na internet, adquirindo certo tom “engraçado”. Após essa distinção, especificamos de que portunhol tratamos a partir das publicações selecionadas para este estudo, as quais apontaram para a literatura como um meio de circulação do portunhol na escrita, a saber: o *portuñol* escrito por Fabián Severo, relacionado à fronteira uruguaio-brasileira e designado em obras de pesquisadores como DPU e português uruguaio; o portunhol escrito por Douglas Diegues – inspirado nas línguas faladas na fronteira paraguaio-brasileira (português, espanhol e guarani) e designado pelo autor como “portunhol selvagem”. Essa especificação evidenciou-nos que o primeiro portunhol apresenta-se como uma forma particular de materializar na escrita, pela literatura, o portunhol falado na fronteira uruguaio-brasileira, mais propriamente, na região de Artigas e Quaraí. Já o segundo, embora inspirado no portunhol falado no contexto linguístico das fronteiras entre o Brasil e o Paraguai, trata-se essencialmente de uma construção literária.

Na continuidade de nossa reflexão acerca do portunhol na esfera da escrita, fundamentamo-nos em noções desenvolvidas no domínio dos estudos geográficos, articulando-as a conceitos delineados na Geografia, na Sociologia e na Antropologia. Com essa articulação, foi possível tomar a noção de apropriação para pensar a materialização do portunhol na escrita como uma forma de apropriar o espaço da página, isto é, uma territorialidade específica que re-territorializa o portunhol ao inscrevê-lo na página em branco. Para isso, discutimos sobre os conceitos de espaço e território, indicando como o primeiro transforma-se no segundo a partir de determinadas formas de apropriação (territorialidades). Por outra parte, mostramos a necessidade de considerar a amplitude conceitual que o termo fronteira assume quando inserido na esfera teórica dos estudos geográficos, sociológicos e antropológicos, adquirindo diferentes significações que vão se relacionando (limite entre territórios, linha, faixa, zona, espaço vivido, situações sociais de fronteira, etc.). Esse deslocamento por outros domínios do conhecimento resultou produtivo para tratar na esfera dos estudos da linguagem das línguas de/na fronteira, especialmente o portunhol na escrita, dada a complexidade dos fenômenos fronteiriços e a necessidade de abordá-la conceitualmente.

No prosseguimento de nossa discussão a respeito do portunhol na escrita, trazendo as contribuições de estudiosos inscritos no domínio das Ciências Humanas, tratamos do surgimento da escrita e de sua relevância na História das sociedades e das línguas. Para uma compreensão da materialização do portunhol na escrita, foi necessário propor uma diferenciação entre as definições de escrita e escritura. Essa diferenciação mostrou-nos como a manifestação do portunhol na escrita instaura, também, um processo de escritura. Dada a relação estabelecida entre o sujeito e a língua, e observada nas publicações, passamos a compreender essa escrit(ur)a em portunhol como um gesto político, pois constitui-se como um modo de ocupar o sensível, nos termos de Rancière (1995).

Diferentemente do olhar teórico que vem sendo lançado sobre o portunhol por outros pesquisadores e, notadamente, o portunhol na escrita em textos de publicações literárias, neste estudo, colocamo-nos na perspectiva da Semântica da Enunciação. Em consonância com o que vem sendo proposto por Guimarães no decorrer de seus trabalhos (principalmente Guimarães 2005, 2007b e 2011), estabelecemos nosso modo de tomar os textos das publicações em portunhol como objeto de pesquisa.

Partindo do pressuposto que a materialização do portunhol na escrita constitui um modo de apropriação do espaço da página, recortamos os textos das publicações selecionadas a partir de duas perspectivas e com os seguintes objetivos: a) determinar os lugares de dizer agenciados pela enunciação nos textos recortados e as línguas mobilizadas, com foco no lugar ocupado pelo portunhol; b) analisar o funcionamento enunciativo de certas palavras e expressões a partir dos procedimentos de reescrituração e articulação, selecionando aqueles termos que, nos textos, constituem modos de redizer a fronteira.

A primeira forma de analisar os textos indicou-nos uma organização dos lugares de dizer e das línguas mobilizadas nas publicações, apontando para um movimento na maneira como os sujeitos que escrevem (e se inscrevem em) no portunhol distribuem a língua na enunciação e significam sua relação com o portunhol no domínio da escrita. A segunda forma de analisar os textos, baseada nos procedimentos de reescrituração e articulação, possibilitou-nos interpretar como a fronteira é re-territorializada nos poemas pelo modo de significar das palavras que a redizem.

A interpretação dos textos das publicações em portunhol pela análise dos recortes selecionados, considerando estas perspectivas e procedimentos analíticos fundamentados na Semântica da Enunciação, evidenciou a consolidação da língua, pela literatura, no domínio da escrita. Ao mesmo tempo, mostrou-nos como esses textos, ao promoverem sua re-territorialização, significam a constituição de um gesto político, instituindo uma forma de ocupar o sensível.

Dado o exposto, percebemos que muito há ainda por pesquisar em se tratando do portunhol e sua materialização no domínio da escrita, pois, durante o desenvolvimento desta tese, outras questões nos inquietaram, as quais apontam caminhos para a realização de trabalhos futuros. Mereceria atenção, por exemplo, um estudo enunciativo que se proponha a discutir, a partir de textos escritos em portunhol, o lugar do leitor; bem como, trabalhos que busquem reunir e interpretar outros textos escritos em portunhol, não necessariamente literários, a fim de expor de modo mais abrangente como o portunhol vem se consolidando no domínio da escrita. Ao mesmo tempo, perguntamo-nos se, em termos prospectivos, essa consolidação apontará para o início de um processo de gramatização do portunhol, pois, de acordo com Auroux (1992), o interesse em organizar e regular uma língua literária pode conduzir a uma política que vise gramatizá-la.

REFERÊNCIAS

ABINZANO, R. C. Las regiones de frontera: espacios complejos de la resistencia global. In: OLIVEIRA, T. C. M. de. (Org.). **Território sem limites**: estudos sobre fronteiras. MS: Editora UFMS, 2005. p. 113-130.

ABRANTES, F. A. Dessacralizando o cânone: literariedade e portunhol selvagem. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LITERATURA, CRÍTICA, CULTURA, 6., 2012, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: PPG Letras: Estudos Literários, Faculdades de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012. p. 1-12. Disponível em: <http://www.ufjf.br/darandina/> Acesso em: 23 set. 2012.

ABREU, G. de S. **Faixa de fronteira do Brasil: o aparente conflito entre segurança e desenvolvimento.** [200-]. Disponível em: <http://www.eceme.ensino.eb.br/portalcee/index.php?option=com_content&task=view&id=36&Itemid=37>. Acesso em: 11 abr. 2010.

ALBUQUERQUE, J. L. C. **Fronteira em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai.** 2005. 265 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

ALBUQUERQUE, J. L. C. **A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai.** São Paulo: Annablume, 2010. 268 p.

ALBUQUERQUE, J. L. C. Pesquisas em zonas de fronteiras: contextos, temas e abordagens interdisciplinares. In: COSTA, E. A.; COSTA, Gustavo V.L.; OLIVEIRA, M. A. M. (Org.). **Fronteiras em foco**, 1 ed. Campo Grande, MS: UFMS, 2011. p. 71-92. (Série Fronteiras)

ALMEIDA FILHO, J. C. P. Português e espanhol nas relações de interface no Mercosul. **Em aberto**, Brasília, ano 15, n. 68, p. 45-48, out./dez. 1995.

AMARANTE, D. W. Portunhol selvagem: uma língua-movimento. **Sibila: Poesia e Crítica Literária**, out. 2009. Disponível em: <http://sibila.com.br/mapa-da-lingua/portunhol-selvagem-uma-lingua-movimento/3190> Acesso em: 15 de set. 2010.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. Tradução: Eduardo L. Suárez. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1993. 315 p.

ARIÈS, P.; CHARTIER, R. (Orgs.). **História da Vida Privada 3: Da Renascença ao Século das Luzes**. Tradução: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia da Letras, 1991. 636 p.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução: Eni Pucinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992. 134p.

AUROUX, S. **A filosofia da linguagem**. Colaboradores: Jacques Deschamps; Djamel Louloughli. Tradução : José Horta Nunes. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998. 504 p.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativas(s). Tradução: Celene M. Cruz; João Wanderley Geraldi. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, n.19, p. 25-42, jul./dez. 1990.

ÁVILA, M. **Douglas Diegues por Myriam Ávila**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. 108 p. (Coleção Ciranda da Poesia)

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37^a ed. ver., amp. e atual. Conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 671 p.

BEHARES, L. E. Transliteraciones fronterizas. SEVERO, F. In: **Noite nu Norte. Poemas en Portuguól**. Montevideo: Ediciones Del Rincón, 2010a. p. 9-16.

BEHARES, L. E. Apresentação. **Pro-posições**, Campinas, v. 21, n.3 (63), p.17-24, set./dez. 2010b.

BEHARES, L. E.; DÍAZ, C. E. **Os som da nossa terra**: Productos artístico verbales fronterizos. Montevideo: Asociación de Universidades Grupo Montevideo, 1998. 119 p.

BENTANCOR, G. Una frontera singular: la vida cotidiana en ciudades gemelas: Rivera (Uruguay) y Sant'Ana do Livramento (Brasil). In: NUÑES, A.; PADOIN, M. M.; OLIVEIRA, T. C. M. de. (Org.). **Dilemas y diálogos platinos: fronteiras**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2010. p. 73-105.

BENVENISTE, E. (1956) A natureza dos pronomes. In: **Problemas de Linguística Geral I**. Tradução: Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri. Campinas, SP: Pontes, 1988. p. 277-283.

BENVENISTE, E. (1958) Da subjetividade na linguagem. In: **Problemas de lingüística geral I**. Tradução: Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri. Campinas: Pontes, 1988. p. 284-293.

BENVENISTE, E. (1970) O aparelho formal da enunciação. Tradução: Eduardo Guimarães et. al. In: **Problemas de lingüística geral II**. Campinas: Pontes, Editora da UNICAMP, 1989. p. 81-90.

BONFIM, C. Portuñol salvaje: arte licuafronteras y tensiones contemporáneas. **Kipus**, Quito, n.31, p. 69-86, 1º sem. 2012.

BOTTARO, S. E. G. **O entreberado, esa língua que inbentemo aquí: O contínuo Linguístico na Região Fronteira Brasil-Uruguaí**. 2003. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

BOTTARO, S. E. G. **O sujeito pronominal no português uruguaio da região fronteira Brasil-Uruguaí**. 2009. 217 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional n.20, de 15-12-1998. 21 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BROVETTO, C. Educación bilingüe de frontera y políticas lingüísticas en Uruguay. **Pro-posições**, Campinas, v. 21, n.3 (63), p. 25-43, set./dez. 2010.

CARVALHO, A. M. Variation and diffusion of Uruguayan Portuguese a bilingual border town. In: I SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE O BILINGÜISMO, 1., Vigo. **Actas...** Vigo: Universidad, 2003. p. 642-651.

CARVALHO, A. M. Diagnóstico sociolingüístico de comunidades escolares fronterizas en el norte de Uruguay. In: BRIAN, N.; BROVETTO, C.; GEYMONAT, J. (Ed.). In: **Portugués del Uruguay y educación bilingüe**. Montevideo: Administración Nacional de Educación Pública, 2007.

CELADA, M. T. **O espanhol para o brasileiro: uma língua singularmente estrangeira**. 2002. 276 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

CELADA, M. T.; GONZÁLEZ, N. M. El español en Brasil: un intento de captar el orden de la experiencia. In: SEDYCIAS, J. (Org.). O ensino do espanhol no Brasil. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2005. p. 71-96.

CHARTIER, R. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. Conversações com Jean Lebrun. 1ª reimp. Tradução: Reginaldo Carmello Corrêa Moares. São Paulo: Editora Unesp, 1998. 159 p.

CHARTIER, R. **Inscrever e apagar**: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII. Tradução: Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: Editora Unesp, 2007. 335p.

COLVERO, R. B. **Negócios na madrugada**: o comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2004. 224 p.

CORACINI, M. J. R. F. Discurso e escrit(ur)a: entre a necessidade e a (im) possibilidade de ensinar. In: ECKERT-HOFF, B. M.; CORACINI, M. J. R. F. (Org.). **Escrit(ur)a de si e alteridade no espaço papel-tela: alfabetização, formação de professores, línguas materna e estrangeira**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010. p.17-50.

CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. et al. (Org.). **Território**: globalização e fragmentação. 5ª. ed. São Paulo, SP: HUCITEC, 2002. p. 251-256.

CORTAZZO, U. La poesía de Fabían Severo. In: FERNÁNDEZ, A. L. R. N. et al. (Org.). **Línguas em contato: onde estão as fronteiras?** Fronteiras da integração. Pelotas: Ed. Da UFPel, 2012. p. 207-2013.

DALINGHAUS, I. V. **Alunos brasiguaios em escolas de fronteira Brasil/Paraguai**: um estudo linguístico sobre aprendizagem do português em Ponta Porã, MS. 2009. 164 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2009.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. 351p.

DIEGUES, D. **Dá gosto andar desnudo por estas selvas**: sonetos salvajes. Curitiba: Travessa dos Editores, 2002. 43p.

DIEGUES, D. **Uma flor na solapa da miséria**. Buenos Aires: Eloísa Cartonera, 2005. 23p.

DIEGUES, D. [Entrevista disponibilizada em 01 de janeiro de 2009, a Internet]. 2009. Disponível em: <<http://www.digestivocultural.com/entrevistas/imprimir.asp?codigo=28>>. Acesso em 20 jan. 2009. Entrevista concedida a Julio Daio Borges.

DIEGUES, D. [Entrevista concedida a Evandro Rodrigues em 30/11/08]. 2008, Disponível em: <http://katarinakartonera.wikidot.com/entrevista01> Acesso em: 15 jul. 2010.

DORFMAN, A. Fronteira e contrabando em Santana do Livramento (BR)-Rivera(UY). **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 32, p. 75-92, dez. 2007.

DORFMAN, A. “Pequenas pontes submersas”: interpretações geográficas e antropológicas de literaturas de contrabando. **Bol. Mus. Para Emílio Goeldi. Ciênc. hum.**, Belém, v.3, n.1, p. 93-114, abr. 2008.

DORFMAN, A. A cultura do contrabando e a fronteira como um lugar de memória. **Estudios Históricos**, Montevideo, n.1, mayo 2009.

DORFMAN, A.; BENTANCOR, G. T. Regionalismo fronteiriço e o “acordo para os nacionais fronteiriços brasileiros e uruguaios”. In: OLIVEIRA, T. C. M. de. (Org.). **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. MS: Editora UFMS, 2005. p. 195-228.

DUCROT, O. (1984) Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: **O Dizer e o Dito**. Campinas, SP: Pontes, 1987. p. 161-218. (Diversos tradutores)

DURÃO, A. B. A. B. **La interlengua**. Madrid: Arco Libros, 2007. 94 p.

ELIZAINCÍN A.; BEHARES, L. Variabilidad morfosintáctica de los dialectos portugueses del Uruguay. **Boletín de Filología de la Universidad de Chile**, Santiago de Chile, n. 31, p. 401-417, 1981.

ELIZAINCÍN, A.; BEHARES, L. E.; BARRIOS, G. **Nós falemo brasileiro: Dialectos portugueses en Uruguay**. Montevidéo: Editorial Amesur, 1987.

ESPIGA, J. Interferências do Português no aprendizado de Língua Espanhola. SENALE – SEMINÁRIO NACIONAL DE LINGUAGEM E ENSINO, 2. **[Trabalhos apresentados]** Pelotas: UCPel, 1999.

FEDATTO, N. A. S. F. Educação em Mato Grosso do Sul: limitações da escola brasileira numa divisa sem limites na fronteira Brasil-Paraguai. Tito Carlos Machado de Oliveira (Org.). **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. MS: Editora UFMS, 2005. p. 491-510.

FERNANDES, I. C. S.; STURZA, E. R. A fronteira como novo lugar de representação do espanhol no Brasil (2007). In: **Signo & Seña**, Buenos Aires, n. 20, p. 207-228, ene. 2009.

FERREIRA, A. C. F. Um percurso pela história da Semântica da Enunciação. **Discursividade**: Web Revista, Campo Grande, n. 9, p-1-26, jan./mai. 2012.

FIORIN, J. L. **As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo**. 2ª ed. São Paulo, SP: Editora Ática, 2010. 318 p.

FISCHER, S. O fim do português. [Entrevista: Steven Fischer]. Entrevistador: Eduardo Salgado, *Veja*, São Paulo, p. 13-15, 5 abr. 2000.

GARCÍA, M. J. F. Portuñol y literatura. **Revista de Estudios Extremeños**, Badajoz, Tomo LXII, n. 2, p. 555-577, mayo/agosto 2006.

GRIMSON, A. Cortar puentes, cortar pollos: conflictos económicos y agencias políticas en Uruguayana (Brasil)-Libres (Argentina). In: OLIVEIRA, R. C.; BAINES, S.G. (Org.). **Nacionalidade e etnicidade em fronteiras**. Brasília: Editora UNB, 2005. p. 21-54.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2005. 2ª Ed. 96 p.

GUIMARÃES, E. Enunciação e política de línguas no Brasil. **Revista Letras: Espaços de Circulação da Linguagem**, Santa Maria, n. 27, p. 47-53, jul./dez. 2006.

GUIMARÃES, E. Política de línguas na Linguística brasileira: da abertura dos cursos de letras ao Estruturalismo. In: **Política linguística no Brasil**. ORLANDI, E. P. (Org.) Campinas, SP: Pontes Editores, 2007a. p.53-62.

GUIMARÃES, E. Domínio Semântico de Determinação. In: **A palavra: forma e sentido**. MOLLICA, M. C.; GUIMARÃES, E. (Org.). Campinas: Pontes Editores, 2007b. p.79-100.

GUIMARÃES, E. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, v.1, n. 51, p. 49-68, jan./jun. 2009.

GUIMARÃES, E. Quando o *eu* se diz *ele*: Análise enunciativa de um texto de publicidade. **Revista da ANPOLL**, v. 1, n. 29, p. 15-39, 2010.

GUIMARÃES, E. **Análise de texto**: Procedimentos, Análises, Ensino. Campinas, Editora RG, 2011. 160 p.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002. 186p.

HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES, 1., 2004, Porto Alegre. [Trabalhos apresentados]. Porto Alegre: Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRGS, 2004.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Niterói, vol. 9, n. 17, p.19-46, 2007.

HAESBAERT, R. et. al. O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual-metodológica. In: OLIVEIRA, T. C. M. de. (Org.). **Território sem limites**: estudos sobre fronteiras. MS: Editora UFMS, 2005. p. 87-112.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 6.ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

HANNERZ, U. L. F. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. **Mana**, Rio de Janeiro, vol. 3, n.1, p. 7-39, 1997.

HAUGEN, E. Dialeto, língua, nação. In: **Norma Linguística**. Marcos Bagno (Org.). 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2011. p. 97-114.

HIGOUNET, C. **História concisa da Escrita**. Tradução da 10ª ed. corrigida: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. 192 p. (Na ponta da língua)

HISSA, C. E. V. **A mobilidade das fronteiras**: inserções da geografia na crise da modernidade. Editora Humanitas/UFMG: Belo horizonte, 2002. 316 p.

HOBBSAWM, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: Programa, mito e realidade. Tradução: Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. 241 p. (Saraiva de bolso).

HÜBEL, A. La región fronteriza uruguayo-brasileña y el portugués en la prosa contemporánea uruguaya. **Revista Eletrônica CelpCyro**, Porto Alegre, vol. 2, p.1-6 2º sem. 2011. Disponível em http://www.celpcyro.org.br/joomla/index.php?option=com_content&view=article&Itemid=87&id=91 Acesso em 13 out. 2013.

KAIMOTI, A. P. M. C. O entre-lugar da poesia de Douglas Diegues. **Interletras**, Dourados, v. 2, p.1-13, 2009.

KAIMOTI, A. P. M. C. Douglas Diegues: Las fronteras siguen incontrolables. In: **Literatura e linguística: práticas de interculturalidade no Mato Grosso do Sul**. GÓIS, M. L. S.; SANTOS, P. S. N. dos. (Org.). Dourados: Ed. UFGD, 2011. p.83-106.

KYMLICKA, W. **Fronteras territoriales**. Tradução: Karla Pérez Portilla. Madrid: Editorial Trotta, 2006. 84 p.

LAGARES, X. C. A situación do galego na perspectiva internacional: a nosa lingua e "os da banda d'alá". SEMINÁRIO SOBRE LÍNGUA, SOCIEDADE E POLÍTICA EN GALICIA, 2010. [Texto apresentado]. Disponível em: http://bretemas.blogaliza.org/files/2010/06/Texto_Xoan_Lagares.pdf Acesso em: 15 out. 2010.

LIPSKI, J. M. Too Close for Comfort? The Genesis of "Portuñol/Portunhol.". In: HISPANIC LINGUISTICS SYMPOSIUM, 8th, 2006, Somerville. **Proceedings...** Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project, 2010. p. 1-22. Disponível em: <http://www.lingref.com/cpp/hls/8/paper1251.pdf>. Acesso em: 25 nov 2006.

LOPES, A. M. V. M. **As línguas de Cabo Verde: uma radiografia sociolinguística**. 2011. 558 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.

LÓPEZ, S. F. **Interlengua y análisis de errores en el aprendizaje del español como lengua extranjera**. Madrid: Edelsa, 2005. 310 p.

LUSTIG, W. Mba'éichapa oiko la guarani? Guaraní y jopará en el Paraguay. **Papia**, São Paulo: SP, n. 4(2), p. 19-43, 1996.

MACHADO, L. O. Cidades na Fronteira Internacional: conceitos e tipologia. In: NUÑES, A.; PADOIN, M. M.; OLIVEIRA, T. C. M. de. (Org.). **Dilemas y diálogos platinos: fronteiras**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2010. p. 59-72.

MACHADO, L. O. **Sistemas, fronteira e território**. [s.l.]: [s.n.], [20--]. Disponível em: <http://acd.ufrj.br/fronteiras/pdf/LIAconceitos.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2011.

MARTIN, A. R. **Fronteiras e nações**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997. 91 p.

MELLO, C. de. **rompidioma**. [s.l.]: [s.n.], 2005.

MIGNOLO, W. **Histórias Locais/Projetos Globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução: Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MILÁN, J. G.; SAWARIS, G.; WELTER, M. L. El camino recorrido: Lingüistas y Educadores en la Frontera Brasil Uruguay. In: **Fronteiras, Educação, Integração**. TRINDADE, A.; BEHARES, L. E.(Orgs.). Santa Maria: Palotti, 1996. p.121-195.

MINISTERIO DE COMUNICACIÓN E INFORMACIÓN. **José Gervasio Artigas: Revolucionario del sur**. Caracas: Gobierno Bolivariano de Venezuela, 2005. 22 p. (Colección biografías)

MORALES, A. C. La magia de la lectura y la escritura. In: **Sobre la escritura**. Editor: Yalile Sánchez H. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas. Departamento de Psicología, 2012. p. 13-28. (Textos universitarios. Serie Psicología: 3)

MOTA, S. S. **Línguas, sujeitos e sentidos**: o jornal nas relações fronteiriças no início do século XIX, início do século XX. 2010. 106 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

NAVARRETE, M. **Región fronteriza uruguayo-brasilera**: Laboratorio social para la integración regional: cooperación e integración transfronteriza. (Diploma en Estudios Internacionales e Integración) – Universidad de la República, Montevideo, 2006.

NETA, N. A. Aprender español es fácil porque hablo portugués: ventajas y desventajas de los brasileiros para aprender español. **Cuadernos Cervantes de la lengua española**, nº 29, p.1-17, 2000. Disponível em: http://www.cuadernos cervantes.com/lc_portugues.html. Acesso em: 30 ago. 2010.

OLIVEIRA, T. C. M. de O. Tipologia das relações fronteiriças: elementos para o debate teórico-práticos. In: OLIVEIRA, T. C. M. de. (Org.). **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. MS: Editora UFMS, 2005. p. 377-408.

OLIVEIRA, T. C. M. O.; ODDONE, N. Vulnerabilidades e potencialidades na fronteira mesopotâmia: o território do Brasil com o Paraguai, entre os rios Paraná e Paraguai. In: TRINCHERO, H. H.; OLIVEIRA, T. C. M. (Org.) **Fronteiras Platinas: Território e sociedade**. Dourados: Ed. UFGD, 2012. p. 149-177.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005. 100 p.

ORLANDI, E. P. **Apresentação: Sobre escrita**. Editor responsável: ORLANDI, E. P. In: **Escritos**, Campinas, n. 5, p. 5-6, dez. 1999.

ORLANDI, E. P. Reflexões sobre escrita, educação indígena e sociedade. Editor responsável: ORLANDI, E. P. In: **Escritos**, Campinas, n. 5, p. 7-22, dez. 1999.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E. J. Unidade e dispersão: Uma questão do texto e do sujeito. In: ORLANDI, E. P. et. al. (Org.) **Sujeito e texto**. São Paulo: EDUC. 1988, p. 17-36.

PARAGUAI. **Constitución de la República del Paraguay**. Asunción, El lector, 2002.

PARAGUAI. **Ley nº 4251**. Ley de Lenguas. Establece las modalidades de utilización de las lenguas oficiales de la República. Promulgada em 29 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.cultura.gov.py/lang/es-es/2011/05/ley-de-lenguas-n%C2%BA-4251/> Acesso em: 5 mar. 2012.

PARAGUAY. **Ley 2532**. Establece la zona de seguridad fronteriza de la República del Paraguay. Aprobada pelo Senado em 09/12/2004.

PECHÊUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio**. Tradução: Eni P. Orlandi et al. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. 288 p. (Coleção Repertórios)

PERLONGHER, N. In: BUENO, W. **Mar paraguayo**. São Paulo: Iluminuras, 1992. p.7-11.

PEYROU, R. La frontera norte en el imaginario cultural. **Revista uruguaya de Psicoanálisis**, nº 113, p.156-167, dez. 2011. Disponível em: <http://www.apuruguay.org/apurevista/2010/16887247201111314.pdf> Acesso em: 13 out. 2013.

QUEIROZ, R. C. R. de. Caminhos do português: a memória da escrita preservada nos documentos. **Fólio**, v. 1, n.1, p. 82-94, 2009.

RABOSSI, F. **Nas ruas de Ciudad del Este**: vidas e vendas num mercado de fronteira. 2004. 318 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo, Editora Ática, 1993. 269p. (Série Temas, v. 29, Geografia e política)

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**: Estética e política. Tradução: Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental org.: Ed. 34, 2005. 72 p.

RANCIÈRE, J. **Políticas da Escrita**. Tradução: Raquel Ramallete et. al. São Paulo: Ed. 34, 1995. 256 p. (Coleção Trans)

ROCHA, W. I. O portunhol e captação de herança nos Sonetos Salvajes, de Douglas Diegues. **Estação Literária**, Londrina, vagão-vol. 7, p.6-14, set 2011.

RODRIGUES, E. **Trajetos Kartonero**. 2011. 168 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira). Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 2011.

SÁNCHEZ H., Y. Notas sobre la escritura y las ciencias sociales/humanas. In: **Sobre la escritura**. Editor: Yalile Sánchez H. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas. Departamento de Psicología, 2012. p. 67-82. (Textos universitarios. Serie Psicología: 3)

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 5 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SCHÄFFER, N. O. A especificidade funcional da urbanização na fronteira meridional do estado. In: RECKZIEGEL, A. L. S.; FÉLIX, L. O. (Org.). **RS: 200 anos definindo espaços na história nacional**. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 33-41.

SCHERER, A. E. A escrit(ur)a de si: uma história do sujeito pela alteridade. In: ECKERT-HOFF, B. M.; CORACINI, M. J. R. F. (Org.). **Escrit(ur)a de si e alteridade no espaço papel-tela: alfabetização, formação de professores, línguas materna e estrangeira**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010. p.107-120.

SCHERER, A. E. Uma questão infinita. In: ROMÃO, L. M. S.; CORREA, F. S. (Org.). **Conceitos discursivos em rede**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012. p. 35-43.

SCHLEE, A. G. O portuñol do coração de Fabián Severo. In: SEVERO, F. **Viento de Nadie**. Montevideo: Rumbo Editorial, 2012. p. 5-11.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Conhecimentos de Espanhol**. Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. (Orientações Curriculares para o ensino médio; vol. 1).

SEVERO, F. Fabián Severo: poeta en portuñol. [Entrevista disponibilizada em 06 de abril de 2010, a Internet]. 2010. Disponível em: <http://www.sodre.gub.uy/Sodre>
Acesso em: 20 jul. 2013.

SEVERO, F. **Noite nu Norte**: Poemas en Portuñol. Montevideo: Ediciones Del Rincón, 2010. 102 p.

SEVERO, F. **Viento de Nadie**. Montevideo: Rumbo Editorial, 2012. 46 p.

SILVA, A. F. da. **Aldyr Schlee e o entrelugar: a questão da fronteira em Uma Terra só**. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

SOUZA, M. A. A. de. Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. et al. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. 5 ed. São Paulo, SP: HUCITEC, 2002. p.21-28.

STEIMAN, R.; MACHADO, L. O. Limites e fronteiras internacionais: uma discussão histórico-geográfica. In: TRINCHERO, H.H.; OLIVEIRA, T. C. M. (Org.). **Fronteiras Platinas: Território e sociedade**. Dourados: Ed. UFGD, 2012. p.257-27

STURZA, E. R. Fronteiras e práticas lingüísticas: um olhar sobre o portunhol. **Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana**, Madrid: Iberoamericana Editorial Vervuert, vol. 2, n. 1 (3), p.151-160, 2004.

STURZA, E. R. **Línguas de Fronteira e Política de Línguas**: uma história das idéias lingüísticas. 2006. 169 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

STURZA, E. R. **A fronteira e a nação no séc. XVIII**: os sentidos e os domínios. Santa Maria: PPGL-UFSM Editores, 2007. 48 p. (Série Cogitare, v. 3)

STURZA, E. R. Fronteiras, Línguas e Sujeitos. In: COSTA, E.; COSTA, G. V.L.; OLIVEIRA, M. A. M. (Org.). **Fronteiras em foco**, 1 ed., v.1. Campo Grande, MS: UFMS, 2011. p. 93-107. (Série Fronteiras)

TERRÓN, J. R. Los kapitães del portunhol salvaje: um encontro literário com muito suco louco no Paraguai. **Revista Piauí**, ed. 16, jan. 2008. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-16/esquina/los-kapitaes-del-portunhol-salvaje> Acesso em: 30 ago. 2012.

TRUJILLO, A. M. A gramatização como processo de preservação da linguagem. **Palimpsesto**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 2-18, 2010.

VERDERY, K. Para onde vão a “nação” e o “nacionalismo”? In: BALAKRISHNAN, G. (Org.) **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2000. p. 239-247.

WAGNER, C. **País-bandido**: crime tipo exportação. Porto Alegre: RBS Publicações, 2003. 80 p.

WHITTON, C. U. **Portunhol: Não erre: o coração late e o cachorro ladra**. Uol Educação. Página 3: Pedagogia e Comunicação. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/espanhol/portunhol-nao-erre-o-coracao-ilatei-e-o-chachorro-iladrai.htm> Acesso em: 18 out. 2010.

ZALCBERG, A. **Falar Portuñol com clientes e turistas não é suficiente**. Disponível em: <http://www.dicasdeespanhol.com.br/2010/08/falar-portunol-com-clientes-e-turistas-nao-e-suficiente/> Acesso em: 18 out. 2010.

ZAMBRANO, C. V. Territorios plurales, cambio sociopolítico y gobernabilidad cultural. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, n. 21(1), p. 9-49, jan./jul. 2001.

ZANDWAIS, A. Demarcando relações entre enunciado e enunciação a partir de diferentes leituras. **Interfaces**, Guarapuava, vol. 2, n.1, p.14-22, jul. 2011.

ZUCOLILLO, C. M. R. **Língua, nação e nacionalismo**: um estudo sobre o guarani no Paraguai. 2000. 254 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2000.

ANEXOS

Anexo A – Capa do livro “Noite nu Norte: poemas en Portuguol”, de Fabián Severo.



Anexo B – Sobrecapa do livro “Noite nu Norte: poemas en Portuñol”, de Fabián Severo.



Fabián Severo

Nací en Artigas en 1981, con un país a cada lado. Estudié profesorado de Literatura en el Cerp del Norte en la ciudad de Rivera. Por amor, me exilé en Montevideo *“dejé los montes y me vine al mar”*.

Quise ser tantas cosas, pero no fui.

Concurrí al taller de Carmen Galusso, y ella vio en mí lo que yo no *via*.

Publiqué poemas en varios libros colectivos, y coordiné la publicación de dos libros de mis alumnos del liceo de Toledo (Canelones).

Actualmente, doy clases en el liceo de Toledo, y en Quipus junto a Carmen Galusso, Lauro Marauda y Lía Shenck; y coordino un taller de escritura junto al escritor Gustavo Esmoris.

Un día quise sacar unos recuerdos, pero no salían. De tanto buscar, descubrí que el español no era mi lengua, y hallé en el Portuñol mi corazón.

De tanto caminar, aprendí que no soy de ningún lugar, soy de la frontera. Un lugar donde los pájaros vuelan libres y sueltos por el aire, cantando un idioma que todos entienden.

Ando buscando la lluvia que no llueve en mi tierra.

Aún tengo cosas por decir.

Anexo C – Contracapa do livro “Noite nu Norte: poemas en Portuñol”, de Fabián Severo.

Este libro es un atrevimiento y por eso no lo perdono. No está escrito ni en español de España al que tanto imitamos ni en portugués de Brasil al que ya quisiéramos poder imitar. Es un libro concebido en portuñol. Me rechina, me molesta y aún así, es un texto que me fascina. Me encuentro sentado cómodamente en Montevideo y alguien me dice que existe literatura y, peor aún, poesía en portuñol. Displícitamente leí este texto. Extrañamente amé este texto.

No conozco la frontera y este libro habla de ella, está construido por ella. Ahora tampoco la conozco pero me duele. Y es un dolor desconocido, imperdonable. Yo estaba cómodamente aquí y ahora... el fuego, la luz, las radios a pila, la lengua de los bichos y el peligro de lo que no se puede definir... un espanto.

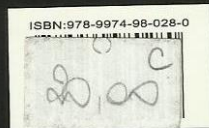
Noite nu Norte, de Fabián Severo, un libro incómodo que no se olvida, como una buena película o una estruendosa cachetada.

Javier Etchemendi

Fabián Severo me presenta un libro de poesía que me pone ante la variedad de portugués hablado en Artigas, que él, con su derecho a llamar a su habla materna como se le antoje, llama “portuñol”. Es una variedad del portugués uruguayo característica de la ciudad de Artigas y alrededores, distinta en sus aspectos lingüísticos a las hablas de otros lugares fronterizos, sobre todo las hablas riverenses y del norte de Cerro Largo.

El suyo es un interesante ejercicio, con una escritura creativa, que se inspira de todos modos en la del español, para dar por resultado un híbrido lleno de alteridad y sufrimiento. Por supuesto, en sus textos hay más que eso, pero no lo menciono porque el lector lo podrá descubrir solo.

Luis E. Behares



Anexo D – Capa do livro “Viento de Nadie”, de Fabián Severo.

Viento de Nadie



RUMBO
LIBROS

Fabián Severo

Anexo E – Contracapa do livro “Viento de Nadie”, de Fabián Severo.

***Viento de Nadie* de Fabián Severo recibió
una Mención del MEC en Poesía Inédita 2012.**

Como Fabián Severo, sou fronteiriço. Ele, de Artigas-Quaraí; eu de Jaguarão-Río Branco. Somos como que doble-chapas, na vivência gostosa e inolvidável das muitas alegrias e tristezas que têm sido sempre as doces tristezas e as amargas alegrias da fronteira comum que nos une e que nos faz irmãos, independentemente da língua que falemos ou utilizemos literariamente.

Como Salvador Porta, Fabián deixa transparecer em sua literatura –particularmente em *Viento de Nadie*– a perplexidade ante o sofrimento, a insubmissão ante a miséria, a inconformidade ante a injustiça. E faz de seus poemas curtos e incisivos, um repositório de lembranças (como para não esquecer a injustiça, a miséria e o sofrimento). São versos sofridos, pungentes e de grande alcance na compreensão das vidas, dos viveres e dos fazeres dos falantes do *portuñol* de Artigas-Quaraí.

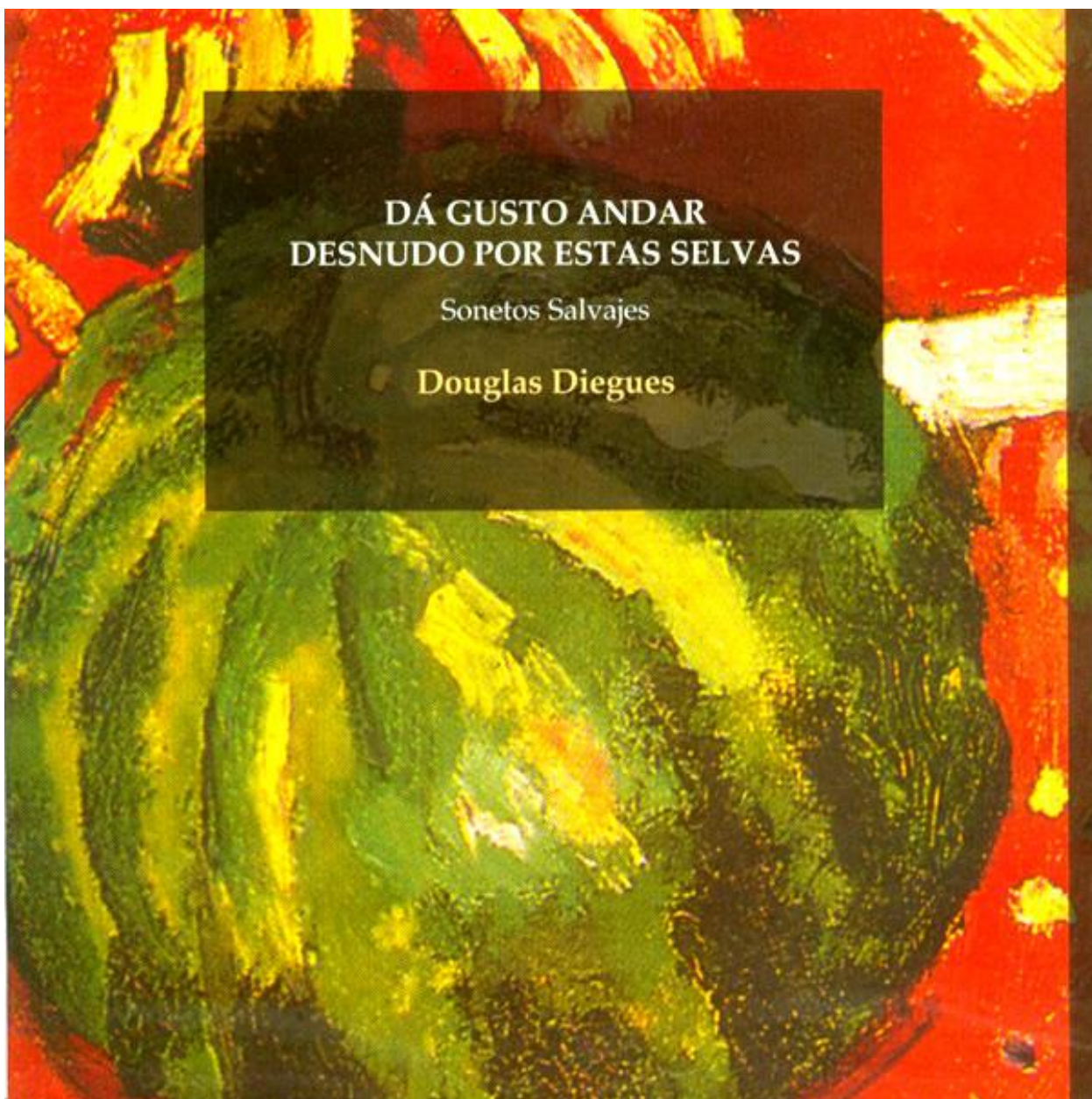
Aldyr Garcia Schlee

RUMBO
EDITORIAL

ISBN: 978-9974-651-40-1

9 789974 651401

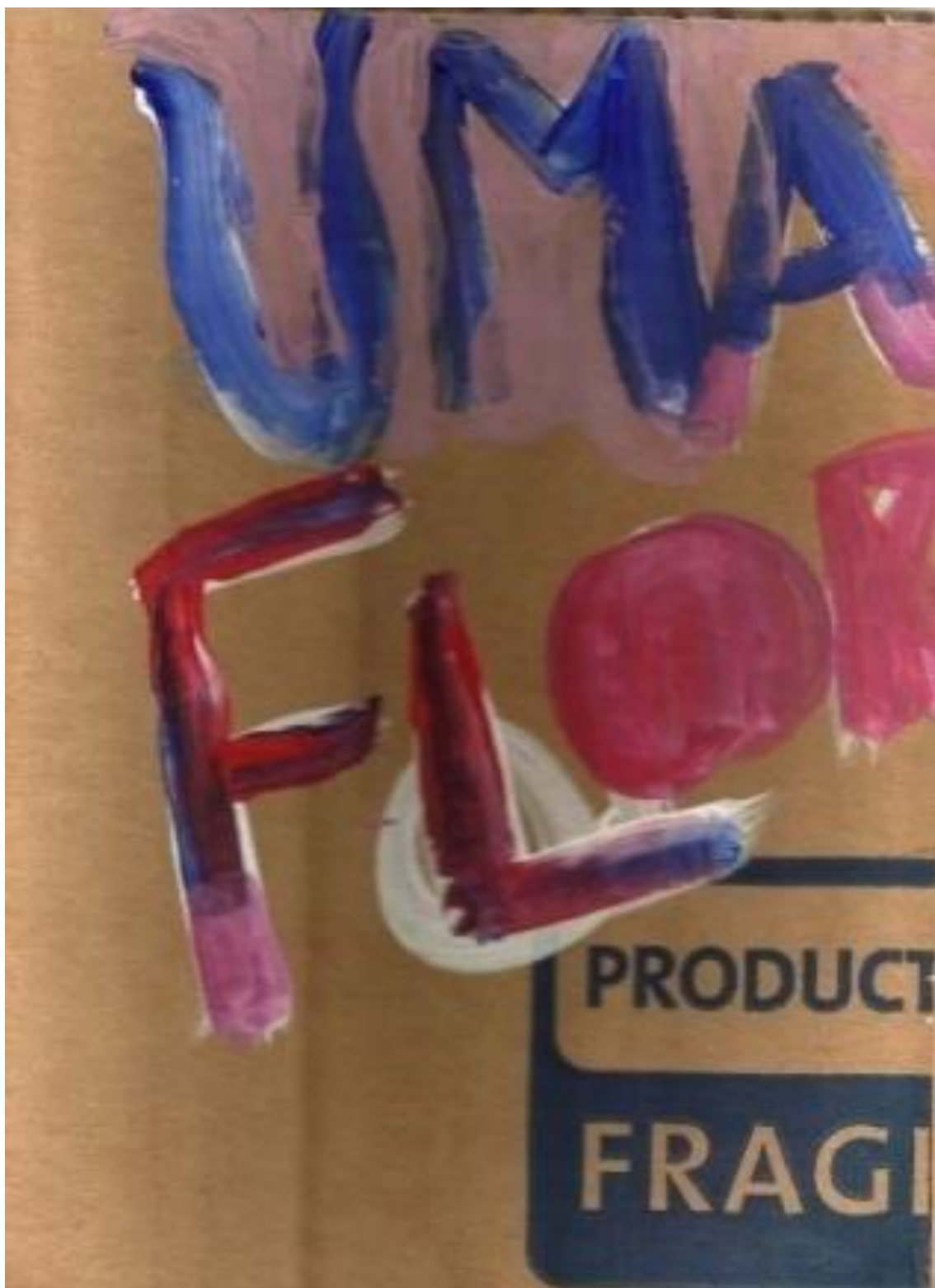
Anexo F – Capa do livro “Dá gusto andar desnudo por estas selvas: Sonetos Salvajes”, de Douglas Diegues.



Anexo G – Contracapa do livro “Dá gusto andar desnudo por estas selvas: Sonetos Salvajes”, de Douglas Diegues.



Anexo H – Capa do livro “Uma flor na solapa da miséria”, de Douglas Diegues.



Anexo I – Contracapa do livro “Uma flor na solapa da miséria”, de Douglas Diegues.

